

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia– UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Denise Santana Maia

Alexandra Kollontai: Memória, reflexões e lutas pela libertação da mulher

Vitória da Conquista –BA
2017

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia– UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Denise Santana Maia

Alexandra Kollontai: Memória, reflexões e lutas pela libertação da mulher

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos.

Vitória da Conquista -BA,
2017

M57a Maia, Denise Santana

Alexandra Kollontai: Memória, reflexões e lutas pela libertação da mulher/
Orientador Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos – Vitória da Conquista, 2017.
97 f.

Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e
Sociedade – PPGMLS).
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

1. Alexandra Kollontai; 2. Libertação da mulher; 3. Socialismo I. Santos,
Cláudio Eduardo Félix. II. Universidade Estadual do Sudoeste
da Bahia, Programa em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

Título em inglês: Alexandra Kollontai: Memory, reflections and struggles for women's liberation.

Palavras-chaves em Inglês: Alexandra Kollontai; Women's liberation; Socialism.

Área de concentração: Memória, Luta de Classes e Trabalho Educativo Titulação:

Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (Presidente), Prof.^a Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha (Titular), Prof.^a Dra. Acácia Batista Dias (Titular).

Data da Defesa: 16 de Fevereiro de 2017.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Denise Santana Maia

Alexandra Kollontai: memória, reflexões e lutas pela libertação da mulher

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 16 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos Ass.: 
(Presidente)
Instituição: UESB

Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha Ass.: 
Instituição: UESB

Profa. Dra. Acácia Batista Dias Ass.: 
Instituição: UEFS

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar, dedico este trabalho à Deus. Àquele que me sustentou e continua a me sustentar todos os dias. Ao grande Pai, dedico minha gratidão por ter me concedido coragem e sabedoria para concluir essa etapa.

Dedico aos meus pais, *Jaime Pereira Maia e Emiliana Santana Maia*, que foram o início de tudo. Jamais esquecerei de toda dedicação em favor do meu crescimento profissional. Obrigada pelo lar, pela dedicação, amor, e por todas as motivações que me levaram até aqui.

À minha irmã e amiga *Daniela Santana Maia (in memoriam)*, e à todas as mulheres, que, assim como ela, foram para nós, exemplos de luta e de vida. *Daniela Maia*, espero que de onde estiver, possa sentir minhas palavras de agradecimento pelo ser que você foi para nós. O mundo precisa de mais humanos como você. Especialmente, de mais mulheres como você. Eu não poderia deixar de dedicar este trabalho à uma mulher que marcou a minha vida, à uma amiga e irmã inesquecível. Amo você!

À minha irmã caçula *Deise Santana Maia*, pela sua capacidade de auxiliar o próximo, simplicidade, e esse poder inato de levar serenidade a qualquer lugar que vá. Obrigada minha querida pelo apoio, carinho, amor e auxílio. Amo você!

Ao meu noivo, companheiro e grande amigo *Marcelo Meira Alves* pelo amor, carinho, dedicação, senso de humor e companheirismo. Não poderia deixar de dedicar à você, que acompanhou toda a minha jornada, e, compartilhou comigo os anseios e as expectativas da vida acadêmica. Amo você!

À minha querida *Maria das Graças*, ou simplesmente “*Tia Graça*”, pelo posto permanente de Tia Coruja. Dedico à você, que não se nega a participar de cada momento da minha vida, inclusive este! Te amo.

Às minhas amigas que sempre estiveram na torcida pelo meu sucesso. Minha gratidão pelos contínuos votos sinceros de felicidade. Obrigada pela amizade!

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em *Memória: Linguagem e Sociedade* e à Universidade *Estadual do Sudoeste da Bahia* - **UESB** por terem proporcionado minha formação em nível de mestrado. À todos os funcionários, professores e coordenadores que trabalham em prol da qualidade e crescimento deste curso.

Ao Prof.º Dr. *Cláudio Eduardo Félix dos Santos* pelo desafio da orientação, pela compreensão e amizade nestes dois anos de pesquisa. Agradeço pelo conhecimento e pelas experiências compartilhadas.

À Prof.ª *Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha* por ter feito parte da Banca de Qualificação, e, nesta ocasião, pelas suas contribuições teóricas. Agradeço também pelo desafio de compor a Banca de defesa deste trabalho. À Prof.ª *Dra. Acácia Batista Dias* por ter aceito o convite de compor a Banca de Defesa desta pesquisa.

À Prof.ª *Dra. Ana Elizabeth Alves* pelas orientações e contribuições à este trabalho, sempre prestadas com muita paciência e gentileza. Meus agradecimentos por ter composto a Banca de Qualificação deste trabalho e pela presença amiga.

À minha colega e amiga *Elane Márcia Viana*, pela parceria, companheirismo e pelas boas risadas! Espero que nosso encontro não se encerre por aqui, e que nossa amizade permaneça a frutificar, enquanto um laço que se compartilha experiências, conhecimento e muito carinho.

À *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb)*, e à *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)* por terem me concedido bolsa que possibilitou os meus estudos e a realização da presente pesquisa.

“Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa diferente”.

(Rosa Luxemburgo)

“A delicada flor da moral sexual é uma felicidade adquirida à custa da escravidão da mulher à sociedade”.

(Alexandra Kollontai)

RESUMO

A presente pesquisa parte da seguinte indagação: Como as experiências vivenciadas por Alexandra Kollontai a conduziu ao movimento comunista, à luta contra opressão da mulher e à discussão dos desafios e possibilidades da libertação feminina na sociedade socialista? O objetivo geral é analisar a evolução do pensamento e a militância de Alexandra Kollontai na narrativa de sua autobiografia, destacando o conteúdo das críticas produzidas por esta autora em relação à condição da mulher na sociedade capitalista e em relação aos desafios para a superação das relações opressoras de gênero na sociedade socialista em gestação. Como objetivos específicos, traçamos os seguintes: a) Identificar a relação de Alexandra Kollontai com o processo de luta revolucionária no contexto da luta de classes no final do século XIX e início do século XX que teve como um de seus desdobramentos a revolução Russa de 1917; b) Averiguar a biografia de Alexandra Kollontai quanto ao interesse desta pelo tema da mulher. c) Analisar as críticas produzidas por esta autora em relação à condição da mulher na sociedade capitalista; d) Identificar, no pensamento da autora, quais desafios ela elenca para a criação de relações de gênero que superem o machismo numa nova sociedade socialista. Tomando como “fio condutor” as lembranças das experiências desta autora expressas em sua autobiografia intitulada “*Autobiografia de uma mulher emancipada*”, escrita em 1926, e publicada em 1946, percorremos a trajetória de sua militância articulando sua autobiografia (base da pesquisa), aos demais materiais produzidos por esta autora em relação à condição da mulher no enfrentamento da luta contra a exploração, da opressão (de classe e gênero) e da construção do socialismo. Kollontai constatou o quanto que a participação política feminina ainda era pequena, e, em sua ida aos outros países para executar tarefas do partido, a autora observou a necessidade de avanço na legislação da Rússia no sentido de garantir direitos às mulheres, dentre eles, à proteção à maternidade. Diante das discussões desenvolvidas na pesquisa, entendemos que a situação da mulher não pode ser tida isoladamente, e sim como um fenômeno, que compõe uma totalidade complexa. Não pode, portanto, ser tida como um mero fato isolado da vida material. As desigualdades entre os sexos vão além das relações conjugais e familiares, por isso as condições de trabalho e os tipos de atividades exercidas pelas mulheres já são objeto de estudo há um tempo, demonstrando o quão forte são as origens dessas desigualdades dentro do modo de produção capitalista e enfrentada por Alexandra Kollontai na luta pela construção do socialismo na União Soviética do início do século XX.

Palavras-Chave: Alexandra Kollontai. Libertação da Mulher. Socialismo.

ABSTRACT

This research was motivated by the following question: How have the experiences of Alexandra Kollontai led her to participate in the communist movement, to fight against women's oppression and to discuss about the challenges and possibilities of women's liberation in a socialist society? Our general objective is to analyze the evolution of Alexandra Kollontai's thoughts and activism described in her autobiography, focusing on her critical view concerning the conditions of women in the capitalist society and the challenges of overcoming gender oppression in the emerging socialist society. Our specific objectives are: a) Identify the relation of Alexandra Kollontai with revolutionary movements in the context of class conflicts which took place in the end of XIX century and beginning of XX century and led to the Russian Revolution of 1917; b) Inquire the biography of Alexandra Kollontai concerning her interest in this subject; c) Analyze her critical view regarding the conditions of women in a capitalist society; d) Identify, according to Alexandra Kollontai, which are the challenges to suppress the male chauvinism in a new socialist society. Based on the memories of this writer described in her autobiography named "The Autobiography of a Sexually Emancipated Communist Woman", written in 1926 and published in 1946, we have studied her activism journey by linking her autobiography, which was the base of this research, to other references of Alexandra Kollontai concerning the women's fight against exploration and oppression (of class and gender), and the emergence of socialism. Alexandra Kollontai concluded how small was the female participation in politics and, during her trips to other countries, where she performed political tasks, she observed the need of development of Russian legislation in order to ensure women's rights, as maternity protection. Based on the discussions developed along this research, we concluded that the situation of women in the society cannot be analyzed individually, but rather as a phenomenon which is part of a complex totality. Therefore, it cannot be taken as an isolated aspect of material life. The gender inequality goes beyond marital and familiar relationships, and, for this reason, the work conditions and other activities performed by women have been studied for a long time, which shows how strong are the origins of gender inequality in the capitalist mode of production faced by Alexandra Kollontai in her fight towards building the socialism in the Soviet Union in the beginning of XX century.

Keywords: Alexandra Kollontai. Women's liberation. Socialism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O ALVORECER DE UMA REVOLUCIONÁRIA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE ALEXANDRA KOLLONTAI ANTES E DURANTE A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917	21
1.1 NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.....	21
1.2 A SITUAÇÃO DA RÚSSIA NO FINAL DO SÉCULO XIX E OS PRIMEIROS PASSOS DA FORMAÇÃO SOCIALISTA DE ALEXANDRA KOLLONTAI	24
1.3 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE KOLLONTAI: ATIVIDADES NO PARTIDO E OS ANOS DE IMIGRAÇÃO POLÍTICA	33
1.4 KOLLONTAI E O DEBATE SOBRE A MULHER ENTRE OS MARXISTAS: DIÁLOGOS COM CLARA ZETKIN E ROSA LUXEMBURGO	43
3 LUTA E LIBERTAÇÃO FEMININA: A REVOLUÇÃO RUSSA E A QUESTÃO DA MULHER EM ALEXANDRA KOLLONTAI	50
3.1 A REVOLUÇÃO RUSSA	50
3.2 O DEBATE SOBRE A QUESTÃO DA MULHER NA REVOLUÇÃO	53
3.3 ALEXANDRA KOLLONTAI E OS ANOS DA REVOLUÇÃO	60
4 DESAFIOS PARA A SUPERAÇÃO DA OPRESSÃO DA MULHER: REFLEXÕES À LUZ DO PENSAMENTO DE ALEXANDRA KOLLONTAI	74
4.1 O AMOR CAMARADAGEM: O MATRIMÔNIO NA SOCIEDADE COMUNISTA ...	75
4.2 A VIVÊNCIA DO COMUNISMO: A FAMÍLIA E A MULHER	82
4.3 O NOVO HOMEM E A NOVA MULHER NO COMUNISMO	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXO A - LISTA DE ILUSTRAÇÕES	93

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, intitulada “**Alexandra Kollontai: Memória, reflexões e lutas pela libertação da mulher**”, concentrou esforços no sentido de analisar e compreender o pensamento da autora socialista **Alexandra Kollontai**¹ (Ilustração 1) em relação aos obstáculos e aos avanços das conquistas femininas antes e após a Revolução Russa de 1917, tomando como “fio condutor” as lembranças das experiências desta autora expressas em sua autobiografia (KOLLONTAI, 1978).

O anseio em conhecer a história e a personalidade desta autora se justificou, em primeiro lugar, pela minha presente condição de mulher. Posterior a isso, desejei conhecer quais as bases do feminismo dentro da luta de classes, enfim, as influências do movimento socialista sobre a luta pela emancipação das mulheres. Alexandra Kollontai se mostrou a personagem ideal e mais marcante para chegarmos ao “real mundo da mulher casada”, tão romantizado pela ideologia burguesa, e que, ainda hoje se revela um grande opressor.

Ao tomar a autobiografia de Alexandra Kollontai como principal guia de nossas investigações, o fizemos visando responder às seguintes questões\indagações: Como as experiências vivenciadas por Kollontai a conduziram ao movimento comunista, à luta contra opressão da mulher e à discussão dos desafios e possibilidades da libertação feminina na sociedade socialista?

Desta maneira, a presente pesquisa teve como objetivo geral: Analisar a evolução do pensamento e a militância de Alexandra Kollontai por meio da narrativa de sua **autobiografia**², destacando o conteúdo das críticas produzidas por esta autora em relação à condição da mulher na sociedade capitalista e em relação aos desafios para a superação das relações opressoras de gênero na sociedade socialista em gestação. Como objetivos específicos, traçamos os seguintes:

- a) Identificar a relação de Alexandra Kollontai com o processo de luta revolucionária no contexto da luta de classes no final do século XIX e início do século XX que teve como um de seus desdobramentos a revolução Russa de 1917;

¹ Nasceu em 1872 na cidade de San Petersburgo, Rússia. E faleceu em 1952, aos 80 anos (KOLLONTAI, 2011).

² “Autobiografia de uma mulher emancipada”.

- b) Identificar na biografia de Alexandra Kollontai o seu interesse pelo tema da mulher;
- c) Analisar as críticas produzidas por esta autora em relação à condição da mulher na sociedade capitalista;
- d) Identificar, no pensamento da autora, quais desafios ela elenca para a criação de relações de gênero que superem o machismo numa nova sociedade socialista.

Durante a pesquisa mergulhamos nas memórias de uma mulher que viveu em um contexto revolucionário, e, desde então, tem sido referência no campo dos estudos de gênero.

A memória social³, enquanto campo de estudo, tem sido amplamente estudado, e, por sua vez, tem se apresentado sob uma diversidade de perspectivas e conceitos. De acordo com a proposta desta pesquisa, como nos lembra Sá (2007), poderíamos classificá-la enquanto um estudo realizado a partir de memórias pessoais.

Segundo Connerton (1993, p. 26, apud SÁ, 2007, p. 292) a expressão *memórias pessoais* são [...] “aqueles atos de recordação que tomam como objeto a história de vida de cada um..., que se localizam num passado pessoal e a ele se referem”.

Se as memórias humanas não partem unicamente das experiências do passado, mas também do tempo presente e da realidade social e cultural dos indivíduos, logo, as memórias pessoais não se limitam ao interior dos sujeitos. As memórias pessoais são memórias sociais embora sejam constituídas a partir das lembranças de uma pessoa:

[...] a referência à “pessoa”, implica reconhecê-la como produto de processos de socialização, como ocupando posições e desempenhando papéis sociais, como dotada de uma identidade construída através da interação social e como reflexivamente consciente desta. São essas mesmas condições sociais da constituição e funcionamento das pessoas que se encontram presentes na construção, reconstrução e atualização das suas memórias (SÁ, 2007, p. 292).

Sendo assim, as memórias de Alexandra Kollontai são nada menos que produto das interações sociais realizadas pela autora, construídas a partir dos papéis sociais que a mesma assumiu, das experiências, e dos fatos e acontecimentos históricos que pudera participar,

³ Recebeu de seus pioneiros – Halbwachs e F. C. Bartlett – uma influência unificadora básica, que guarda até hoje. A memória social trata-se da idéia de que a memória humana não é apenas uma reprodução das experiências passadas, mas uma construção que se faz a partir destas com o apoio da realidade presente e da cultura (SÁ, 2007).

direta ou indiretamente. O acesso ao registro de suas memórias nos permite naturalmente a atualização de nossos conhecimentos e perspectivas sobre o tempo histórico vivido por Kollontai.

Alexandra Kollontai foi a fonte principal de investigação da **memória histórica**⁴ acerca do que os revolucionários russos chamavam de nova mulher (e novo homem), para um modo de produção da vida que fosse base de transição ao comunismo, ou seja, o modo de produção socialista. “*A autobiografia de uma mulher emancipada*”, constitui, portanto, as memórias de uma mulher que fora desde o princípio coerente consigo mesma, cujos propósitos não se limitaram à própria vida. Kollontai lutou pelo respeito à dignidade e reconhecimento de todas as mulheres trabalhadoras, exploradas nas fábricas e dentro de seus próprios lares. Engajou-se em compreender o germe da exploração feminina, desde os pequenos gestos e comportamentos humanos que o alimentam, dentro e fora das relações conjugais.

Muitas das motivações e sentimentos da autora estão expostos em sua autobiografia, a qual apresenta-se como fio condutor da análise de seu pensamento acerca da discussão da libertação das mulheres. Nesta produção, Kollontai revela as circunstâncias políticas e históricas que nortearam a criação de algumas de suas obras, bem como nos descreve muitas de suas experiências enquanto militante e oradora do partido. Com transparência e autenticidade, a autora compreende o papel daquele que descreve sua trajetória pessoal de vida, com o fim de perpetuar e ter sua voz ouvida em prol de uma causa maior:

Quando alguém é convidado a relatar eventos de sua própria vida sobre o que foi alcançado na coletividade, tal medida só pode significar que ele já tem feito algo de positivo na vida, uma tarefa que tem sido reconhecida pela sociedade. Por isso, é permitido esquecer que você está falando sobre você mesma e tentar tirar de você com o fim de informar, do modo mais objetivo possível, as realizações alcançadas no processo evolutivo. Tal é a tarefa que tento levar a cabo agora. Tendo sucesso ou não, essa é outra questão. [...] *Talvez tudo isso destaque a importância da luta de libertação das mulheres e outros problemas de interesse geral* (KOLLONTAI, 1978, p. 69-70, grifos do autor. Tradução nossa).

⁴ A memória é “a faculdade de armazenar fatos, conservar ou readquirir ideias, lembranças, reminiscências, é o vestígio de um acontecimento e também quando estas memórias narradas são transcritas tornam-se documentos históricos, além de suas outras definições técnicas. Sendo uma das fontes dos dados históricos, tem, pois, sua peculiaridade no que chamamos de subjetividade ou imprecisão, pois atrelado ao momento histórico, social e cultural do sujeito podem se formar memórias diferentes, observado o mesmo acontecimento. [...] a memória histórica, parte das construções referenciais de passado e presente e permite observar as diferentes perspectivas dos grupos sociais e culturais” (GONÇALVES, s/d, p. 02).

Em outro dizer, sejam quais fossem os efeitos deixados pelos seus registros, Kollontai desejou e se esforçou por uma mudança no modo de vida das pessoas através de uma transformação profunda nas bases sociais e econômicas, que, segundo ela, enquanto marxista e comunista, só poderia ocorrer por meio de uma revolução socialista. E no meio disto, estaria também a luta pelo direito das mulheres. Kollontai reconhecia ser uma grande responsabilidade registrar momentos históricos tão importantes quantos os que a mesma viveu, sobretudo, suas motivações mais particulares.

Contudo, essa responsabilidade não a assustava, desde sua juventude Kollontai apresentou uma consciência elevada sobre as coisas e suas condições de vida:

Desde a minha juventude tinha consciência de que, sob nenhum aspecto poderia organizar minha vida de acordo com o modelo estereotipado que, a fim de determinar a verdadeira orientação da minha vida, eu tive que subir acima de mim mesma. *Também estava ciente* de que trabalhar desta forma ajudaria os meus colegas a organizar sua vida não de acordo com as tradições pré-estabelecidas, mas de acordo com seu próprio critério eletivo livre (KOLLONTAI, 1978, p. 70, grifos do autor. Tradução nossa).

Deste modo, esta pesquisa empreende uma reflexão a partir da perspectiva de uma mulher que viveu um contexto revolucionário específico, trazendo-nos especialmente, a “*libertação das mulheres*” enquanto categoria marcante em seus registros. Posto as considerações acima, especialmente no que diz respeito as memórias pessoais, reforçamos outro aspecto da pesquisa: **seu caráter biográfico**⁵.

Enfim, são muitas as reflexões que Alexandra Kollontai nos permite levantar, e, naturalmente, deixa, por si só, a dimensão de suas memórias. Sobre isso, Chauí (2000) lembra que a memória é uma garantia da nossa própria identidade. Além da sua dimensão pessoal e introspectiva, a memória possui uma **dimensão coletiva**⁶ ou social, ou seja: a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos da História de uma sociedade. Assim, nesta dissertação, veremos que Alexandra Kollontai contribuiu com a

⁵ Em termos de pesquisa empírica, as memórias pessoais são estudadas sob o rótulo de memórias autobiográficas. Incluem-se aí as histórias de vida, que supõem um esforço maior de reconstrução global e tão completo quanto possível da memória pessoal, mas também a recuperação de episódios específicos, a qual, para distinguir das primeiras, já foi chamada de *recollective memory* (BREWER, 1999, apud SÁ, 2007).

⁶ A memória coletiva é composta de lembranças vividas pelo sujeito ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe são exclusivas, pois funcionam como propriedade de toda uma comunidade (LOMBARDI, 2011).

constituição de memórias das lutas das mulheres socialistas no esforço de transição a uma sociedade verdadeiramente emancipada.

Muito se tem pesquisado sobre o pensamento e a trajetória de Alexandra Kollontai, no sentido de pensar a mulher a partir de um referencial marxista. No artigo “*Função da mulher na família: uma crítica marxista*” publicado em 2015 pela *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, Bartolomeu L. da Silva e Roberto Leonardo da Silva fazem uma análise sobre a função da mulher na família contemporânea, pontuando a relevância da atuação feminina nas atividades domésticas, sua ligação na economia da sociedade e a importância das contribuições na relação familiar. O referido trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo referencial é o marxismo e tem como marco teórico o pensamento feminista de Alexandra Kollontai.

Nesse trabalho, os autores demonstram como a família e a moral sexual são passíveis de mudanças, para tanto desenvolvem a ideia de que para a mulher alcançar paridade nas relações sociais o caminho eficaz é uma desarticulação do sistema classista e da propriedade privada, com o conseqüente estabelecimento de uma nova moral sexual, caso contrário a sociedade apresentará irrisórias mudanças que apenas fortalecem a classe detentora dos atuais privilégios (SILVA & SILVA, 2015).

María De Las Nieves Rodríguez Méndez De Lozada, em seu trabalho “*Imágenes colaterales: la influencia de la vanguardia soviética en la obra de Tina Modotti*” (2015), publicado nos Anais do *Instituto de Investigaciones Estéticas*, também cita a autora socialista. Neste trabalho, a autora nos lembra que Alexandra Kollontai chegou no México em 1926, como embaixadora da União Soviética e que exerceu grande influência sobre o trabalho e pensamento de Tina Modotti - fotógrafa italiana, atriz e ativista política revolucionária.

Em sua tese de Doutorado, intitulada “*O Marxismo e a questão feminina: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário*” (2011), Joana El-Jaick Andrade destaca que Alexandra Kollontai fora uma das porta-vozes do movimento feminino social-democrata, reportando-se a obra “*A nova mulher e a moral sexual*”, publicada em 1918:

A revolucionária russa Alexandra Kollontai (1872-1952) foi uma das primeiras teóricas [...] a identificar o surgimento deste novo tipo de mulher, nas décadas de 1870 e 1880, “forjado na luta pesada da necessidade vital” cujo perfil psicológico diferiria completamente dos anteriormente conhecidos: “uma mulher com novas necessidades e

emoções, plena de luminosidade e encanto[...] como percebe Kollontai, a “**nova mulher**” não representa somente um perfil psicológico ou mentalidade, mas um “fenômeno de massas”, “moldada no próprio processo de luta” (2011, p. 144, grifos nossos).

A produção de Alexandra Kollontai é um tanto densa. Destacamos: *A situação da classe operária na Finlândia* (1903); *A luta de classes* (1906); *Primeiro almanaque operário* (1906); *Base social da questão feminina* (1908); *A Finlândia e o socialismo* (1907); *Sociedade e maternidade* (s/d); *Quem precisa da guerra?* (sem data); *A classe operária e a nova moral* (sem data); *O amor na Sociedade Comunista* (1921); *A Mulher moderna e a Classe Trabalhadora*; *Comunismo e Família*; *Amor Vermelho*; *Romance e Revolução*; (sem data).

Nossa fonte principal de investigação são suas memórias escritas em seu livro intitulado “*Autobiografia de uma Mulher emancipada*”, escrita no ano de 1926. Deste modo, buscamos percorrer a trajetória de seu pensamento e da sua militância articulando este texto base da pesquisa, aos demais materiais produzidos por esta autora em relação à condição da mulher no enfrentamento da luta contra a exploração, da opressão (de classe e gênero) e da construção do socialismo.

Acompanhando suas memórias expressas nos capítulos que compõem a sua autobiografia, analisamos o momento histórico vivenciado pela autora e as obras que ela escreveu tratando do problema da constituição do gênero, da família, da sexualidade e da luta pelo socialismo. Desta feita debruçamos sobre os seguintes textos: “*A Juventude Comunista e a Moral Sexual*”, “*O Comunismo e a família*” e “*Plataforma da Oposição Obreira*”. Todos estes escritos foram traduzidos do Alemão para o Espanhol, e condensados pelo Editorial Fontamara.

Essas produções nos permitem ter acesso tanto às suas reflexões e concepções, quanto, em certa medida, à personalidade desta mulher que lutou até o fim de sua vida pela causa da libertação da mulher articulado ao fim da exploração dos seres humanos. Logo, com a leitura de sua autobiografia, é possível nos aproximar de um mundo particular, que nos revela as necessidades de um tempo, de um grupo e de um indivíduo singular.

Ao abstrairmos as impressões particulares da autora e suas conclusões sobre o modo de vida de sua época, estamos lidando com uma grande bagagem de sentimentos e

motivações, que, embora representem o olhar de um sujeito singular, também demonstra a visão de uma realidade produzida coletivamente.

Toda produção humana está carregada de sentido e intencionalidade, sejam quais forem os limites impostos pela linguagem e ou pelos recursos materiais necessários à sua expressão. O fascínio de estudar uma personalidade está em pensar um universo de produção do conhecimento a partir de um olhar singular, contudo, se reconhecendo como parte deste, visto que todos nós somos e compomos a humanidade. No entanto, quando se trata de trajetória de pesquisa, essa empreitada impõe certos obstáculos, dentre eles, o requisito da objetividade. Esse é um dos debates que compõe a investigação biográfica. Portanto, é necessário compreendermos em linhas gerais no que constitui este método.

Sobre isso, DELORY-MOMBERGER afirma:

O objeto da pesquisa biográfica é **explorar** os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência. [...] o espaço da pesquisa biográfica consistiria então em **perceber a relação singular que o indivíduo mantém**, pela sua atividade biográfica, **com o mundo histórico e social** e em estudar as formas construídas que ele dá à sua experiência (2012, p. 524, grifos nossos).

Em outras palavras, a pesquisa biográfica consiste em compreender os significados atribuídos por determinado indivíduo sobre suas experiências, apreender as relações que esse sujeito constrói em torno do contexto histórico e social que viveu. Através da sua atividade biográfica, o sujeito estabelece certos modos que dão corpo às suas experiências.

A pesquisa biográfica introduz a dimensão do tempo e, mais precisamente, da temporalidade biográfica da experiência e da existência. A postura específica da pesquisa biográfica é a de mostrar como a inscrição forçosamente singular da experiência individual em um tempo biográfico se situa na origem de uma percepção e de uma elaboração peculiar dos espaços da vida social (DELORY-MOMBERGER, 2012).

Concentrarmos na vida de Alexandra Kollontai e no que ela disse sobre seu tempo, nos impõe a necessidade de reconhecer dois pontos: sua **individualidade**⁷ (acompanhada de

⁷ **INDIVIDUALIDADE** (lat. *Individualistas*; in. *Individuality*; fr. *Individualité*; al. *Individualität*; it. *Individualità*). Termo de origem medieval: o modo de ser do indivíduo. [...] em Duns Scot mesmo se encontram as premissas de um conceito diferente de indivíduo: este, em seu modo de ser, em sua singularidade, é caracterizado por uma determinação última ou “realidade última” da natureza que o constitui (v. INDIVIDUAÇÃO), de tal forma que inclui um conjunto ilimitado de determinações, em virtude das quais a

todas suas peculiaridades, dentre elas, a projeção que a autora fez sobre o mundo que viveu ou desejou viver) e a realidade objetiva de seu tempo, na qual se deram todas suas experiências. Desse modo, a pesquisa biográfica pode ser tida como um conjunto de lembranças, uma narrativa, uma descrição de um sujeito singular; contudo, sem se desfazer de sua ligação com o seu contexto social e temporal.

A partir dos escritos deixados pela autora, é possível conhecer e explorar sua forma de conceber as ideias e o mundo, seu modo de pensar e, conseqüentemente, sua maneira de relacionar-se com as condições sociais e políticas do tempo em que viveu. Essa é, então, a singularidade que a pesquisa biográfica se dá por tarefa apreender: uma singularidade atravessada, *informada* pelo social, no sentido em que o social lhe dá seu quadro e seus materiais (DELORY-MOMBERGER, 2012, grifos da autora).

Em sua autobiografia “*Tempos Interessantes: uma vida no século XX*”, Hobsbawn comenta no prefácio da obra:

A autobiografia de um intelectual trata necessariamente de suas ideias, atitudes e ações, mas não deve ser uma peça de advocacia. [...] Sem dúvida, minhas recordações pessoais de acontecimentos remotos no tempo e no espaço aproximaram de leitores mais jovens a história do século XX, como também reavivaram as recordações dos leitores de mais idade. [...] Eis o que uma autobiografia é capaz de fazer. De certa forma, este livro é o avesso de Era dos extremos: não a história do mundo ilustrada pelas experiências de um indivíduo, mas a história do mundo dando forma a essa experiência, ou melhor, oferecendo uma gama de escolhas cambiantes, mas sempre limitadas, com as quais, adaptando a frase de Karl Marx, “os homens fazem [suas vidas], mas não [as] fazem como desejam, não [as] fazem nas circunstâncias escolhidas por eles, e sim nas circunstâncias diretamente encontradas, proporcionadas e transmitidas pelo passado”; poder-se-ia acrescentar: e pelo mundo à volta delas (HOBSBAWN, 2002b, p.10-12).

Além dos escritos citados anteriormente, nos servirá também como recurso, a obra “*A nova mulher e a Moral Sexual*”. Nesta obra de 1918, Kollontai aborda a trajetória de luta das mulheres, os obstáculos vividos tanto pelas operárias quanto pelas burguesas na superação de antigos padrões, apontando especialmente, as diferenças que separam essas mulheres, diferenças estas pré-determinadas pelos princípios que regem a classe que ocupam. Portanto, a análise dos textos nos permitiu verificar conceitos, fatos e impressões da autora sobre o momento histórico que viveu.

natureza comum se restringe até se tornar este determinado ente (ABBAGNANO, 2007, p.638-639, grifos do autor).

Ao pensarmos sobre as memórias de A. Kollontai estamos lidando, em especial com as reflexões, experiências e os conhecimentos produzidos por ela a respeito da condição feminina; a carga de valores e conceitos típicos de uma época específica, que precisam ser analisados respeitando e compreendendo seu momento histórico.

Reforçamos o caráter histórico desta pesquisa no campo da memória, na medida em que exploramos a vivência social e política da autora, articulada aos conceitos produzidos e discutidos em um determinado período histórico que vai do ano 1872 (ano de nascimento da autora) a 1922, quando Kollontai expõe sua trajetória de vida e suas análises teóricas acerca de problemas candentes à sua época específica, sobretudo quando do seu envolvimento com o movimento proletário e o comunismo.

Portanto, a pesquisa se limita desde a fase pré-revolucionária Russa até os primeiros anos da Russa Revolucionária, mais especificamente, até ano de 1922, momento no qual a autora escreve sua autobiografia, além das duas obras centrais analisadas nesta pesquisa, que são “A nova mulher e a moral Sexual”, publicada em 1918 e o amor na sociedade Comunista, que veio a público no ano de 1921.

A dissertação está organizada em 3 (três) capítulos. No primeiro, intitulado “**O alvorecer de uma revolucionária: As memórias e experiências de Alexandra Kollontai antes e durante a revolução russa de 1917.**”, apresentamos traços da trajetória de Kollontai, abordando os desafios que enfrentou enquanto mulher, as circunstâncias que encontrou durante sua militância, sua formação teórica e política, o período no qual exerceu cargos políticos e liderou movimentos de trabalhadoras, e ainda sua relação com outras teóricas e ativistas de destaque, que, assim, como Kollontai, se dedicaram ao movimento operário feminino. Enfim, o capítulo se propõe a pensar o que impulsionou a autora levantar tais bandeiras, e constituir tais movimentos.

Nas páginas seguintes, no Capítulo II - “**Luta e Libertação feminina: A Revolução Russa e a questão da mulher em Alexandra Kollontai**”, continuamos a apresentar as memórias da autora, especialmente no que diz respeito às suas impressões e experiências políticas no interior do partido. Abordamos as pesquisas dos teóricos acerca da condição feminina, demonstrando de que maneira o modo de produção social da vida interferiu e continua a interferir na situação da mulher, e, conseqüentemente, na produção de suas memórias. Além do mais, tratamos da percepção da autora quanto à participação feminina no interior do movimento socialista, lembrando-nos novamente de outras figuras de merecido destaque, dentre elas, *Clara Zetkin* e *Rosa Luxemburgo*.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, no qual nomeamos “**Desafios para a superação da opressão da mulher: reflexões à luz do pensamento de Alessandra Kollontai**”, analisamos algumas questões e categorias recorrentes utilizadas por Kollontai para tratar dos desafios encontrados para o que ela denomina “*libertação da mulher*”, a saber: família, amor, libertação, novo homem e nova mulher na transição ao comunismo.

2 O ALVORECER DE UMA REVOLUCIONÁRIA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE ALEXANDRA KOLLONTAI ANTES E DURANTE A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

“A memória é a consciência inserida no tempo”.

(Fernando Pessoa)

Neste capítulo discorreremos acerca da atuação individual e coletiva de Alexandra Kollontai nos processos de organização da classe trabalhadora em relação à defesa de seus direitos. Deste modo, analisamos, a partir das **memórias**⁸ da autora os seguintes elementos: o cenário político e social do seu nascimento, sua formação teórica, sua trajetória pessoal, suas escolhas e seu desenvolvimento enquanto militante em prol da classe trabalhadora e dos direitos das mulheres.

Como já falamos, Kollontai deixou contribuições teóricas específicas, e tornou-se referência não apenas no espaço físico que viveu. Ela tornou-se referência também em todas as pesquisas no campo do feminismo marxista. Suas reflexões nos conduzem até hoje a pensar sobre o papel da mulher, e em estratégias para seu progresso em sociedade.

2.1 NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Abordar a situação da mulher neste período específico requer uma compreensão no âmbito de abordagem da família, visto que a maioria dos conflitos vividos pelas mulheres ocorriam no interior da instituição familiar. Os desafios e obstáculos vividos pela massa de mulheres coexistiam na classe burguesa e na classe proletária. Portanto, estabelecendo as condições da mulher entre os séculos XIX e XX, não somente da classe trabalhadora, mas também da mulher burguesa, construímos um retrato da família e da opressão feminina sem abreviações.

⁸ A análise das memórias da autora teve como ponto de partida sua autobiografia, escrita aproximadamente no ano de 1922 e publicada em 1946, como anunciado na Introdução deste trabalho. A autora apresenta suas experiências de modo particular, especificamente no que diz respeito a linguagem utilizada. Em alguns momentos do texto, a autora escreve em primeira pessoa, dialogando diretamente com o leitor, como uma espécie de diário. Já em outros momentos de sua obra, Kollontai não se posiciona no texto, e escreve em terceira pessoa. Essa característica pode ser percebida nas citações apresentadas no decorrer desta pesquisa.

Mészáros (2002) demonstra que a questão é muito mais profunda do que parece ser. Por trás da formação da família se desenrola um intenso sistema de valores, estabelecendo aos indivíduos quais lugares estes devem ocupar no mundo:

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio no capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina ser aceitos como *normais*, em vez de desqualificados “comportamento não-conformista” (MÉSZÁROS, 2002, p. 271, grifos do autor).

O espírito estava em manter a ideologia do capital enquanto único e poderoso modo de vida, e indivíduos sábios eram, portanto, aqueles que internalizavam a regra do capital de tal modo que em momento algum se perguntavam as razões de viver sob tais condições sociais e não outras. A família baseada no capital se estabelecia, sobretudo, no princípio de que a máquina social não é possível manter-se sem que haja hierarquias, elas compõem o processo produtivo e reprodutivo:

[...] dadas as condições estabelecidas de hierarquias e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. No fundo, esta não deixa de ser profundamente autoritária devido as funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores (MÉSZÁROS, 2002, p. 271, grifos do autor).

As evidentes condições de dominação e hierarquia sob as quais a família se estabelecia, são, portanto, os primeiros fundamentos da opressão feminina. A família, enquanto unidade que compõe o capital (macrocosmo), reproduz em seu interior um sistema de dominação e controle com o mesmo autoritarismo, que, por sua vez, demonstrou-se muito mais cruel para as mulheres. Em acordo com esta, o capital desenvolve outras instituições para reproduzir esse mesmo sistema de valores: a igrejas e a escola.

Se por alguma razão houver uma perda de controle do capital sobre a sociedade, o mesmo sistema trata de converter a família enquanto responsável de tal desequilíbrio:

[...] os porta vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais frequentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 272).

A família, é, sobretudo, um instrumento controlado pelo Estado, e ainda um veículo reprodutor do seu sistema de valores. Porém, esses valores não foram fortes a todo momento, e as crises em que o processo de reprodução de valores do capital mergulhou em certos instantes, abriu portas para questionamentos e lutas, dentre elas a luta pela emancipação das mulheres.

A relação entre a luta pela libertação das mulheres e o sistema do capital parece vir acompanhada de um duplo significado. Há o argumento de que o capital tenha impulsionado a libertação das mulheres no sentido de que, com a inserção da força de trabalho feminina, houve um rompimento com o ambiente doméstico e com a demasiada dependência de seus pais ou cônjuges. Porém, simultaneamente a isso, com o capital, as mulheres permanecem em situação de escravidão, vivendo uma dupla jornada de trabalho com salários precários. Sobre isso, Mézáros explica:

A entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, em extensão tão significativa que hoje elas já chegam a constituir maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação. Em vez disso, apareceu a tendência de generalizar para toda força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter (MÉSZÁROS, 2002, p. 272).

Enfim, o quadro social das mulheres neste período estaria longe de ser considerado uma realidade de superação feminina. O que se tem sobre a questão é que o capital criou um limite de igualdade, criaram-se falsos ideais de igualdade e liberdade. O oferecimento de oportunidades às mulheres no mundo do trabalho, que, na verdade, reforçam a exploração e a opressão feminina.

Saffioti nos lembra que:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina, e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das

funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p.65).

Em linhas gerais, ao mesmo tempo em que a ordem social atribuía habilidades enquanto sendo especificamente femininas, limitando o espaço de atuação das mulheres, ainda as marginalizava dentro do sistema de produção.

Aludindo-se ao quadro geral acerca do trabalho feminino, a autora afirma ainda que:

[...] a penetração em massa das mulheres na indústria francesa na segunda metade do século XIX [...] envolve substituição de trabalho masculino por trabalho feminino pior remunerado. Os grupos ameaçados, do ponto de vista imediatista, pela extensão do trabalho feminino alcançam graus diversos de compreensão do problema da mulher enquanto vendedora de sua força de trabalho. [...] Desejam a supressão pura e simples do trabalho feminino, invocando o papel de guardião do lar (SAFFIOTI, 2013, p.75).

Além de ver a desvalorização da sua mão de obra, as mulheres ainda se depararam com aqueles que desejavam seu retorno ao lar, ao exercício exclusivo das atividades domésticas. Enfim, a simples presença da mulher nos espaços comuns de trabalho dos homens não era suficiente para que sua independência financeira ocorresse.

2.2 A SITUAÇÃO DA RÚSSIA NO FINAL DO SÉCULO XIX E OS PRIMEIROS PASSOS DA FORMAÇÃO SOCIALISTA DE ALEXANDRA KOLLONTAI

Alexandra Kollontai (Ilustração 5) nasceu no ano de 1872, em San Petersburgo, Rússia. Antes de tratarmos de sua juventude, e, naturalmente, de sua trajetória, há que se registrar as condições atravessadas pela Europa e a própria Rússia no final do século XIX, quando do nascimento e processo de formação desta revolucionária.

Na segunda metade do séc. XIX, a Rússia passou por transformações estruturais e econômicas relevantes. Neste momento, ainda se vivia sob o regime de *Alexandre II*, coexistindo, neste momento, características pré-capitalistas e costumes feudais. Em 1840, se fez mais forte a necessidade de mudar este cenário, visto que a agricultura sobrevivia de recursos e técnicas rudimentares e, conseqüentemente, tinha uma produtividade muito pequena. Assim, em 1861 aboliu-se a servidão campesina, gerando a migração dessa população para as indústrias (KOLLONTAI, 1978).

Sobre este momento histórico, Kollontai analisa que:

Desde 1848, a influência do movimento operário europeu é sentida na Rússia, não no proletariado (quase inexistente), mas entre os intelectuais, jovens da burguesia e nobreza, que, profundamente idealistas, acreditam ver na comuna russa rural [...] a possível base estrutural para um socialismo russo campesino¹. [...] Com a abolição da servidão começa uma grande mudança na economia russa: aumenta imediatamente a produção agrícola, em consequência o mesmo acontece com a exportação de cereais [...]. Este desenvolvimento não implica, no entanto, nenhuma melhoria para o agricultor: as terras desde 1861 foram colocadas à sua disposição, seja por compra ou por arrendamento, foram avaliadas duas vezes o seu valor real [...] (KOLLONTAI, 1978, p.15, Tradução nossa).

Neste momento, o proletariado iniciava o processo de organização sindical. A economia russa estava a crescer com a produção agrícola e a nascente indústria, contudo, as condições de vida destes não mostravam quaisquer diferenças do que era tempos antes desta nova fase de desenvolvimento.

Na verdade, a Rússia teve um desenvolvimento econômico e social bem particular, decorrente, dentre tantas razões, das suas condições geográficas. A história do país é marcada por um desenvolvimento econômico lento, e, conseqüentemente, uma estrutura social e cultural primitiva diante dos seus países vizinhos.

Trotsky (1950) afirma que a economia da Rússia baseava-se nesse período especialmente da agricultura, que, por sua vez, sofria com as condições climáticas contrastantes: Invernos e verões muito rigorosos. Assim, o território russo, situado entre a Europa e a Ásia, ocupava uma situação intermediária em virtude de sua geografia e da vida social: distinguia-se do Ocidente europeu, e também do Oriente Asiático (tendo aproximado deste em alguns períodos).

O mesmo autor explica que a Rússia não se formou segundo os padrões orientais, tendo em vista a pressão militar e econômica exercida pelo Ocidente. Enfim, além de sua geografia limitada, houve fatores externos que atrasaram o progresso do país em diversos aspectos.

O atraso de um país em relação aos outros, constitui-se em um fenômeno bem mais complexo do que imaginamos. A respeito disso, Trotsky (1950) esclarece que:

A possibilidade de saltar por cima dos graus intermediários, não é, compreende-se, completamente absoluta; ao fim das contas, ela está limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado, aliás, rebaixa frequentemente o que ele pede emprestado e pronto a usar no exterior para adaptar à sua cultura mais primitiva. O

próprio processo de assimilação toma, nesse caso, um caráter contraditório. [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada a avançar por saltos. Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, falta de denominação mais apropriada, **pode-se chamar lei do desenvolvimento combinado**, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amálgama de formas arcaicas com as mais modernas. Na falta desta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conteúdo material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. Sob a pressão da Europa mais rica, **o Estado russo absorvia** em comparação com o Ocidente, uma parte relativa da riqueza pública muito mais forte, e não somente condenava assim as massas populares a uma miséria dupla, mas enfraquecia também as bases das classes possuidoras. O Estado, tendo porém necessidade do apoio destas últimas, pressionava e regulava a sua formação. Resultado, as classes privilegiadas, burocratizadas, nunca mais puderam levantar-se com todo o seu peso e o Estado russo aproximava-se ainda mais dos regimes despóticos da Ásia (1950, s/p, grifos nossos).

Enfim, a Rússia passou por um processo de desenvolvimento econômico e social que, por sua vez, foi muito determinado pela pressão militar exercida pelo Ocidente. O que Trotsky nos explica é que um país atrasado costuma pular etapas para alcançar os demais, e portanto, conhecimentos e fases anteriores não são absorvidas por esses países. Neste sentido, o desenvolvimento igual e combinado, conforme Trotsky, é próprio do modo de produção capitalista no qual há combinações de formas distintas de organização da produção. No caso da Rússia, passava-se por setores muito atrasados na produção rural e muito avançados na produção industrial.

A trajetória econômica assinalada pela Rússia possui peculiaridades, nas quais o Ocidente marca constantemente presença. Trotsky (1950) lembra que:

A indigência, aspecto assinalável não somente da **feudalidade russa**, mas de **toda a história da antiga Rússia**, encontra a sua expressão mais intolerável na falta de cidades do verdadeiro tipo medieval, como centros de artesãos e de comerciantes. O artesanato na Rússia não conseguiu destacar-se da agricultura e conservou o caráter das pequenas indústrias locais. As cidades russas dos antigos tempos eram centros comerciais, administrativos, militares, residências de proprietários nobres, **em consequência centros de consumo e não de produção**. [...] É verdade que a dispersão das pequenas indústrias rurais nas diversas regiões do país pedia serviços intermediários de uma actividade comercial alargada. Mas os comerciantes nômades não podiam de forma nenhuma ocupar na vida social um lugar análogo ao que no Ocidente detinha a pequena e média burguesia das corporações de artesãos, comerciantes, industriais, burgueses indissoluvelmente ligados à sua periferia rural. Além disso, as linhas magistrais do comércio russo conduziam ao estrangeiro,

assegurando desde séculos um papel dirigente ao capital comercial do exterior e dando um carácter semi-colonial a todo o movimento de negócios no qual o comerciante russo era intermediário, entre as cidades do Ocidente e a aldeia russa. Tais relações económicas continuaram a desenvolver-se na época do capitalismo russo e encontraram a sua expressão suprema na guerra imperialista (1950, s/p, grifos nossos).

O comércio russo mostrou-se instável, e assim permaneceu por muito tempo. Os artesãos e pequenos comerciantes não puderam concorrer com as indústrias ocidentais. Essas características específicas da economia russa impossibilitaram até mesmo algumas mudanças de aspecto religioso em seu território. Inclusive, houve até movimentos na tentativa de converter esse atraso na Rússia, porém não se obteve sucesso.

Algumas mudanças mais frutíferas começaram com o que Trostky (1950) chamou de “europeização” da Rússia:

A europeização do país, começou formalmente sob Pedro I, tornava-se cada vez mais, no decurso do século seguinte, uma necessidade para a classe dirigente, isto é para a nobreza. Em 1825, os intelectuais desta casta, generalizando num sentido político essa necessidade, chegaram à conspiração militar com o objetivo de restringir a autocracia. Sob o impulso da burguesia europeia que se desenvolvia, os elementos avançados da nobreza experimentaram substituir um terceiro estado que faltava. Contudo, a intenção deles era de combinar o regime liberal com as bases da sua dominação de casta, e era por isso que eles temiam sobretudo o levantamento dos camponeses. Não é de espantar que esta conjura tivesse sido obra de um grupo brilhante mas isolado, de oficiais que quebraram a espinha quase sem terem combatido. Tal foi o sentido da revolta dos dezembristas (1950, s/p).

Neste momento, observemos que na Rússia nasce o princípio de uma nova fase social e económica, impulsionada primeiramente por esses movimentos sociais ainda imaturos, por parte dos camponeses. Isso se justificou, naturalmente, pela vida que estes levavam. Com o desenvolvimento de novas técnicas de produção pelos grandes industriais, houve uma grande queda no rendimento dos camponeses, visto que a competição tornou-se inconciliável entre camponeses e grandes proprietários. Em linhas gerais, a crise no campo levou ao fenómeno da industrialização. Em outro dizer, aumentaram os investimentos estrangeiros (especialmente vindos da França) sobre a Rússia, que, conseqüentemente, desencadeou um crescimento no número de trabalhadores, e um aumento da produção industrial. Esses fenómenos foram extremamente importantes, sobretudo para o surgimento de movimentos revolucionários:

A partir da década 1870-1880, as transformações económicas e sociais permitiram o nascimento de núcleos organizados do Movimento

operário, e os primeiros grupos revolucionários socialistas de importância. As condições de vida e trabalho dos trabalhadores eram terríveis: eles trabalhavam 14 horas por dia, não tinham casas (um quarto por família), na medida em que os trabalhadores, por vezes, tinham que ficar nas fábricas. Não havia direito de associação, nem direito à greve, nem de expressão. No entanto, não foi tão somente o nível de desenvolvimento, mas também a situação da burguesia, que ainda não tinha alcançado a igualdade de direitos civis e políticos em relação à nobreza. A Rússia não tinha feito sua revolução democrático-burguesa em 1861, nem em 1870 [...] a forma de governo permaneceu autocracia cuja cabeça era o czar e a nobreza; [...] A causa fundamental dessa discrepância era que muitas das transformações econômicas tinham sido produto da ação do Estado, administrado pelo funcionalismo nobre. [...] A burguesia nacional, débil, teve de contar com a pequena burguesia e até mesmo organizações socialistas [...] contra a nobreza e os proprietários. Precisamente da burguesia e da pequena burguesia, mesmo a nobreza, vieram os jovens intelectuais que, extasiados por uma admiração romantizada para o povo, formaram círculos rebeldes especialmente agrupados sob uma ideia em comum: <<Indo para o povo>>. Formaram pequenos grupos que lutaram por um programa político social pouco definido, mas que, na essência, reclamava por terra para os camponeses, a fábrica para o trabalhador, a convocação de uma Assembleia Constituinte e uma República (KOLLONTAI, 1978, p.17. Tradução nossa).

Assim, estas foram as circunstâncias sob as quais se deram as primeiras lutas dos trabalhadores na Rússia. Neste momento, a burguesia russa ainda não conquistara seu fervor e poder, percebia-se a presença de muitos intelectuais envolvidos pelo movimento, cujo sentimento de revolta se justificava especialmente pela incoerência entre o presente desenvolvimento econômico e as condições reais de vida da maioria da população: os camponeses perdiam suas terras ou as viam perderem valor, e os industriais se enriqueciam com a produção em larga escala.

A diversidade de movimentos sociais e revolucionários, e até mesmo os episódios de violência produzidos neste momento, levaram ao desenvolvimento dos primeiros grupos marxistas, dentre eles está o “Terra e Liberdade”, o qual reuniu um grande número de revolucionários, por volta de 1877 e 1878. Daí em diante, surgiram tantas outras organizações (como a “Emancipação do Trabalho”), revelando consigo alguns teóricos marxistas mais importantes para aquela geração, dentre eles, Lênin (KOLLONTAI, 1978).

Vemos, pois, que a década de 1870-80 foi marcada de transições econômicas e políticas, em outras palavras, marcada por longos dias de luta. Entre 1872-82, ocorreram inúmeros atentados contra o Czar Alejandro II, que, exatamente no ano de 1871, apesar do número de revolucionários mortos, obtivera êxito em sua causa (KOLLONTAI, 1978).

Enfim, até que esses movimentos se realizassem, os membros do movimento aliaram-se entre si pelas condições semelhantes que vivam e pelos ideais, mas sobretudo, a partir da teoria marxista. As condições materiais de vida foram o motivo e a razão do grito contra o autoritarismo.

Fora nestes anos de luta, que nasceu Alexandra Kollontai:

Nesta precisa conjuntura, no ano de 1872, nasceu na cidade de San Petersburgo Alejandra M. Domontovitch, logo conhecida como Kollontai, o sobrenome do seu marido. Era filha de uma família de proprietários nobres, sendo seu pai um general russo de origem ucraniana [...] e sua mãe finlandesa de origem campesina. Os acontecimentos que se estavam produzindo na Rússia, o tipo de educação que recebeu, a família que teve, assim como a cidade onde nasceu, condicionaram sua formação e seu posterior desenvolvimento. Viver em San Petersburgo nas últimas décadas do século passado, significava viver em um dos centros industriais mais importantes da Rússia, superior a Kiev, Odesa e Moscou. A indústria pesada mais importante do país, radicava ali, desde o momento em que se constituiu, a medida que ia crescendo a indústria e a concentração operária, um dos focos mais importantes do movimento operário russo (KOLLONTAI, 1978, p. 18).

Este fora o cenário no qual Kollontai nascera, e onde, mais tarde, se lançaria na luta social e nos estudos marxistas. Temos, portanto, a figura de uma mulher que nasceu no seio da luta, e formou-se dentro dele. São Petersburgo, inclusive, fora a cidade russa onde os movimentos operários mais se mostraram pujantes. Seu primeiro grupo marxista formou-se em 1885, liderado por *N. V. Vodovozov*, surgindo outros em seguida. Será em sua adolescência, com idas e vindas à Finlândia, que a jovem Kollontai conhecerá a história de luta do povo finlandês contra a aristocracia czarista (KOLLONTAI, 1978).

A Rússia, enquanto polo de desenvolvimento industrial, mostrou-se também o centro dos movimentos operários. A classe trabalhadora se diversificava a pensar nas estratégias de luta em prol do reconhecimento de direitos trabalhistas e acima de tudo, condições de dignidade. Essas estratégias deveriam ser fortes e consistentes, sobretudo, pelo poder de expansão que o capitalismo estava conquistando. Primeiramente, estava a necessidade de organização, em outras palavras, a construção de órgãos de representatividade da classe trabalhadora. Esse fenômeno já se via na Rússia.

As peculiaridades dos movimentos de luta vivido pelos trabalhadores finlandeses, e pelo contexto político da Rússia, demonstravam o quanto o modo de produção capitalista assumia diferentes vestimentas.

A Rússia estava a viver uma nova onda de movimentos na economia e, sobretudo, na sociedade, não mais transitando sob uma economia eminentemente agrícola. As Indústrias começavam a ocupar um espaço cada vez maior na Rússia, porém produzia condições miseráveis de vida para a classe operária.

Depois da morte de Alejandro II, assumiu seu herdeiro Alejandro III, que impôs um clima de forte censura sob todos que fossem contra seu regime. Embora descreva a presença de muitos movimentos populares e revolucionários, fora um período de grande repressão, datado especificamente nos anos de 1881-1890. Neste período, Kollontai já não era mais uma criança, já no início de sua adolescência, começara a tomar conhecimento dos acontecimentos e das lutas travadas pelos trabalhadores (KOLLONTAI, 1978).

Embora os pais de Kollontai demonstrassem um posicionamento crítico quanto às condições do país, ambos tinham medo das influências que Kollontai poderia sofrer na escola, quanto à disseminação de discursos revolucionários:

[...] Kollontai nunca foi à uma escola, porque seus pais tinham medo que ali ela conhecesse as correntes ideológicas revolucionárias através de seus companheiros de classe. Mas o ambiente da cidade não poderia passar despercebido, os grandes problemas sociais eram conhecidos desde sua adolescência. Como ela mesma disse: <<**Desde cedo adquirir a consciência clara das injustiças sociais que imperavam na Rússia**>>. Seus professores a influenciaram de grande maneira, tanto no desenvolvimento do espírito crítico como na aproximação sobre os problemas da sociedade russa (KOLLONTAI, 1978, p. 20, grifos nossos. Tradução nossa).

Kollontai demonstrou apreço pela leitura e pelo conhecimento. Inclusive, anos mais tarde, sob influência de uma de suas professoras mais queridas, Kollontai chegou a se inserir em um grupo de jovens revolucionários de São Petersburgo, demonstrando o forte pensamento crítico que havia adquirido, antes mesmo de conhecer propriamente o marxismo (KOLLONTAI, 1978).

Além do mais, sua família possuía uma mentalidade bastante avançada para a época. Isso lhe permitiu acesso ao maior grau de conhecimento, e uma formação sofisticada. O que, na época, era algo muito difícil, quando se tratava da educação de meninas e mulheres. A família de Kollontai conhecia muito as condições nas quais viviam outros países da Europa, e, naturalmente, as comparava com o crescimento econômico da Rússia e as desigualdades sociais que vinham junto com ele. Na verdade, esse progresso era um tanto limitado, a Rússia

manteve certas tradições e costumes, especialmente determinados modos de pensar pré-capitalistas (KOLLONTAI, 1978).

Assim, poderíamos dizer que, Kollontai tivera um lar propício para a formação de um espírito revolucionário. Mas, havia muitas circunstâncias, nas quais ela questionava os padrões da sociedade Russa:

A sociedade russa tinha características de patriarcado. O homem, o pai, era o agente ativo que decidia e controlava, desde os núcleos mais pequenos, como a família, até os maiores como o aparato estatal e econômico. **A mulher estava relegada à um segundo posto. No campo, seu trabalho não era tão importante quanto do homem** (a mão de obra era abundante, sobrava) e sua missão consistia na criação dos filhos e no cuidado da casa; as pequenas tarefas artesanais ou agrícolas que desempenhavam não tinham um valor fundamental. **A mulher não havia se incorporado ainda ao trabalho industrial.** Em um país onde existia tanta miséria e a mão de obra masculina era excedente e baratíssima, não se valorizava apenas a mão de obra feminina, **a mulher operária foi socialmente quase inexistente, e sua incorporação aos movimentos sociais emancipadores foi mais tardia que em outros países europeus** (KOLLONTAI, 1978, p. 22, grifos nossos. Tradução nossa).

No início da adolescência de Kollontai, essas foram algumas das condições culturais, políticas e econômicas nas quais a Rússia se encontrava. Está aí um conceito que bem definia os limites de liberdade das mulheres: a presença do **patriarcado**⁹. Estando este eminentemente ligado ao surgimento da propriedade privada, encontramos a fonte geradora do argumento de que o movimento das mulheres deve ser pensado a partir da luta de classes, dos conflitos que regem e que fundamentam a formação das sociedades.

Kollontai, a revolucionária russa, em suas memórias sobre a relação entre adultos e crianças, lembra que:

[...] Desde pequena criticava a injustiça dos adultos, parecia-me uma contradição evidente, me ofereciam tudo e para outras crianças eram

⁹ O patriarcado – como forma de organização social na qual é exercido o poder do homem sobre a mulher – não é exclusivo do capitalismo. Ele surge na história da humanidade juntamente com a propriedade privada, que coloca a questão da transmissão da riqueza, da herança e da definição da paternidade. Antes do surgimento da propriedade privada, a sociedade se organizava em torno da figura da mãe. Com a família monogâmica, quando a mulher é entregue “*ao poder do homem*”, como explicou Engels, nasce o germe do Estado patriarcal. Ao modo de produção capitalista corresponde o estado burguês, no qual se mantém o patriarcado – e não poderia ser diferente, pois a questão da propriedade privada e sua transmissão seguem colocadas (BOITO, 2016, p. 15, grifos do autor).

negadas tantas coisas. Minha crítica foi se elevando com os anos, e cresceu o sentimento de protesto contra as diversas maneiras de viver que via em torno de mim. Aos poucos adquiri claramente consciência das injustiças sociais que imperavam na Rússia (KOLLONTAI, 1978, p. 76. Tradução nossa).

Sua família tentou escondê-la da realidade injusta e de exploração. Como citado anteriormente, por várias razões, Kollontai nunca fora a uma escola, tendo sido educada por professores particulares. Mas, isso não a impediu de afiar seu espírito crítico. No início de sua juventude, permaneceu lutando contra a timidez, até se entreter nos primeiros grupos revolucionários (KOLLONTAI, 1978).

Apesar de ter uma família relativamente progressista, diante das convenções que ainda perpetuavam nas famílias russas, Kollontai sofrera com episódios contrários à sua vontade. Contudo, soubera se impor desde o início. Sua mãe havia conseguido um “bom partido”, mas logo a jovem Kollontai manifestou-se que se um dia se casasse, seria por amor e paixão. Tendo este objetivo traçado, ela se casou com um **jovem engenheiro**¹⁰ e adotou seu sobrenome (Kollontai). Alexandra permaneceu casada por apenas 3 anos. Com ele, tivera um filho. Contudo, Kollontai confessa que a maternidade não lhe era uma prioridade (KOLLONTAI, 1978). Enfim, seu espírito revolucionário era mais forte do que qualquer outra tendência.

Casou-se por amor, mas não adaptou-se ao casamento, tendo o julgado como uma “jaula”. A cada dia se dirigia mais ao movimento operário na Rússia, e aos poucos se debruçava teoricamente sobre o marxismo:

Lia muito, estudava assiduamente todos os problemas sociais, assistia a conferências e trabalhava em sociedades semi-legais para a educação popular. **Eram os anos do florescimento do marxismo na Rússia (1893/96)**. Lenin não era nada menos que um principiante no campo literário e revolucionário. Yuri Plekanov era o espírito dirigente da época. A concepção materialista do mundo me parecia familiar; desde minha primeira juventude me sentia atraída pela escola realista, era uma entusiasta seguidora de Darwin e Boelsche (KOLLONTAI, 1978, p. 78, grifos nossos. Tradução nossa).

Enfim, a cada dia Kollontai sentia seu objetivo ainda mais definido e suas afinidades teóricas se afunilando. Mas, a visita a uma fábrica têxtil em Kregolm fez com que seus

¹⁰ Vladimir Mikhailovich Kollontai;

sentimentos se ampliassem. A partir deste momento Kollontai sente que suas atividades e seu dever serão ainda maiores, como ela mesma afirma:

Não poderia levar uma vida feliz e pacífica enquanto os operários eram escravizados de forma tão desumana. Tinha que ingressar direto no movimento[...]. Assim começou minha vida consciente para os objetivos revolucionários do movimento operário. E quando no ano de 1899 regressei à San Petersburgo [...] me afiliei ao partido socialdemocrata da Rússia, em seguida ilegalmente (KOLLONTAI, 1978, p. 78, grifos nossos. Tradução nossa).

Fora nesse encontro de realidades, que Kollontai decidira dedicar-se exclusivamente à sua causa. Abandonou esposo e filho, e viajou em seguida à Zurich, para estudar economia política com o professor Heinrich Herkner. Seu interesse pela leitura e pelos problemas sociais sempre existiram, contudo, será neste momento que seu envolvimento com o movimento operário será por inteiro consciente.

2.3 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE KOLLONTAI: ATIVIDADES NO PARTIDO E OS ANOS DE IMIGRAÇÃO POLÍTICA

Nesta nova etapa de sua vida, sob total envolvimento com o movimento operário, Kollontai exerceu a profissão de escritora e propagandista. Neste período, a Finlândia ainda transitava sob uma independência relativa devido ao autoritarismo czarista. Muito interessava à Kollontai as condições políticas e sociais que viviam os finlandeses neste período histórico, final dos anos 1890. Sobre esse momento ela escreveu:

[...] Talvez foram as impressões que durante minha infância recebi de meu avô, que me atraíram de maneira tão especial para a Finlândia. Passei a tomar parte ativa do movimento de libertação do país. Deste modo, meu primeiro grande trabalho científico na área da economia política foi uma ampla investigação sobre a vida e as condições de trabalho do proletariado finlandês em relação à indústria (KOLLONTAI, 1978, p. 79. Tradução nossa).

Em conjunto com suas atividades no partido, Kollontai sentiu a necessidade de tomar conhecimento das condições materiais de vida dos trabalhadores. Entender as lutas nas quais o proletariado enfrentava diariamente: a supressão de direitos trabalhistas e as condições desumanas de vida. Suas investigações lhe foram úteis não apenas para seu

autoconhecimento, mas também como escritora, para denunciar as condições nas quais estes trabalhadores estavam a viver.

Suas investigações lhe renderam um livro, que veio a finalizar em 1903, em San Petersburgo. Neste mesmo período, Kollontai viveu a perda dos seus pais e o completo afastamento de seu esposo. Apesar da sua falta de simpatia ao casamento e à ideia de permanecer retida ao lar, Kollontai dedicou-se à educação e aos cuidados de **filho**¹¹, que após a morte de seus pais, voltou a morar com a autora.

Apesar de constantemente lembrar-se de seu esposo, Kollontai permanece fiel aos seus objetivos em prol do movimento operário russo e de todo o mundo. Sobre o assunto, a autora declara a todo tempo seus sentimentos e os conflitos que estende à toda natureza feminina:

[...] por maior que fosse meu amor por meu esposo, o quanto transgredisse certas fronteiras vinculadas com o espírito do sacrifício feminino, o sentimento de protesto voltava a estalar em mim. Tinha que ir-me, tinha que romper com o homem de minha escolha do contrário [...] me teria exposto ao perigo de perder meu próprio eu. Assim, é preciso decidir que nenhum dos homens que tem estado ao meu lado tem exercido influência orientadora sobre minhas inclinações, aspirações ou concepções de mundo. Pelo contrário, geralmente **era eu o meu guia**. E minha concepção de vida e minha linha política as formei a partir de mim mesma e de um trabalho ininterrupto de leitura (KOLLONTAI, 1978, p. 79, grifos nossos. Tradução nossa).

Alexandra Kollontai representa a superação dos estereótipos femininos de sua época. Neste período, ela e muitas mulheres, especialmente trabalhadoras, já não se encaixavam mais nas expectativas do conservadorismo. Contudo, por mais que muitas já houvessem rompido esses padrões, ainda havia aquelas que os seguiam, muitas pela dependência financeira e emocional de seus pais ou maridos. Kollontai foi um guia para si, e para outras mulheres. Esse processo de libertação estava para além de atravessar as portas do lar e conquistar seu próprio sustento, mas de provar que sua existência possui um significado muito maior.

¹¹ Na autobiografia não há referências sobre o nome e a história do filho de Kollontai. Mas, por meio de outras fontes têm-se conhecimento de que ao se separar em 1898, seu filho Misha tenha ficado com o pai, Vladimir Mikhailovich Kollontai. Com sua separação a autora foi se dedicar aos seus estudos, em Zurique (OLIVEIRA, 2013).

Superar as tentações e prisões que o amor lhe submetia, não consistia nada menos que lhe impor prioridades. Não se tratava de lhe reprimir sentimentos ou desejos. A autora foi livre para estar com quem estava. Mas, seu ímpeto de realizar-se nos movimentos de luta era muito maior. Seu desejo de dissolver – na medida de suas forças - as desigualdades sociais que assistia desde pequena, lhe promovia um sentimento de protesto devastador.

Em 1905, assistiu-se a um importante movimento, a primeira revolução na Rússia, conhecida especialmente como “Domingo sangrento”. Enfim, era um ano turbulento e de muitas rebeliões. Neste tempo, Kollontai estava a se destacar como oradora, e deu-se conta do pouco que o partido se dedicava à questão das mulheres. A pensadora reconhecia a existência de um forte movimento feminino burguês, contudo, defendia que a verdadeira libertação feminina ocorreria a partir de uma nova ordem social (KOLLONTAI, 1978).

Constatando essa falha no partido, Kollontai tratou de conscientizar homens e mulheres acerca da questão. Desde então, procurou organizar dentro do partido um movimento operário feminino, com um programa especial de direitos para as mulheres trabalhadoras (KOLLONTAI, 1978). Significa dizer que, embora a prioridade fosse pensar uma sociedade sem exploração, o partido ainda não havia se concentrado na questão feminina. Esta consciência ainda era pequena dentre os militantes.

Por uma questão de princípio, Kollontai se sentia distante dos colegas, por verem que suas ideias eram distintas das apresentadas no partido. Porém, logo em 1906-1907, Kollontai conseguiu convencer um pequeno grupo a se organizar e realizar seus planos (KOLLONTAI, 1978). Percebemos que os primeiros anos no partido lhe pareceram difíceis, seja pela escolha em abandonar “temporariamente” sua família, seja pelas diferenças de pensamento no interior do partido.

Com as persistentes iniciativas, no outono de 1907, organizou-se o primeiro grupo de mulheres trabalhadoras dentro do partido, composto majoritariamente de mulheres jovens. Contudo, manifestações advindas desse grupo e impressos produzidos por Kollontai neste período, lhe impôs a necessidade de exilar-se. Seu único filho teve de ser acolhido por amigos da família, e esse seria o momento mais penoso na vida da autora (KOLLONTAI, 1978).

Em 1908 assistiu-se ao Congresso de Mulheres na Rússia, convocado pelas burguesas para discutir os direitos femininos. Nessa ocasião, o movimento operário fora novamente

esmagado, assim como ocorreu em 1905. Esse episódio gerou muitas prisões, tendo alguns camaradas partido para o estrangeiro. Mais uma vez explodiu os conflitos dentro do partido operário russo (bolcheviques *versus* mencheviques). Sobre isso, a revolucionária russa escreve que:

No ano de 1908 pertencia aos mencheviques, porque a postura dos bolcheviques frente ao czarismo, um *pseud.* parlamento convocado pelo czar para acalmar os espíritos insurgentes da época, me obrigava a isso. Com os mencheviques, defendi a tese de que incluso um pseudo parlamento devia ser utilizado como tribuna para nosso partido e as eleições do czar deveriam ser usadas como instrumento de unificação da classe trabalhadora. Porém, diferia dos mencheviques no tocante a coordenação das forças trabalhadoras com os liberais para acelerar o derrocamento do absolutismo. Neste ponto, pertencia realmente a esquerda radical e até fui qualificada como sindicalista pelos meus colegas de partido (KOLLONTAI, 1978, p. 82, grifos nossos. Tradução nossa).

Apesar de estar na ala Menchevique do *Partido Social-Democrata Russo* e bem introduzida no partido, Kollontai não negava as divergências que tinha com a mesma. Sentido a necessidade de mudar de linha de pensamento dentro do partido, assim o fez. Tinha um pensamento determinado sobre todas as questões de interesse da classe trabalhadora, tanto de caráter prático quanto teórico.

Quanto ao Congresso de Mulheres liderado pelas defensoras burguesas, Kollontai não entendia qualquer aproveitamento deste evento para as mulheres trabalhadoras, visto que os interesses das feministas burguesas não eram comuns aos do movimento operário. No entanto, apesar de reconhecer essa diferença, a autora impulsionou a participação de todas as operárias, contudo, enquanto grupo independente das ativistas burguesas (KOLLONTAI, 1978).

Os impasses no prosseguimento dos movimentos operários femininos se deram não apenas pelas diferenças sociais entre as mulheres burguesas e as trabalhadoras. Mas, também, pelas próprias dificuldades impostas pelos membros do partido, que acreditavam que Kollontai e suas demais correligionárias estariam dando muito aprofundamento e atenção à questão. Sobre isso, a autora afirmou: “[...] Naquela época ainda não sabiam valorizar o **absoluto e extraordinário** papel que correspondia às mulheres trabalhadoras, as mulheres economicamente independentes, na luta política” (KOLLONTAI, 1978, grifos nossos, p.8283).

Embora os socialistas apresentem um pensamento progressista, voltado à liberdade e a valorização da dignidade humana, ainda era pequeno o esforço para se refletir sobre as necessidades específicas das mulheres trabalhadoras. A preocupação dos homens nos partidos era de que essa prática lhes tirasse de seu foco principal. Contudo, Kollontai demonstrou que o tema da mulher era algo tão fundamental quanto o que já era pleiteado pelo partido. Elevar o grau de importância da questão feminina, estaria nada menos que ampliando as possibilidades das mulheres politicamente, e fortalecendo o próprio partido.

Por mérito de Kollontai, finalmente organizou-se um grupo de trabalhadoras que se apresentaram no Congresso de São Petersburgo¹². Nesta ocasião, as mesmas trouxeram um programa próprio, com uma linha bem definida, dividindo o espaço das mulheres burguesas e do movimento de libertação das trabalhadoras na Rússia. Apesar do empenho a este movimento, Kollontai foi obrigada a atravessar a fronteira e chegar a Alemanha, onde começa uma nova etapa de sua vida: sua imigração política (KOLLONTAI, 1978).

Desde então, Kollontai viveu muitos anos longe de casa. De 1908 a 1917 vivera viajando pela Europa e América. Contudo, essa mudança não a impediu de continuar no mesmo terreno de debate. Logo se filiou ao partido social democrata alemão. Neste partido, Kollontai encontrou bons amigos: *Karl Liebknecht*¹³, *Karl Kautsky*¹⁴ e suas colegas *Rosa Luxemburgo* e *Clara Zetkin* (KOLLONTAI, 1978).

Nesse período, Kollontai ainda não ocupava nenhum cargo de direção ou liderança. Dedicava-se a atuar como escritora em assuntos políticos e sociais, e assim se colocou à disposição do partido. Ela preferiu também não assumir certos postos, que lhe rendessem a

¹² Há que deixar claro que foram muitos eventos organizados neste período, que em sua maioria, houve a participação de Kollontai. Contudo, movimentos com focos distintos. Este congresso em referência dirigia-se às reivindicações das trabalhadoras russas. Tem-se como dado que: “Em 1918 Alexandra organizou o Primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras de toda a Rússia, deste congresso nasce o Genotdel, que teria a responsabilidade de promover a integração da mulher na vida pública soviética. Neste mesmo congresso Alexandra é nomeada editora chefe da revista *Kommunistka* [...]” (VOIGT, 2015).

¹³ [...] foi um político e dirigente socialista alemão. Filho de Wilhelm Liebknecht e colaborador de Karl Marx e Friedrich Engels, Karl Liebknecht ficou conhecido por ter, junto com Rosa Luxemburgo, fundado a Liga Spartacus, em 1916. Este movimento de esquerda surgiu na Alemanha em oposição ao regime social-democrata vigente na República de Weimar, acusado pelos espartaquistas de ser cooptado pela burguesia (Rosa e Karl, os dois comunistas. FDR – Fundação Dinarco Reis: Fundação Estudos políticos, econômicos e sociais Dinarco Reis. 2016).

¹⁴ [...] nascido em Praga e educado em Viena, foi o legatário de Karl Marx (1818-1883) e de Friedrich Engels (1820-1895), com os quais estabeleceu relações de amizade, quando de sua viagem a Londres em 1881. [...] Kautsky tornou-se membro do Partido Social-Democrata da Áustria e, posteriormente, do Partido Social-Democrata da Alemanha, para onde se mudou, e fundou a revista teórica [...] (O Novo Tempo). Tornou-se então o principal intérprete da doutrina de Marx, dentro da Internacional Socialista [...] (BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Karl Kautsky e as origens do Cristianismo*. Revista Espaço Acadêmico, v.10, Ano 111, Ago. 2010).

responsabilidade de defender princípios que não lhe eram compatíveis. Decidiu trabalhar de modo independente!

Sobre isso, a autora revela que:

Eu acho conveniente acrescentar aqui que, embora eu tenha tido uma certa ambição como todo ser humano ativo, nunca me vi impulsionada pelo desejo de obter um posto. **Sempre me parecia menos valioso —o que sou que —o que posso, o que estou em condições de realizar.** Neste plano que desenvolvia minha ambição que se fazia notar especialmente aí onde lutava com toda minha alma e coração e era preciso impedir a escravização das mulheres trabalhadoras (KOLLONTAI, 1978, p. 84-85, grifos nossos. Tradução nossa).

Isso a torna uma militante e uma teórica completa. Kollontai não desejou o mérito de líder dos movimentos, simplesmente tinha consigo um grande propósito. Seu empenho era vê-lo acontecendo: era mudar as condições das mulheres trabalhadoras!

As obras e os escritos da revolucionária russa reuniram seu pensamento sobre a forma de organização social e política que a mesma acreditou ser o caminho para a emancipação das mulheres trabalhadoras. Embora a autora não tenha vindo de um seio proletário, as circunstâncias de sua vida a conduziram a este caminho, em outras palavras, Kollontai se interessou pela causa antes mesmo que pudesse atuar objetivamente em prol da mesma, seus olhos já se aguçavam a muito tempo sob a emergência de mudanças sociais.

Enfim, seus livros reúnem tanto seu pensamento teórico (seu entendimento quanto aos fundamentos da sociedade e categorias relacionadas à mulher), quanto estratégias objetivas, projetos e políticas públicas para as mulheres (no momento em que exerceu cargos públicos). Portanto, podemos dizer que seus escritos lhes aperfeiçoaram também enquanto militante, pois lhe serviu enquanto plano de ação nos cargos que ocupou.

Durante toda a sua trajetória no partido, a autora lutou pela libertação da mulher e pela consciência do partido sobre o valor dessa questão. Nesse período de exílio, Kollontai escreve “*O fundamento social do problema feminino*”, em resposta aos movimentos femininos burgueses. Este livro atingiu bons êxitos, mas seu principal objetivo ainda não havia sido alcançado: convencer suas companheiras e companheiros de partido sobre a necessidade de debater e lutar pelos direitos femininos (KOLLONTAI, 1978).

No ano de 1914, ambos os lados do partido – mencheviques e bolcheviques – passaram a se atentar melhor sobre o problema da mulher. Essa nova postura pode ter influenciado o surgimento de duas revistas de trabalhadoras na Rússia, e a celebração do dia 8 de março como o dia internacional das trabalhadoras. Contudo, por conta do exílio,

Kollontai não pôde acompanhar diretamente o progresso alcançado pelas **trabalhadoras na Rússia**¹⁵ (KOLLONTAI, 1978).

Enfim, o período de imigração política da autora lhe rendeu muito conhecimento, apesar de impedida de voltar à sua pátria. Nesta fase, esteve em vários países como oradora do partido, e exercendo suas atividades de escritora. Mas, entre os de 1910 e 1912, Kollontai assume uma tarefa importantíssima: é convidada a participar da elaboração de um projeto de lei acerca da proteção a maternidade. Essa proposta lhe deixara imensamente feliz, apesar de não ter sido a primeira vez a receber um convite para um trabalho legislativo. Reconhecendo a necessidade de se aprofundar sobre o assunto, Kollontai lembra que:

A Liga para a proteção da maternidade e o extraordinário trabalho da doutora Helene Stockers me proporcionaram valiosos estímulos; no entanto, estudei o problema também na Inglaterra, França e os escandinavos. Como resultado destas investigações surgiu o livro *Maternidade e sociedade*, um amplo estudo de 600 páginas sobre a proteção da maternidade e as legislações na Europa e Austrália. As disposições e reivindicações básicas neste campo, resumidas por mim ao final do meu livro, foram atendidas posteriormente, **no ano de 1917**, na primeira legislação sobre seguridade social promulgada pelo governo soviético (KOLLONTAI, 1978, p. 87, grifos nossos. Tradução nossa).

Em outras palavras, o exílio lhe permitiu conhecer as condições de vida e a legislação de outros países, especialmente acerca dos mecanismos de proteção da maternidade. Isso permitiu a Kollontai um rico conhecimento sobre as necessidades urgentes na Europa, lhe inspirando também a pensar sobre a situação das mulheres trabalhadoras na Rússia. Mais que uma investigação rigorosa sobre o assunto, Kollontai produziu uma denúncia sobre as questões urgentes dos lugares onde esteve.

Em seguida a essa produção, Kollontai participou de outros movimentos entre os anos de 1911 a 1913. Neste último ano, se encontrava na Inglaterra, tomando partido de um movimento conhecido como “*Processo Beilis*”. Ainda em 1913, Kollontai fora para a Suíça, convidada a trabalhar na ala esquerdista do partido da Socialdemocracia. De fato, neste período, a autora realizou atividades muitas diversas, fora um ano muito agitado.

Sobre esta fase, a autora ainda relata:

¹⁵ [...] a distância, guardava estreita vinculação com as trabalhadoras da Rússia e anos antes havia sido designada representante oficial do sindicato têxtil e de costureiras na segunda conferência internacional das mulheres socialistas (1910) assim como também o Congresso Socialista internacional extraordinário de Basileia, em 1912 (KOLLONTAI, 1978, p.86. Tradução nossa).

[...] meus camaradas russos de partido utilizaram também meus serviços como delegada nos Congressos dos partidos e sindicatos socialistas. Foi assim como, com a ajuda de *Karl Liebknecht*, organizei na Alemanha uma ação a favor dos membros socialistas [...] que haviam sido deportados. No decorrer do **ano de 1911**, recebi um convite da Escola Russa do partido em Bologna, onde pronunciei uma série de conferências (KOLLONTAI, 1978, p. 88, grifos nossos. Tradução nossa).

Apesar de ter militado em diversos países, dentre os quais a França, fora na Alemanha que Kollontai sentira um bom terreno para o trabalho científico. Até estes anos sua trajetória fora resumida a muito trabalho e produção e de encontros com seus parceiros de partido.

À medida que sua dedicação ao trabalho e à luta no movimento operário crescia, seu espírito lhe exigia outras demandas. Apesar de ter posto a si mesma o princípio de não apegar-se amorosamente, a autora declara em sua autobiografia as dificuldades de sua escolha: de fato, o amor tem as suas prisões, e atrapalharia o cumprimento de seus objetivos para com o partido.

Após esse período, viera a Guerra Mundial, que, sem dúvidas trouxe mudanças na vida da autora. Sobre essa transição, Kollontai rememora:

Quando instalou a guerra, eu me encontrava na Alemanha. Meu filho estava comigo. Ambos fomos detidos, pois meus documentos não estavam em ordem. No entanto, após efetuar busca na casa a polícia encontrou uma ordem socialdemocrata russa na qual me nomeava delegada do Congresso Mundial de socialistas. E os senhores da Alexanderplatz adotaram uma atitude de extrema amabilidade: pensaram que uma socialdemocrata não podia simpatizar com o czar e, por conseguinte, tampouco era inimiga da Alemanha. Tinha razão. Com efeito, eu não era inimiga da Alemanha, menos ainda uma patriota russa. A guerra me parecia uma monstruosidade, uma loucura, um crime e, obedecendo mais a meus impulsos do que a meu raciocínio não a reconheci desde o primeiro instante e até hoje nunca cheguei a reconciliar-me com ela (KOLLONTAI, 1978, p. 90. Tradução nossa).

Por ser a favor da luta dos trabalhadores, e, portanto, contra a morte e degradação dos mesmos, é que Kollontai jamais demonstrou ser a favor dos limites de humanidade que uma guerra ultrapassava. Guerra não é Revolução. Seus sentimentos de amor à terra natal, não lhe rompia o bom senso e nem o equilíbrio na defesa do socialismo. Contudo, seu método era muitas vezes visto pelos colegas de partido como antipatriota.

Mais tarde, assistiu-se à derrota do Partido *Social-Semocrata alemão*¹⁶, sentida fortemente por Kollontai. Neste período, a autora manteve-se apenas na companhia dos amigos *Karl Liebknecht* e sua esposa *Sofia Liebknecht*, que comungavam da mesma opinião acerca da guerra. Em breve *Karl Liebknecht* seria assassinado pelo governo (KOLLONTAI, 1978).

Por não concordar com os rumos da guerra, Kollontai sentia-se inativa. Sentia que pouco fazia na Alemanha. Assim, em 1914, ela e seu filho decidem partir para a Escandinávia. Chegando na Suécia, logo se empenhou em suas atividades contra a guerra, e a favor da solidariedade internacional da classe trabalhadora no mundo (KOLLONTAI, 1978).

Assim, a Suécia torna-se o novo terreno de atuação de Kollontai (1978, p. 91):

Na Suécia escrevi e pronunciei discursos contra a guerra. Falei em manifestações públicas que, em sua maioria, haviam sido convocadas pelos mundialmente conhecidos líderes suecos de esquerda Zeta Hoglund e Frederic Strön. Neles encontrei um eco perfeito às minhas ideias e sentimentos e nos unimos no trabalho articulado pelo triunfo do internacionalismo contra a alienação bélica.

Na Suécia, Kollontai é surpreendida ao ver outros líderes compartilhando da mesma linha de pensamento que adotara: todos indo contra o *patriotismo social*. Na verdade, desde o princípio, o partido não se mostrara unificado, havia distintas alas. O que houvera neste momento, foi uma grande reagrupação: internacionalistas *versus socialpatriotas*. Nessas mesmas circunstâncias, assistiu-se à abertura de um jornal, que logo fora impedido pelas autoridades suecas. Mais uma vez, Kollontai tivera seus documentos apreendidos, e fora obrigada a sair da Suécia e abrigar-se na Dinamarca. O mesmo ocorreu com outros de seus colegas (KOLLONTAI, 1978).

No entanto, não foi na Dinamarca que Kollontai alcançou sua paz. Desde então fora muito perseguida pela polícia dinamarquesa. Assim, em 1915, a autora viaja para Noruega, onde realiza plenos contatos. Em 08 de Março do mesmo ano, Kollontai viaja para Cristiania – hoje Oslo – com o intento de organizar uma manifestação internacional de trabalhadoras

¹⁶ O Partido Social-Democrata Alemão, no qual estavam filiados Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai, que eram terminantemente contra a assinatura dos créditos de guerra propostos pelo executivo ao parlamento Alemão, foram derrotados pela ala de Bernestein que por serem maioria no partido deram o voto de apoio a que a Alemanha entrasse na primeira guerra mundial. Esta atitude demarcou a ruína do partido, com o assassinado de Liebknecht e Rosa Luxemburgo pelo governo Alemão; além de significar uma traição do partido à sua base social: o operariado e o campesinato alemão.

contra a guerra, mas não participaram as representantes dos países beligerantes (KOLLONTAI, 1978).

Na Noruega, Kollontai assistiu a uma ruptura do Partido Social-Democrata: de um lado os internacionalistas, e de outro os *socialpatriotas*. Nessas circunstâncias, a autora se alia aos membros da ala bolcheviques do Partido Social-Democrata Russo exilados na Europa, visto que os mesmos eram os que mais combatiam o patriotismo social. Dentre eles estava Lenin. Nesta nova fase do partido, Kollontai volta a dedicar-se à escrita, dessa vez, à imprensa internacional: Inglaterra, Noruega, Suécia, Estados Unidos e Rússia (KOLLONTAI, 1978).

Meses depois, no outono de 1915, Kollontai recebe um novo convite: é convocada pelo Grupo alemão do partido socialista americano para viajar para os Estados Unidos com o objetivo de proferir conferências para uma liga de socialistas internacionalistas. Muito atraída, logo atendera ao pedido. Nesta ocasião, se tornou propagandista na América e, em cinco meses conheceu 81 cidades dos Estados Unidos, tendo discursado nelas em alemão, francês e russo. Após esse período de acaloradas discursões, Kollontai retorna à Noruega na primavera de 1916 (KOLLONTAI, 1978).

Permanecendo na Noruega, Kollontai continua seu trabalho junto com as forças internacionalistas contra a Guerra Mundial. A autora compartilhava da mesma opinião de Lenin quanto à guerra: de que esta só pode ser vencida por meio da revolução, mediante a insurreição dos trabalhadores! Contudo, não muito tempo depois, Kollontai voltaria para a América, sob novos compromissos. Lá, permaneceu até pouco tempo antes de instalar a Revolução Russa.

Neste percurso, Alexandra Kollontai escreve que:

Quando o povo russo se levantou contra o absolutismo e o derrocou o czar, eu me encontrava, já fazia algumas semanas, na Noruega. Entre todos os nossos correligionários reinava um ambiente de festa. No entanto, eu não tinha ilusões porque sabia que a derrocada do czar era somente o começo de importantes acontecimentos e terríveis lutas sociais e por esta razão me apressei a voltar pra Rússia em março de 1917. Eu fui uma das primeiras refugiadas políticas que regressou a pátria liberada. Tinha que passar pela fronteira sueco-finlandesa, pela pequena zona fronteira de Tornö, situada ao Norte, onde o inverno era ainda mais cruel. Um trenó me transportou pelo rio que marcava a fronteira. No setor russo havia um soldado cujo peito vibrava um laço de cor vermelha fluorescente: <<Seus documentos, cidadã!>> <<Não tenho documentos, sou uma refugiada política>> <<Seu nome?>>. Eu me identifiquei. Veio um jovem oficial que tinha ido para olhar e que

também levava no peito um laço de cor vermelha fluorescente. Tinha uma expressão sorridente. Naturalmente eu estava na lista de refugiados políticos que, por ordem do Conselho de trabalhadores e soldados, podiam entrar livremente. O jovem oficial me ajudou a sair do trenó e me beijou na mão quase com veneração. Já me encontrava no solo republicano da Rússia liberada! Era possível? Este foi um dos momentos mais felizes de toda a minha vida. Quatro meses depois, por ordem do governo de Kerenski (governo provisional), o mesmo jovem e amável oficial me deteria como bolchevique perigosa na mesma fronteira de Tornö... São ironias da vida (KOLLONTAI, 1978, p.95-96. Tradução nossa).

Os caminhos percorridos por Kollontai foram antes de mais nada, muito desejados por ela. Nenhum dos afetos construídos foram capazes de modificar as pretensões que tinha para sua vida. Sentia-se assim, não por excesso de altruísmo, mas pela simples crença de que a nossa existência só pode ser preenchida por atitudes que mudem o cenário de nossas janelas. O nosso valor está na nossa capacidade para o trabalho e para o aperfeiçoamento de nossa inteligência em favor da sociedade.

2.4 KOLLONTAI E O DEBATE SOBRE A MULHER ENTRE AS MARXISTAS: DIÁLOGOS COM CLARA ZETKIN E ROSA LUXEMBURGO

Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo são também exemplos importantes de mulheres que participaram e contribuíram com o movimento operário feminino. Ambas cruzaram o caminho de Kollontai, trocando experiências¹⁷ e compartilhando de semelhantes motivações acerca do marxismo. Sobre a figura dessas autoras, Kollontai afirmara que:

Clara Zetkin também influenciou notavelmente meu trabalho no estabelecimento de postulados fundamentais do movimento das trabalhadoras na Rússia. Em 1907 havia participado como delegada da Rússia na primeira Conferência Internacional de Mulheres socialistas, celebradas em Stuttgart. A sessão foi realizada sob a presidência de Clara Zetkin e contribuiu muitíssimo para o desenvolvimento do movimento de trabalhadoras no sentido do marxismo (1978, p.83. Tradução nossa).

¹⁷ As semelhanças teóricas das autoras compõem uma memória comum. As memórias comuns podem ser vistas como coleções de muitas memórias pessoais acerca de um mesmo objeto, ou seja, em função da participação comum em dado período histórico, em dada configuração cultural, tais pessoas podem aproximadamente as mesmas lembranças. Também poderíamos falar das memórias geracionais, as quais são balizadas por eventos históricos que podem ter sido objeto de elaboração por certos grupos, que podem ter sido seus principais protagonistas (SÁ, 2007).

Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo foram amigas íntimas e confidentes, e compartilharam de muitas situações difíceis desde que se engajaram nos referidos movimentos: prisões, ameaças e o exílio. Luxemburgo, por sua vez, fora até as últimas consequências, tendo sido assassinada em 1919, por membros da contrarrevolução alemã.

Rosa Luxemburgo fora uma das influências de Alexandra Kollontai, especialmente quando esta iniciou seus estudos sobre o Marxismo. *Rosa Luxemburgo e Clara Zeckin*, enquanto pensadoras socialistas são, até hoje, fontes de estudo e esclarecimento sobre o marxismo, e suas reflexões oferecem respostas de modo tão seguro tanto quanto seria se estivessem vivas. Seus escritos constituem referências de pesquisas atuais para o debate da luta de classes e do campo do gênero.

Desta maneira, vale conhecer um pouco de cada uma delas, mesmo que de modo breve, pois, assim como Kollontai, ambas deixaram contribuições e reflexões importantíssimas ao movimento das trabalhadoras, e, conseqüentemente, ao debate marxista.

Rosa Luxemburgo nasceu em 5 de março de 1871, em Zamosc, pequena cidade da Polônia ocupada pela Rússia, quinta filha de uma família judia, emancipada e culta. Em Varsóvia, estuda no liceu russo para moças, onde começa a participar do movimento operário polonês ilegal. Para escapar da perseguição política, com 18 anos incompletos, refugia-se na Suíça. Em Genebra, conhece Leo Jogiches, jovem revolucionário de *Vilna* (Lituânia), na época com 24 anos, seu grande amor e mestre político na juventude. Tornam-se amantes no verão de 1891, um relacionamento intenso e conturbado que durará quinze anos; As relações políticas continuarão até o fim da vida (LUXEMBURGO, 2011).

Luxemburgo nos lembra o papel que a mulher trabalhadora exerce enquanto ser que é subjugado e explorado duplamente: pela dominação masculina e pelo Estado burguês. Assim, para a autora, não há terreno mais fértil para esse debate do que, senão, a luta de classes. Com uma superação dos meios de produção e da propriedade privada, vislumbra-se uma mudança na forma da sociedade conceber a família e na própria constituição das relações entre homens e mulheres. Contudo, para isto, as conquistas não devem limitar-se à novas leis e concessões de benefícios, na satisfação imediata de necessidades básicas e sociais. É preciso superar a propriedade privada, que desde seu surgimento, dividiu os homens, subjugando uns aos outros.

Dentre tantos que compuseram a esquerda política, Rosa fora um dos poucos exemplos dos quais podemos citar, que levantou a bandeira de suas convicções até suas últimas

consequências. Membro ativo de dois partidos socialistas, jornalista polêmica e educadora popular: dedicou-se durante anos a duas empreitadas: Fora membro do **Partido Social Democrata da Alemanha – SPD**, e fundadora da **Social - Democracia do Reino da Polônia e Lituânia - SDKPiL**. No **SPD**, a jovem tornou-se rapidamente conhecida. Pertencia à ala esquerda do partido e rapidamente tornou-se sua porta-voz. Contudo, via-se que seu apreço era sua pátria política: SDKPiL. Lembremos sua história: Esse pequeno-partido havia se separado em 1893 do Partido Socialista Polonês (PPS), fundado um ano antes. No começo, chamava-se Social-Democracia do Reino da Polônia (SDKP); mais tarde, quando a esquerda lituana entrou no partido, sob a direção do aristocrata polonês *Feliks Dzierzynski*, passou a chamar-se Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia. O conflito com a maioria dentro do PPS havia começado com a questão de um Estado polonês independente (SCHUTRUMPF, 2015).

Sobre esses conflitos que cercaram o SDKPiL, Rosa Luxemburgo e seus amigos pensavam que uma orientação no sentido da independência polonesa pudesse desviar as forças anticapitalistas, levando-as a fragmentar-se, e, conseqüentemente, fragilizar sua luta contra a exploração. Desconsiderando esse contexto particular, o SDKPiL revelou-se marcante na história política de Rosa Luxemburgo:

Em termos organizativos, o SDKPiL era algo extraordinário. Nele uniram-se pessoas da mesma idade, com antecedentes sociais e culturais semelhantes. Muitos provinham do grupo de judeus assimilados da burguesia culta da Polônia, que haviam fugido para estudar no exterior; [...] O SDKPiL não funcionava como um partido “normal” de trabalhadores e sim como um *peer group*: um grupo de iguais que não só perseguia um projeto político comum como também cultivava em seu interior estreitas relações pessoais. Cada um era aceito com suas forças e fraquezas, cada um podia confiar no outro. Aqui, Rosa Luxemburgo estava em casa (SCHUTRUMPF, p. 28, 2015).

Os estudos na Universidade de Zurique e os círculos de refugiados na Suíça do qual fez parte, tornou Rosa Luxemburgo uma marxista extraordinariamente culta. Em uma mesma mulher, encontrávamos uma pesquisadora, ativista e teórica. Foram essas habilidades que lhe permitiram, em 1913, compor a teoria da acumulação (SCHUTRUMPF, 2015).

O pensamento humanista de Rosa Luxemburgo se desenvolve a partir dos estudos que realizou em História, Literatura e Arte, acerca de diversos povos, o que, por sua vez, contribuiu com suas estratégias dentro do movimento operário *social-democracia*

(SCHUTRUMPF, 2015). Portanto, assim como Kollontai, Rosa fora duplamente excepcional: na teoria e na prática.

Quanto à Clara Zetkin:

[...] viveu no fim do século 19 e nas primeiras décadas do século 20. Foi, portanto, contemporânea da primeira guerra mundial, do período de unificação do Estado alemão, chamado República de Weimar, entre elas e, principalmente, **da vitória da Revolução Russa, em 1917**. Pode-se dizer que **aproveitou o momento histórico em que nasceu para aderir, da maneira mais total e apaixonada**, aos movimentos sociais e políticos de sua época, que, em algumas vezes, conseguiu fazer avançar significativamente. **Algumas das teses feministas que defendia são válidas até hoje, mesmo quando muitas das causas pelas quais lutou já sejam vitoriosas** (BADIA, 2003, p. 10).

Clara Zetkin também começou sua militância ainda jovem. Aderiu ao marxismo ao terminar o Magistério, quando se integrou num círculo de estudos organizado por revolucionários russos. Inclusive, mais tarde, chega a se casar com um de seus membros: *Ossip Zetkin*, de quem herdara o sobrenome. Dentro do movimento socialista, organizou um Movimento Feminino Internacional, diferenciando-se do feminismo burguês (LEVINO, 2011).

Acerca da participação das mulheres na luta contra a exploração, Zetkin se pronunciou no Congresso Internacional Socialista de 1907:

As proletárias socialistas não podem contar, portanto, com o apoio das mulheres burguesas na luta por seus direitos civis; as contradições de classe impedem que as proletárias possam aliar-se com o movimento feminista burguês. Com isso, não queremos dizer que devam rechaçar as feministas burguesas se elas, na luta pelo sufrágio universal feminino, se puserem a seu lado e sob sua direção para combater nas frentes o inimigo comum. Porém, as proletárias devem ser perfeitamente conscientes de que o direito de voto não pode ser conquistado mediante uma luta do sexo feminino sem discriminação de classe contra o sexo masculino, **mas somente com a luta de classes de todos os explorados, sem discriminação de sexo, contra todos os exploradores, também sem nenhuma discriminação de sexo** (BOITO, 2016, p. 22, grifos nossos).

Clara Zecktin compreende a necessidade de união das mulheres, visto que se identificam enquanto vítimas da opressão masculina. Porém, os interesses de classe se apresentam de modo tão fortes que dividem as mulheres burguesas e proletárias dentro da luta pela emancipação feminina. Os interesses de classe separam e definem o lugar de cada

um na luta pelas mulheres, e a luta de classes se mostra como o melhor e mais apropriado espaço para se discutir a opressão feminina.

Isso acontece, visto que a exploração exercida pelos meios de produção e por todos os demais aparelhos do capitalismo, atinge mais as mulheres. O mercado de trabalho se mostra mais apertado e estreito para as mulheres, que, por sua vez, são obrigadas a exercer atividades mal remuneradas e sob condições ainda mais precárias que os homens. Neste cenário, sofre tanto a mulher trabalhadora/assalariada, quanto a dona de casa. Sobre o trabalho feminino, especialmente, o trabalho doméstico, há uma série de discussões que confirmam a exploração da mão de obra feminina, nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Como Clara Zeckin, Rosa Luxemburgo (1871 – 1919) – ativista polonesa – também pronunciou-se sobre a participação das mulheres nos partidos, em seu escrito “*A Proletária*”:

A sociedade dominante lhe recusa o acesso aos templos de seus fóruns deliberativos, mas uma outra potência dessa época lhes escancara as portas – O Partido Social - Democrata. Aqui, em fileira, como membros da organização, estende-se diante da mulher proletária um campo incalculável de trabalho político e poder político. Apenas aqui a mulher é um fator no que se refere a igualdade de direitos. Ela é introduzida na oficina da história por meio da social -democracia [...] ela alcança a igualdade de direitos efetiva, ainda que o direito escrito de uma Constituição burguesa lhe seja negado. Aqui, ao lado do homem, a mulher trabalhadora sacode as colunas da ordem social vigente e, antes que esta lhe conceda um direito aparente, ela irá ajudar a pôr em ruínas essa ordem social. Proletária, a mais pobre dos pobres, a mais injustiçada dos injustiçados, vá à luta pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do capital (LUXEMBURGO *apud* BOITO, 2016, p. 23, grifos do autor).

Vemos que, assim como Kollontai e Luxemburgo, a participação de Zetkin no Movimento feminino não se desligava da luta do proletariado, que, para as autoras, era uma questão mais ampla, na qual, naturalmente, estava inserida também a luta feminina.

Zetkin, Luxemburgo e Kollontai compreendiam que o processo de libertação das mulheres requer, sobretudo, a participação direta das mulheres no movimento operário. Sobre isso, em artigo publicado em 1913, Alexandra Kollontai destaca o crescimento de mulheres nos partidos, na frente dos movimentos operários.

Segundo a autora, desde as primeiras conquistas dos trabalhadores o exército de mulheres socialistas cresceu em milhões! Mas, até que isso ocorresse, demorou para que se

dessem conta de que a união das mulheres na massa trabalhadora fosse essencial à luta de classes. Na verdade, sua inserção no espaço das fábricas se deu pela necessidade de ajudar a família a sobreviver ao desemprego que atingia a muitos na Europa, e não pelo reconhecimento de uma autonomia feminina (BOITO, 2016).

Sendo assim, Kollontai ainda destaca que:

Os trabalhadores não se vão dar conta imediatamente de que neste mundo de falta de direitos e exploração, a mulher está oprimida não só como trabalhadora, mas também como mãe, mulher. Porém, quando membros do partido socialista operário entenderem isto, farão a sua luta em defesa das trabalhadoras como assalariadas, como mães, como mulheres (BOITO, 2016, p. 92).

Tendo-se renovado os pensamentos sobre a mulher no espaço político e sua importância enquanto trabalhadora e sujeito dos mesmos interesses dentro da luta de classes, os partidos passaram a pensar sobre a promoção de medidas sociais, assim como suas necessidades dentro do partido, dentre elas, a de construir organizações específicas para as mulheres.

Acerca das atividades realizadas no interior do partido, Boito (2016, p. 24) considera: “requer também a recuperação, no interior do movimento operário, das conquistas teóricas, fruto da experiência concreta do proletariado, e que são um instrumento para o combate de nossa classe”. Em outro dizer, seja onde a classe trabalhadora estiver chegado, em termos de progresso dos movimentos, há sempre que se revisar e relembrar os motivos para os quais vieram. Os motivos pelos quais a luta começou e deve continuar. Assim, o movimento operário se mostra completo: teórico e objetivamente, dentro e fora das ruas.

Zetkin em entrevista com Lênin, lembra que Marx não colocou a questão feminista enquanto central no movimento de luta. Essa reflexão se produziu não apenas entre as feministas e ativistas. Em “*A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*”, Engels argumenta sobre a vivência do socialismo, e seus efeitos nas relações amorosas entre homens e mulheres:

Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica converter-se-à em indústria social. O trato e a educação das crianças tornar-se-ão assunto público; a sociedade cuidará, com o mesmo empenho, de todos os filhos, sejam legítimos ou naturais.

Desaparecerá, assim, o termo “consequências” que é hoje o mais importante motivo social – tanto do ponto de vista moral como do ponto de vista econômico – que impede uma jovem solteira de se entregar livremente ao homem que ama. Não bastará isso para que se desenvolvam, progressivamente, relações sexuais mais livres, e também que a opinião pública se torne menos rigorosa quanto à honra das virgens e à desonra das mulheres? E por último: não vimos que, no mundo moderno, a prostituição e a monogamia, ainda que antagônicas, são inseparáveis, como polos de uma mesma ordem social? Pode a prostituição desaparecer sem levar consigo, na queda a monogamia? (ENGELS apud BOITO, 2016, p. 24, grifos do autor).

Em outras palavras, os conflitos de gênero só cessarão quando as bases sociais se restabelecerem e estiverem postas em prol da comunidade, sem a exploração de uns pelos outros, e, portanto, com o fim da propriedade privada.

Ao pensarmos no jogo que sustenta o modo de vida burguês, deparamos com a fonte de suas próprias contradições. O desejo de manter a honra das mulheres aprisionando-as ao casamento vincula-se especialmente ao objetivo de garantir e prover filhos legítimos. Para isso, era muito mais necessário garantir a fidelidade feminina, recolhendo as mulheres no ambiente familiar.

Deste modo, os laços das famílias burguesas não eram construídos/nutridos pelo amor, mas por interesses que dizem respeito à sua classe: manter a família como microrganismo do capital. Enquanto isso, a prostituição existia silenciosamente e longe da família, constituindo-se também como instrumento de manutenção do modo de produção capitalista. É, senão, mais uma forma de exploração das mulheres. Mulheres estas que se rendem à tal condição pelo medo de uma vida miserável, pela segurança e proteção que o Estado não lhes garantia. Portanto, as raízes do imperialismo são muito mais profundas. Não há como debruçar e dedicar-se a um projeto feminista sem articulá-lo com um projeto marxista: que é, por sua vez, a proposta das autoras.

Assim como Clara Zecktin e Rosa Luxemburgo, Kollontai levanta a importância da organização das proletárias nos sindicatos, e de que as mesmas tenham em si a consciência das diferenças que separam-nas das feministas burguesas.

Sobre isso, Kollontai esclarece que:

Qual o objetivo das feministas burguesas? Conseguir os mesmos avanços, o mesmo poder, os mesmos direitos na sociedade capitalista que possuem agora os seus maridos, pais e irmãos. Qual o objetivo das

operárias socialistas? **Abolir todo o tipo de privilégio que derivem do nascimento ou da riqueza.** A mulher operária é indiferente se o seu patrão é um homem ou uma mulher (KOLLONTAI apud BOITO, 2016, p. 93-94, grifos nossos).

As diferenças que afastam as mulheres burguesas das proletárias, estão basicamente nos objetivos das classes sociais que cada uma delas ocupam. As mulheres da classe proletária, enquanto trabalhadoras, são exploradas duplamente: nas fábricas e em seu próprio lar. As trabalhadoras lutam pela promoção social da sua classe, e, conseqüentemente, a satisfação dos direitos femininos, dentre eles, a proteção à maternidade.

Até aqui expusemos que o seio familiar no qual se originou, e as circunstâncias de sua formação política, foram essenciais para o entendimento dos sentimentos que permearam todo o caminho de Kollontai.

Nesta oportunidade, observamos que Kollontai teve uma vida voltada à militância, com uma rica trajetória nos movimentos operários femininos. No capítulo seguinte, continuando a discorrer sobre a trajetória de vida de Alexandra Kollontai e sua teorização e experiência no debate sobre a libertação da mulher, veremos como que ela desenvolveu o seu papel de dirigente revolucionária na nascente sociedade socialista Russa a partir de 1917.

3 LUTA E LIBERTAÇÃO FEMININA: A REVOLUÇÃO RUSSA E A QUESTÃO DA MULHER EM ALEXANDRA KOLLONTAI

“As velhas concepções da vida prendem ainda o espírito da mulher que busca sua libertação. O antigo e o novo se encontram em contínua hostilidade na alma da mulher”.

(Alexandra Kollontai)

Destacamos neste capítulo a participação de Kollontai no movimento revolucionário russo enquanto dirigente política e ocupante de cargos de direção no governo revolucionário. Em termos históricos, voltamos nossa atenção à mais bem sucedida e longeva **experiência histórica**¹⁸ da classe trabalhadora de tomada de poder: A Revolução Russa de outubro de 1917, conduzida pelos Bolcheviques.

Para aprofundarmos nessa questão, a autobiografia da autora socialista permanecerá enquanto nossa fonte principal, de modo a conhecermos as condições em que a Revolução Russa de 1917 se realizou, especialmente quais impressões e sentimentos produziram-se sobre ela. De fato, Kollontai demonstra que o ano de 1917 reuniu momentos decisivos e intensos para o movimento revolucionário.

3.1 A REVOLUÇÃO RUSSA

Sobre o período, Alexandra Kollontai argumenta que o mesmo foi profundamente marcado pela presença e participação popular:

Olhando para trás, apenas me lembro um trabalho de massa, lutas e ação. Para dizer a verdade não havia nenhum autêntico herói ou dirigente. Era o povo trabalhador que com o uniforme de soldado ou de civil dominava a situação e que gravou profundamente sua vontade na história do país e

¹⁸ Anterior à Revolução de Outubro de 1917, houve a Comuna de Paris: “Comuna de Paris é o nome dado à primeira experiência histórica de um governo proletário, ocorrida entre março e maio de 1871, na França. O movimento que levou à formação da comuna, entretanto, contou com a participação de outros extratos e segmentos político-sociais, como a pequena burguesia francesa, membros da Guarda Nacional e partidários do regime republicano, proclamado em setembro de 1870 [...] A derrota do governo comunal ensejou uma profunda reflexão no campo socialista. Marx e Engels produziram diversas análises a partir daquela experiência. Evidenciaram como, muito além de uma guerra civil, o processo de formação e, principalmente, a derrota da Comuna de Paris foram expressão da luta de classes num país em pleno desenvolvimento capitalista. Um novo governo proletário se formaria apenas em 1917; porém, na Rússia. A derrota da Comuna de Paris serviria de exemplo para os bolcheviques (ANGELO, 2009).

da humanidade. Um verão sufocante, um verão decisivo para o movimento revolucionário foi o ano de 1917! (KOLLONTAI, 1978, p. 97. Tradução nossa).

Em outras palavras, a Revolução de 1917 foi marcada essencialmente pela massa que ela foi capaz de movimentar, e, portanto, tornou-se o mais alto de todos os protestos da classe trabalhadora. Esse poder conferido a este movimento, lhe deu luz e reconhecimento não apenas no lugar onde se ascendeu, mas em todo o mundo.

O destaque desse movimento, não está apenas enquanto experiência histórica da classe trabalhadora, mas enquanto ponto de partida para importantes mudanças no cenário de vida das mulheres. Na estratégia dos bolcheviques também estava a luta contra a opressão feminina, que, neste momento, apesar de terem adentrado nas fábricas, sofriam exploração em seus lares, sob o peso da responsabilidade de limpar, cozinhar, e cuidar dos filhos (GOLDMAN, 2014).

Sobre a questão do trabalho doméstico nos debates da Rússia neste período, destacamos um texto de Trotsky escrito em 1923, no qual, em um de seus capítulos ele explora a questão da família e do trabalho doméstico. Antes de mais nada, o autor esclarece que a classe operária possui um ritual distinto de tudo o que já havia sido proposto desde então. No Estado Operário existem festas e cortejos próprios, e simbolismos específicos, que os diferenciava dos costumes burgueses:

[...] o essencial do simbolismo **revolucionário é novo, claro e poderoso**: a bandeira vermelha, a foice e o martelo, a estrela vermelha, o operário e o camponês, o camarada, a Internacional. Ora, na célula familiar, concentrada em si mesma, esta inovação é praticamente inexistente e em todo caso é insuficiente. No entanto, a vida do indivíduo está estreitamente ligada à vida familiar. É isso que explica que, na família, os elementos mais conservadores se sobreponham com frequência nas relações quotidianas; conserva-se os ícones, perdura o batismo e os funerais religiosos, pois os elementos revolucionários da família nada tem a contrapor-lhe. Os argumentos teóricos agem apenas sobre o espírito, enquanto que a teatralidade ritual age sobre os sentimentos e sobre a imaginação; a sua influência é portanto bastante maior. É por isso que, no próprio meio comunista, se toma necessário opor a esse antigo ritual formas novas e um simbolismo novo, não só ao nível oficial em que já se encontram largamente implantadas mas também ao nível da família. Há entre os operários uma tendência para festejar a data do nascimento e não o santo do dia, para dar ao recém-nascido não o nome de um santo mas um prenome novo, que simbolize os factos, acontecimentos ou ideias que lhes estão ligados (TROTSKY, 1950).

Há sobretudo o desejo dentre os camaradas, de superar os rituais religiosos impregnados pela Igreja. O comunismo deseja reformular a família, não propriamente no sentido de dar um fim à ela, mas de implantar o sentimento de revolução social desde seu princípio. No contexto do comunismo outros significados são atribuídos a determinados acontecimentos nas famílias como, por exemplo, a ida dos filhos à escola. Para as famílias operárias o ingresso de seus filhos à escola representa o início de uma etapa, o estabelecimento de uma profissão! É razão de festa! (TROTSKY, 1979).

Enfim, os sentimentos aflorados pelo comunismo pareciam ser os melhores possíveis, especialmente no que dizia respeito ao crescimento da coletividade. Mas, quanto à relação entre homens e mulheres, aquele tempo ainda exigia uma reeducação cultural muito grande.

O mesmo autor afirmou ainda que:

[...] Estabelecer a igualdade política da mulher e do homem no Estado soviético é um dos problemas mais simples. Estabelecer a igualdade econômica do trabalhador e da trabalhadora na fábrica, na oficina, no sindicato, já é muito difícil. Mas estabelecer a igualdade efetiva do homem e da mulher na família, eis o que é incomparavelmente mais complicado e exige imensos esforços para revolucionar todo o seu modo de vida. E, no entanto, é evidente que enquanto a igualdade do homem e da mulher não for atingida na família, não se poderá falar seriamente da sua igualdade na produção nem mesmo da sua igualdade política, pois se a mulher continua escravizada à família, à cozinha, à barreira e à costura, as suas possibilidades de agir na vida social e na vida do Estado conservam-se reduzidas em extremo (TROTSKY, 1979, s/p).

A ideologia comunista estava viva e ativa, os trabalhadores organizados, a luta seguia. E as mulheres? As operárias continuavam a se dividir entre a fábrica e o trabalho doméstico. Ou se dedicavam exclusivamente ao último e aos filhos. No final das contas, as mulheres viviam sem partido. De início podia não desejar dismantelar a família, mas nasceu o primeiro motivo para tal! As mulheres não desejavam mais se afogarem na escravidão do lar, e sim seguirem o partido! Mas, os homens não podiam entender a liberdade senão apenas fora do lar. Então veio a separação, o divórcio. A destruição da família em suas formas tradicionais não fora meta do comunismo, mas sim uma constatação de que a instituição familiar burguesa ou aos moldes medievais passaria a ser incompatível com o nascente modo de produção social da vida ainda em gestação.

Antecede à Revolução Russa de 1917, uma estrutura social que ansiando por mudanças, tem o socialismo enquanto alternativa para superar as dores e os sofrimentos da

guerra. Segundo Hobsbawn (2002a), durante este período o comunismo soviético surgiu com força enquanto alternativa de superação do capitalismo. De um lado, aqueles que não acreditavam em seu triunfo sobre o modo de produção capitalista, ademais, do outro lado assistiam os votos daqueles que seguiam a confiar na ascensão do comunismo. Em linhas gerais, tinha-se uma “luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social” (HOBSBAWN, 2002, p. 63).

Contudo, segundo Hobsbawn (2002a), à medida que o tempo passava, essa rivalidade assumiu outra tonalidade. Se tornou cada vez mais irrealista, perdendo espaço na política internacional, especialmente na década de 1980. O que se entende, é que a Revolução de Outubro serviu não como instrumento de liberdade e socialismo à Rússia, mas como meio de “trazer a revolução do proletariado mundial”.

3.2 O DEBATE SOBRE A QUESTÃO DA MULHER NA REVOLUÇÃO

No período pré-revolucionário e durante a revolução, muitas questões mudaram, dentre elas a situação da mulher e da família. Assistiu-se a uma transformação na cultura russa, especialmente pelas condições degradantes que os revolucionários estavam a viver. Sobre as características desse momento, que nos é muito valioso para compreender a questão da mulher na revolução, Trotsky em seu livro “Questões do modo de vida” nos traz uma abordagem objetiva e minuciosa.

O autor afirma:

[...] há que reconhecer que a família, incluindo a família proletária, foi fortemente abalada. Este facto, claramente sublinhado quando da assembleia dos agitadores moscovitas, não foi contestado por ninguém. Durante a discussão, o problema foi encarado de diversos modos: referiam-se-lhe uns com angústia, outras com reserva e certos com perplexidade. Em todo o caso, era claro para todos que se estava perante um processo importante, totalmente caótico, cujas formas ora eram doentias, ora repelentes, ora cómicas, ora ainda trágicas, processo este que não tinha ainda deixado aparecer as possibilidades de nova ordem familiar que em si continha. A imprensa, pelo seu lado, só raramente se refere ao desmantelamento da família. Aconteceu-me ler num artigo uma explicação em que se considerava que se devia muito simplesmente ver na degradação da família operária uma manifestação da influência burguesa sobre o proletariado. Semelhante explicação é totalmente falsa. O problema é mais profundo e mais complexo. A influência passada e presente da burguesia é por certo evidente. Mas o processo fundamental deve-se a uma evolução doentia da família proletária em situação de crise, assistindo-se atualmente às primeiras manifestações caóticas desse

processo. É conhecido o papel profundamente destrutivo da guerra sobre a família (TROTSKY, 1979, s/p).

O autor explica que a guerra afetou profundamente a família proletária de um modo mais complexo do que a imprensa tentou encobrir, e que os próprios revolucionários ainda não haviam se dado conta, especialmente pelo caráter silencioso em que essas transformações sociais ocorreram.

Entre 1920 e 1921 (Ilustração 02), o modo de vida ainda é muito mais conservador que a própria economia, o que, para Trotsky torna-se a questão ainda mais difícil de se compreender. Neste período o partido comunista estava a realizar as suas tarefas históricas. Em termos de modo de vida, a classe operária estava dividida em pequenas células familiares. A mudança de posição dos trabalhadores, agora proprietários das fábricas, exerceu suas influências na família. Essa metamorfose exigiu da classe operária uma consciência mais aguda quanto à educação cultural. Mais especificamente, estamos falando em estabelecer a igualdade política da mulher e do homem no Estado Soviético, a igualdade econômica do trabalhador e da trabalhadora na fábrica, na oficina, no sindicato. Mas, o mais complicado, seria estabelecer a igualdade efetiva do homem e da mulher na família (TROTSKY, 1979).

Esses esforços, em estabelecer igualdade entre homens e mulheres no contexto familiar, parece tão mais estupendos que os demais vistos, uma vez que se trata de uma mudança de todo um modo de vida. E isso não se efetivará se não houver mudanças no interior da família, em outro dizer, sem o fim da exploração da mulher nas atividades do lar, longe das atividades do Estado.

Trotsky complementa:

Como já se disse, acontecimentos de importância considerável – a guerra e a revolução – subverteram o modo de vida familiar, trouxeram consigo acontecimentos de importância considerável – a guerra e a revolução – subverteram o modo de vida familiar, trouxeram consigo o pensamento crítico, a reorganização consciente e a reavaliação das relações familiares e do modo de vida cotidiano. É precisamente a combinação da força mecânica desses grandiosos acontecimentos com a força crítica do pensamento que explica, no domínio da família, o período destrutivo que hoje conhecemos. É somente hoje, após a tomada do poder, que o operário russo dá os seus primeiros passos na vida da cultura. Sob a influência de abalos profundos, a personalidade subtrai-se pela primeira vez às formas e às relações impostas pela rotina e a tradição da Igreja; será estranho que a sua revolta individual contra a antiga ordem assuma de início formas anárquicas ou, falando mais grosseiramente, formas desenfreadas? O mesmo observamos na política, na economia e no

exército: anarco-individualismo, “esquerdismos” de toda a espécie, espírito “partisan”, mania das reuniões. Será afinal estranho que esse processo encontre a sua mais íntima, e logo a sua mais dolorosa expressão, no domínio da família? Neste caso, a personalidade libertada que quer construir a sua vida de forma nova e não segundo a tradição, manifesta-se pelo desregramento, o “vício” e outros males evocados no decurso da assembleia de Moscovo (TROTSKY, 1979, s/p, grifos nossos).

Homens e mulheres estavam a desligar-se das imposições culturais, contudo, de forma lenta. Mas, essas mudanças não transitam para o que supostamente seria o equilíbrio, surge senão uma grande tensão no campo do *gênero*:

O marido, arrancado pela mobilização às suas condições de vida habituais, toma-se na frente um cidadão revolucionário. É objeto de uma imensa revolução interior. O seu horizonte alarga-se, as suas exigências espirituais elevam-se e tornam-se mais complexas. [...] Regressa à família. Tudo ou quase tudo ali permanece como antes. A antiga unidade familiar desapareceu, enquanto que uma nova unidade não surgiu. A surpresa de parte a parte transforma-se em descontentamento. O descontentamento em irritação. A irritação leva a separação. **O marido, comunista, faz uma vida social ativa, progride e encontra nela o sentido da sua vida pessoal; Mas a mulher, também comunista, deseja tomar parte no trabalho da coletividade, participar nas reuniões, trabalhar no Soviete ou no sindicato.** A família desagrega-se pouco a pouco ou a intimidade familiar desaparece, os conflitos multiplicam-se, o que suscita uma irritação mútua que conduz ao divórcio. **O marido é comunista. A mulher não tem partido.** O marido é absorvido pelo seu trabalho de militante, a mulher está, tal como antes, confinada ao círculo familiar. As relações são “pacíficas”, fundando-se de facto sobre a indiferença mútua. Mas eis que na célula se decide que os camaradas devem pôr de parte os ícones. **O marido considera que isso é natural. Mas, para a mulher — é um drama. E este pretexto verdadeiramente fortuito revela que abismo espiritual separa o marido da mulher.** As relações envenenam-se e desfecham na separação (TROTSKY, 1979, s/p, grifos nossos).

Enfim, o espírito revolucionário é intenso e o ímpeto é senão o de superar as velhas tradições. Já não é possível viver sob as antigas bases sem questioná-las. A mulher sente e almeja seu novo lugar, e deseja ocupá-lo. Mas, ainda há os que resistem, especialmente os homens, aqueles cujo modo de vida ainda está amarrado à velha família. Portanto, em meio a esses sentimentos, as relações passam a se desligar rapidamente, e o direito ao divórcio vem como um elemento legítimo para formalizar a possibilidade de solubilidade do casamento.

O que esperar das novas bases sociais pelas quais lutavam incessantemente? Embora ainda não tenha alcançado o objetivo final, algumas transformações importantes já haviam

ocorrido, especialmente para as mulheres. Com o **decreto de 18 de dezembro de 1917**¹⁹ as mulheres das classes trabalhadoras já haviam conquistado o divórcio de forma rápida. Muitas delas, sofrendo violência doméstica constante, puderam se livrar dessas condições (KOLLONTAI, 1978, Tradução nossa).

Enfim, o modelo atual de família, sobre o qual Kollontai refletia, seria a primeira organização a se modificar com o capitalismo, e, naturalmente, a primeira delas a ser objeto de reflexão dentro do pensamento socialista. Aos poucos, a estrutura familiar perdia seu sentido, tendo em vista as transformações advindas do processo de industrialização:

[...] durante um século, esta forma atual de família havia experimentado uma destruição progressiva em todos os países do mundo, em que o capitalismo domina, nos países em que o número de fábricas cresce rapidamente, juntamente com outras empresas capitalistas que empregam trabalhadores. Os costumes e a moral familiar se tornam simultaneamente consequência das condições gerais da vida que rodeia a família. **O que mais ajudou para que se modificassem os costumes familiares de uma maneira radical, tem sido, indiscutivelmente, a expansão que tem adquirido por todas as partes o trabalho assalariado da mulher.** [...] Mas desde os últimos cinquenta anos, temos experimentado na Rússia [...] que o regime capitalista obriga as mulheres a buscar trabalho remunerado fora da família, fora de sua casa (KOLLONTAI, 1978, p. 163, grifos nossos. Tradução nossa).

O processo de industrialização forçou as mulheres a procurar trabalho nas fábricas, contribuindo, ao seu modo, com o rompimento da família tradicional. Enfim, as condições materiais de vida, e as necessidades que esta impõe, mostram sua força na formação dos costumes e valores morais. Sendo assim, nos perguntemos: com a superação do capitalismo, e a emergência do socialismo, como seriam esses valores? Como seriam as novas famílias?

Kollontai sentia a necessidade de ampliar os interesses intelectuais na Rússia, bem como a produção de pesquisas:

Na República Soviética, presenciamos um patente crescimento das necessidades intelectuais; cada dia se sente mais avidez de saber: as questões científicas, o estudo da arte, o teatro, despertam todo o nosso interesse. (KOLLONTAI, 1978, p.125. Tradução nossa).

Em sua autobiografia, Kollontai acrescenta à essa necessidade intelectual, a própria urgência de se falar do amor, que pode apresentar-se na vida das pessoas de modo e em

¹⁹ Decreto que estendeu o direito ao divórcio às classes trabalhadoras (KOLLONTAI, 1978).

tempo distinto. A autora entende que os problemas sociais devem ser pensados no interior da intimidade de homens e mulheres, visto que o amor constitui um profundo e poderoso instrumento da natureza. Sobre esta questão trataremos com mais detalhes no capítulo terceiro.

Nesse processo revolucionário, Lênin abordou a questão da mulher destacando a necessidade de apresentá-la com um forte sentido de igualdade e democracia. O mesmo compreendia não ser ideal a existência de organizações especiais para mulheres. As mulheres deveriam ser vistas dentro do partido comunista da mesma maneira que os homens, portanto, não haveria nenhuma imposição especial para elas (BOITO, 2016).

Em outras palavras, Lênin entendia que a constituição de grupos e organizações especiais para as mulheres seria uma estratégia contrária ao pleno princípio de igualdade que o marxismo pleiteava. No interior dos partidos cabia desenvolver as mulheres para a atividade política, despertá-las para a luta política em conjunto com os homens. Em entrevista (1925) com Clara Zetkin - também ativista política -, Lênin argumentou:

Necessitamos de organismos apropriados para realizar o trabalho entre as mulheres. Isso não é feminismo: é o caminho prático, revolucionário. Devemos varrer por completo a velha ideia do “patrão”, tanto no partido como entre as massas. É uma tarefa política nossa não menos importante que a tarefa urgente e necessária de criar um núcleo dirigente de homens e mulheres, bem preparados teórica e praticamente para desenvolver entre as mulheres uma atividade de partido (BOITO, 2016, p. 7).

Esse não fora o único pronunciamento de Lênin sobre a questão feminina. Ele defendia que no interior do partido a participação feminina deveria ser na mesma proporção dos homens e, enfatizando a necessidade de formá-las teórica e praticamente com o mesmo teor e sentido do qual se aplicavam aos homens do partido.

Tão importante quanto essas considerações, lembremo-nos de um dos seus escritos. Em 1919, ao escrever “*O poder soviético e a situação da mulher*”, Lênin argumentou sobre as práticas da burguesia e sua repercussão sobre os direitos das mulheres:

A posição da mulher põe particularmente em evidência a diferença entre a democracia burguesa e a socialista e dá uma resposta particularmente clara ao problema que antes levantamos. Em nenhuma república burguesa (isto é, onde existe a propriedade privada da terra, das fábricas, das minas, das ações, etc.), mesmo na mais democrática, em nenhum lugar no mundo, mesmo no **país mais avançado**, a mulher goza de **plena igualdade de direitos**. E isso apesar de haver decorrido 130 anos desde a

grande revolução francesa democrático-burguesa. Em palavras, a burguesia democrática promete a igualdade e a liberdade, mas, de fato, até mesmo a república burguesa mais avançada **não deu** à metade feminina do gênero humano a plena igualdade jurídica com o homem, nem a libertou da tutela e da opressão deste último. A democracia burguesa [...] dissimula a falta de liberdade e de igualdade da mulher, a falta de liberdade e de igualdade dos trabalhadores e explorados (BOITO, 2016, p. 7, grifos do autor).

O enfrentamento da Revolução Russa de 1917 fora uma das demonstrações históricas do quanto a questão do gênero se liga à questão de classe, da opressão da classe trabalhadora. Em outras palavras, a opressão feminina só terá um fim em conjunto com a luta contra a propriedade privada e todos os meios de exploração da classe operária.

Segundo Boito (2016), no entendimento de Lênin, a liberdade pregada pela burguesia não fora capaz de promover a verdadeira emancipação feminina, nem mesmo nos países mais avançados. Na verdade, temos um mascaramento sobre as relações sociais que reprime e recolhe ainda mais a mulher no contexto familiar. A instituição familiar constitui-se como amostra mínima do capital, em outro dizer, ela se baseia no lucro individual. A constituição de seus laços se fazem no intuito de se estabelecer e reforçar os meios de produção. Essa é uma das noções, das quais não se pode perder de vista.

As novas garantias e medidas de governo se encontravam na Constituição Soviética de 1918: “direitos iguais aos homens em todos os terrenos da vida econômica, pública, cultural, social e política” (BOITO, 2016, p.10). Em termos objetivos, os direitos conquistados foram: a jornada de oito horas de trabalho, a licença-maternidade para as trabalhadoras, e o salário igual entre homens e mulheres que exercessem as mesmas atividades.

A classe trabalhadora havia conquistado direitos importantíssimos, que trouxeram, especialmente, uma reflexão sobre a antiga opressão vivida pelas mulheres na história da humanidade. A reflexão se estendeu também ao direito à liberdade das mulheres quanto aos seus próprios corpos, e conseqüentemente, o que fazer de seus destinos. Sem dúvidas, essa fora uma verdadeira mudança na psicologia humana, tão bem reivindicada por Kollontai em seu livro “*A Nova Mulher e a Moral Sexual*”.

Para Kollontai e a maioria das lideranças revolucionárias russas, acompanhando a lógica do pensamento de Marx e Engels, a luta pela destruição das bases ideológicas que constituíam o Estado Burguês, consiste, especificamente, em dar um fim à família burguesa,

visto que seus princípios constitutivos mantém a mulher em contínua condição de submissão. A família, no contexto burguês, compõe-se de uma amostra econômica, que simplifica os interesses do Estado, e deseja, com isso, tornar-se representação máxima do coletivo, quando, na verdade, se veste de uma série de contradições.

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels explicam:

Para o burguês, sua mulher nada mais é que um instrumento de produção. Ao nos ouvir proclamar a necessidade de os instrumentos de produção serem explorados coletivamente, só podem concluir que o processo coletivo será extensivo às mulheres. Não se dão conta de que se trata exatamente de acabar com a situação da mulher como mero instrumento de produção. (...) O casamento burguês é, na realidade, a comunidade das mulheres casadas. No máximo, poderiam acusar os comunistas de querer substituir uma comunidade de mulheres, hipócrita e dissimulada, por outra que seria franca e oficial. De resto, é evidente que, com a abolição das relações de produção atuais, a comunidade de mulheres que deriva dessas relações, isto é, a prostituição oficial e não oficial, desaparecerá (MARX [et al],2008, p. 29).

Enfim, no momento histórico vivenciado por Marx e Engels, bem como por Kollontai à época da Revolução Russa, o casamento constitui, no contexto burguês, um instrumento de reprodução e permanência dos modos de produção capitalista. Em outras palavras, a família burguesa é uma unidade do capital, pois em seu interior se reproduz princípios que, por sua vez, estão intimamente ligados ao modo de produção capitalista: o patriarcalismo, a propriedade privada, a supressão da liberdade dos sujeitos, a posse.

A mulher, portanto, não passava de instrumento de reprodução: reprodução biológica: o papel natural de gerar os filhos, a maternidade; e a reprodução social: no sentido que, ao ser responsável pela educação e cuidado dos filhos, transmite essa imposição social, especialmente na formação das filhas. As mulheres herdavam esses papéis de suas mães e avós, e os transmitem à medida que se casam. O combate a este tipo de padrão de família e de submissão das mulheres era um dos objetivos das lutas de Alexandra Kollontai.

Segundo ela:

A mulher da burguesia, igual às demais classes sociais, também tinha um papel secundário: sua missão consistia em criar filhos e constituir em um ornamento em casa. No entanto, para cumprir este último objeto, devia receber uma educação que, ainda que superficial, pouco a pouco foi, introduzindo uns conhecimentos, uma relação com os movimentos literários e filosóficos contemporâneos, que subvertiam os esquemas do

pensamento tradicional. **Desta classe social, surgiram na Rússia as primeiras mulheres rebeldes que,** bem constituíram os primeiros movimentos sufragistas russos, ou, aprofundando mais na análise das causas, tanto da exploração feminina, quanto dos operários e camponeses de seu país [...] (KOLLONTAI, 1978, p. 22, grifos nossos. Tradução nossa).

Em outro dizer, a mulher burguesa sofria semelhante opressão vivida pelas mulheres da classe operária, no ambiente familiar. Kollontai (1918/1921) tece considerações sobre o assunto, enfatizando também que as bases da família burguesa foram estrategicamente estabelecidas para reproduzir um espaço de opressão da mulher, seja no que diz respeito à sua liberdade sexual, ou no exercício pleno de direitos políticos e sociais

A participação política das mulheres as colocaram enquanto membros dotados de real poder de decisão sobre as questões do Estado, e sobre as condições de vida que ali fossem usufruir. Alexandra Kollontai, por exemplo, foi a primeira mulher no mundo a ocupar um **cargo político**²⁰. Em 1920, a autora exerce um cargo de Comissária do povo, cuja tarefa tinha, dentre muitas funções, a de anunciar e efetivar uma “*Política de Assistência Pública*”.

A referida “*Política de Assistência Pública*” constituía-se de:

[...] um decreto do Commissariado do Povo para Saúde Pública e do Commissariado da Justiça estabelecia o direito ao aborto: “1) A operação do aborto, efetuada livremente e a título gratuito, é autorizada pela lei, com a condição que seja praticada nos hospitais soviéticos, onde o máximo de segurança pode ser dado à paciente; 2) Uma proibição formal para efetuar esta operação é dirigida contra toda pessoa sem diploma médico; 3) As parteiras culpadas pela realização dessa operação são privadas do direito de exercer sua profissão (...); 4) Todo médico que, por motivos de lucros pecuniários, tenha feito esta operação fora das condições exigidas, será citado perante o tribunal” (BOITO, 2016, p. 11).

O presente documento teve, portanto, um grande valor na proteção à maternidade, uma das questões que Kollontai se preocupou em seus anos de militância. Visto que, a proteção à maternidade constitui um dos princípios da sociedade socialista idealizada pela autora e por tantos outros militantes.

3.3 ALEXANDRA KOLLONTAI E OS ANOS DA REVOLUÇÃO

²⁰ “Foi a primeira mulher do mundo, em 1917, a ocupar o posto de ministro de Estado, como Comissária de Saúde do Governo Soviético após a tomada do poder pelos bolcheviques e exerceu, a partir de 1926, importantes missões diplomáticas na Noruega, Suécia, México e Finlândia” (apud KOLLONTAI, 2011).

Kollontai nos lembra que a revolução social se desencadeou no campo, quando os camponeses incendiaram as casas dos nobres. Já nas grandes cidades, as lutas desencadearam-se entre os representantes da burguesia russa republicana e os anseios socialistas dos bolcheviques (KOLLONTAI, 1978).

Nesse período, as condições de vida das mulheres das classes pobres, se mostravam ainda mais precárias, tornou-se difícil de satisfazer até mesmo as necessidades mais básicas. Contudo, as condições nas quais essas mulheres estavam a viver, tornou-se elemento mais que justificável para inseri-las nas atividades do partido, trabalhando. O trabalho, era, sobretudo, a possibilidade de crescimento e avanço dessas mulheres, não apenas no que diz respeito ao seu próprio sustento, mas ao seu conhecimento quanto ao processo revolucionário.

Em maio de 1917, promoveu-se o seminário “As Trabalhadoras”, ocasião na qual Kollontai escreveu um discurso para as mulheres denunciando as carências da guerra (KOLLONTAI, 1978).

Em todas as intervenções que Kollontai fizera antes da Revolução de 1917 fora caluniada pela imprensa, e por membros patriotas. Contudo, prosseguia a defender o que acreditava ser verdadeiramente correto. Foram muitas as ocasiões em que estivera sozinha, e que tivera de assumir as responsabilidades que seus escritos e pronunciamentos lhe impuseram. Mas, seu destino lhe dera muitos amigos e camaradas que lhe auxiliaram demasiadamente neste trajeto (KOLLONTAI, 1978).

Em abril de 1917, Kollontai se torna membro executiva dos “**Soviets**²¹” sendo a única mulher nesta organização (KOLLONTAI, 1978). Aos poucos, Kollontai assume outros postos, além das responsabilidades que havia assumido em prol da causa: seu papel de escritora e oradora do partido.

Em maio do mesmo ano Kollontai torna-se membro ativo na greve das trabalhadoras nas lavanderias. Nessa ocasião, se exigia a organização da categoria, a coletivização de todas as lavanderias. Felizmente, após seis semanas de greve, as reivindicações das trabalhadoras foram atendidas pelo governo (KOLLONTAI, 1978).

Ao final de junho de 1917, ainda no período da hegemonia Menchevique no partido e no governo revolucionário, Kollontai estava diante de uma nova tarefa. O partido lhe delegou

²¹ Órgãos do poder na URSS eleitos por todo o povo; as organizações mais representativas e de massas que unem em si as características próprias de órgãos estatais e de organizações sociais; a encarnação mais completa do caráter democrático do Estado Socialista. Os Sovietes surgiram em 1905 como órgãos da insurreição armada, concebidos pela criatividade revolucionária das massas populares.

a função de assistir a uma Conferência Internacional em Estolcomo. Contudo, essa tarefa logo se interrompeu, em vista do levante em Petrogrado contra o governo, e a repressão deste contra os **bolcheviques**²².

Sobre este episódio, Kollontai escreve:

Muitos dos nossos camaradas dirigentes já estavam presos, outros, entre eles Lenin, havia conseguido escapar e esconder-se. Os bolcheviques haviam sido acusados de traição e tachados de espiões do Imperador alemão. [...] Decidi voltar imediatamente a Rússia, apesar de que meus amigos e camaradas consideravam que era muito arriscado. Queriam que aguardasse na Suécia o transcorrer dos acontecimentos. [...] por mais corretas que depois me parecessem estas advertências, não podia aceitá-las: Tinha que voltar. Me parecia uma covardia aproveitar-me do privilégio de ficar livre das repercussões do governo provisional, quando grande parte dos meus correligionários estavam presos (KOLLONTAI, 1978, p.100-101. Tradução nossa).

Kollontai mostrava-se estreitamente fiel a causa e aos seus companheiros de luta da ala Bolchevique do Partido Social Democrata Russo, composta, dentre outros, por Lenin e Trotski. O empenho dedicado ao movimento fazia sentido apenas se praticado pelo grupo. Tendo em vista sua rica produção teórica, a diversidade de suas intervenções em prol do movimento (greves, elaboração de projetos de leis, etc) e as conferências das quais participara em diversos países, tornaram suas memórias (enquanto mulher e militante política) uma referência no pensamento marxista.

Indo contra os concelhos de seus camaradas, Kollontai decide voltar para Rússia. Contudo, é detida logo nas fronteiras de Tornö:

Na prisão de Petrogrado, completamente isolada, tive com outros bolcheviques, que esperar o curso da investigação. No entanto, enquanto o governo atuava contra os bolcheviques da maneira mais sem precedentes, mais crescia a influência destes. O avanço do general branco, Kornilov, contra Petrogrado, radicalizou elementos da Revolução. O povo exigia a liberdade dos bolcheviques. Kerenski não queria minha liberdade e não foi senão por ordem do Soviet que sai da prisão mediante o pagamento de uma fiança. No entanto, já no dia seguinte, uma ordem de Kerenski me condenava a prisão domiciliar. Obtive minha completa liberdade de movimento um mês antes da batalha

²² Entre fevereiro e outubro de 1917 houve disputas internas para o comando e direção da revolução. A ala Menchevique, que assumiu o comando do governo e tinha aliados no parlamento, tinha por objetivo as alianças com a burguesia e os latifundiários para a construção de uma revolução democrático-burguesa. Na visão dos Bolcheviques, tendo como principal liderança Vladimil Ilich Lenin, acreditava que a revolução deveria ir diretamente ao socialismo. Isso gerou confrontos, como a da tentativa de tomada de poder em junho de 1917 e, finalmente, com a vitória dos Bolcheviques em outubro de 1917.

decisiva, da Revolução de Outubro de 1917 (KOLLONTAI, 1978, p. 102. Tradução nossa).

Enfim, após a revolução de outubro, quando os Bolcheviques assumem a direção da revolução sob o comando de Vladimir Ilich Lenin, os rumos da mesma são alterados.

Sobre os momentos antecedentes à Revolução propriamente dita, e quanto ao seu próprio desenvolvimento, Hobsbawm (2002a) traça um detalhado panorama histórico e político sobre este período, no qual viveu a autora socialista. Em seu livro “*A Era dos Extremos*”, o autor faz um levantamento e uma abordagem rigorosa do século XX, destacando as crises e catástrofes que marcaram o pensamento e a vida de todos que viveram essa época.

Hobsbawm (2002a) explica que a Revolução Russa de Outubro de 1917 representou um sinal, uma esperança de mudança nos quadros sociais do mundo, a partir da substituição do capitalismo pelo socialismo, silenciando todo sofrimento e dor que as classes trabalhadoras especialmente, estavam a viver. Em termos comparativos, para o autor:

[...] a Revolução bolchevique de outubro de 1917 [...]. Tornou-se portanto tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX. Na verdade, não é por acaso que a história do Breve Século XX, segundo a definição deste livro, praticamente coincide com o tempo de vida do Estado nascido da Revolução de Outubro. Contudo, a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as ideias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as consequências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna (HOBBSAWM, 2002a, p. 62).

Nesta breve passagem do historiador, é evidente o quanto a Revolução Russa fora importante para a constituição do século XX. Assim, poderíamos afirmar também, que as memórias de Kollontai é uma fonte de acesso a este período, que surtira tantos efeitos no pensamento e na perspectiva de um novo conceito de vida e de sociedade. Sobre os caracteres e aspectos históricos da Revolução Russa, trataremos no capítulo seguinte.

Com a revolução de outubro Kollontai passa a assumir tarefas de comando no governo e no partido. Esta nova responsabilidade ligou Kollontai a tantas outras delegações do Partido, lhe dando também outros poderes. Esta etapa a ocupou intensamente. Enfim, o

governo dos soviéticos fora constituído, e Kollontai nomeada Comissária do Povo para o Bem-Estar Social. A primeira mulher na história a ocupar um cargo político! Este episódio é um dos mais usados para referenciar Kollontai, como sendo a primeira mulher a ser membro de um governo. Este fato, sem dúvidas, a tornou exemplo para outras mulheres, provando-as que as mesmas podem ocupar o lugar que quiserem, desde que persigam seus objetivos e as condições objetivas e históricas, de algum modo, estejam postas (KOLLONTAI, 1978).

Contudo, o anúncio de sua nomeação era apenas o começo de uma nova trajetória de responsabilidades. Kollontai ocupara esse posto de Outubro de 1917, à março de 1918. Os momentos no interior do governo foram difíceis. Os funcionários do Ministério a receberam com hostilidade, e muitas vezes não contribuía no trabalho, ao contrário, a sabotavam. Porém, apesar de declarar as dificuldades encontradas, Kollontai entendia que não poderia interromper seu trabalho, visto que este se tratava de prestar assistência a milhares de soldados e famílias mutiladas pela guerra (KOLLONTAI, 1978).

Diante da demanda, Kollontai decide organizar uma comissão de ajuda, para apoiar as atividades que ali realizava em conjunto com seus colegas. Nessa ocasião, reuniram-se médicos, juristas, pedagogos e tantos outros profissionais. Assim, a tarefa principal de Kollontai era a de melhorar as condições de vida dos soldados e inválidos da guerra, que, por sua vez, não se realizava apenas pela sua evidente boa vontade e assistencialismo, mas reivindicando do Estado os recursos e apoio necessários, mediante decreto legislativo (KOLLONTAI, 1978).

Em termos específicos, durante o exercício do cargo de Comissária, Kollontai realizou as seguintes missões: a criação de alojamentos para os pobres e crianças órfãs, organização e estruturação de colégios e, sobretudo, a criação de comitê composto exclusivamente de médicos para elaboração de um sistema de sanitários públicos e gratuitos em todo o país (KOLLONTAI, 1978). Em resumo, sua tarefa era de promover as melhores condições possíveis àqueles mais afetados pelos últimos acontecimentos. Kollontai, desde o princípio, fora contra os atos de guerra, defendendo fortemente a solidariedade internacionalista em contraposição ao patriotismo defendido pelos Estados burgueses.

Apesar da complexidade e da energia que o momento lhe exigiu, a autora destaca dentre tantas tarefas que exerceu enquanto Comissária, a formação da central de proteção à maternidade e ao recém-nascido. O referido projeto de lei se firmou em janeiro de 1918,

ocasião na qual Kollontai transformara todas as maternidades em residências gratuitas para atender às mães e seus respectivos filhos. Segundo a autora, essa medida tornaria a proteção à maternidade um instituto completamente estatal (KOLLONTAI, 1978).

Seu pensamento particular acerca do casamento, especialmente sua concepção de que este aprisiona a mulher, representando certo impasse à sua emancipação social, não a fez negar a maternidade, enquanto elemento que relaciona-se com a qualidade de vida das mulheres. Oportunizar condições dignas de acolhimento à mulher gestante e a seus filhos, é uma medida de proteção às mulheres, visto que a maternidade é vivida diretamente por elas. Contudo, também se trata de um direito da família, não enquanto unidade social vinculada a interesses, mas enquanto núcleo humano.

Para efetivação deste projeto, Kollontai contou com o apoio do *Doutor Korolef*. Junto com ele, projetaram o Palácio de Proteção da Maternidade. Este projeto consistia em residências modelo, nas quais haveria a promoção de cursos para as mães, em benefício da criação de seus filhos, bem como, instalações próprias para estes cuidados. Contudo, ambos se frustraram quando o mesmo edifício onde seria realizado o referido plano fora incendiado. Sobre o episódio, Kollontai não afirmou ter dúvidas de que o incêndio teria sido intencional. Enfim, caiu por terra seu projeto de proteção à maternidade, tendo naquele hospital a sua referência (KOLLONTAI, 1978).

Esse episódio a deixara em situação difícil. Kollontai fora acusada por diversas vezes de estar, com este projeto, estimulando jovens de 12 anos a serem mães, enfim, seus planos estavam a ser interpretados equivocadamente. Por essa mesma razão, ainda recebera ameaças. Contudo, nunca pedira auxílio e proteção militar (KOLLONTAI, 1978). Enfim, mais um elemento que justifica seu título de “mulher emancipada”, à frente de seu tempo.

Pensar em Kollontai enquanto uma “mulher emancipada”, e portanto, à frente de seu tempo, significa lembrarmos de uma mulher que contribuiu com as transformações que antecederam à revolução.

Para incrementar e reforçar os desafios a serem enfrentados, Lenin proferiu “o que os jovens devem aprender nesta fase da história da Rússia e da humanidade?” “Aprender o comunismo”, respondia ele. Mas, aprender o comunismo não é memorizar os folhetos marxistas, e sim aproveitar da velha sociedade o que de mais avançado ela legou e colocar

essa riqueza na mão da maioria sobre outras formas de pensar e viver a realidade socialista rumo ao comunismo.

Lênin diz ainda:

[...] precisamos de desenvolver e aperfeiçoar a memória de cada estudante com o conhecimento de factos fundamentais, porque o **comunismo** transformar-se-ia numa palavra vazia, transformar-se-ia num rótulo fútil, e o comunista não seria mais do que um simples fanfarrão se não reelaborasse na sua consciência todos os conhecimentos adquiridos. Não só deveis assimilá-los, mas assimilá-los com espírito crítico para não atulhar a vossa inteligência com trastes inúteis, e enriquecê-la com o conhecimento de todos os factos sem os quais não é possível ser um homem moderno culto. Se um comunista tivesse a ideia de se vangloriar do seu comunismo na base de conclusões já prontas por ele recebidas, sem ter realizado um trabalho muito sério, muito difícil e muito grande, sem compreender os factos em relação aos quais tem a obrigação de adoptar uma atitude crítica, seria um comunista muito triste. Se eu sei que sei pouco, esforçar-me-ei por saber mais, mas se um homem diz que é comunista e que não tem necessidade de conhecimentos sólidos nunca sairá dele nada que se pareça com um comunista (LÊNIN, 2011, p. 369).

Após digerido o último episódio, em fevereiro de 1918, Kollontai volta a Suécia no encargo de tratar de questões de ordem econômica e política. Nesta ocasião, a autora ocupa a primeira delegação dos Soviéticos, estava à frente enquanto Comissária do povo. Contudo, Kollontai é surpreendida no trajeto: seu barco naufraga no caminho, e felizmente é salva nas Ilhas Aland, pertencente à Finlândia (KOLLONTAI, 1978).

Nessa mesma ocasião, Kollontai assistiu ao confronto entre finlandeses brancos e vermelhos. O exército alemão se preparava contra a Finlândia. Kollontai e seus companheiros de viagem, voltaram para Petrogrado, onde todos já se preparavam para evacuação da capital Moscou: as tropas alemãs já estavam na entrada da cidade (KOLLONTAI, 1978).

Sobre esse momento, a autora declara:

Agora começava um período obscuro, de que não posso falar aqui. Os acontecimentos ainda estão muito recentes em minha recordação. Mas, chegará o dia em que também não darei conta disto. No Partido existiam diferenças de opinião. Por causa de uma diferença de princípios políticos que se estava levando a cabo, renunciei a meu cargo de comissária do povo. Pouco a pouco fui aliviada também de outros encargos. De novo me dediquei a dar conferências e lutar pelos meus ideais sobre a nova mulher e a nova moral. A Revolução estava em plena atividade. A luta se tornou cada vez mais irreconciliável e sangrenta, e muito do que se sucedia não estava de acordo com meus princípios. Mas, todavia, tinha

um trabalho para fazer, alcançar a emancipação da mulher. As mulheres haviam conseguido legalmente todos os direitos, mas na realidade, seguiam estando oprimidas; tratadas com desigualdade de direitos na vida familiar, escravizadas pelas inumeráveis miudezas de casa, suportando toda a carga, inclusive as preocupações materiais da maternidade porque por causa da guerra e muitas outras circunstâncias muitas mulheres estavam sozinhas na vida (KOLLONTAI, 1978, p.108-109. Tradução nossa).

Em outras palavras, Kollontai declara a distância entre os direitos conquistados em lei e a realidade concreta de vida da maioria das mulheres. Embora não tenha medido esforços no sentido de impulsionar e participar da criação de leis e projetos sociais em todos os espaços por onde atuou, Kollontai observa que a exploração feminina ainda permanecia nos lares, as mulheres continuavam a ser escravizadas pela moral familiar, tendo de conciliar a preocupação doméstica com o provimento e sustento material dos filhos.

De fato, nem todas as mulheres estavam a lançar suas energias no movimento e a viver com a merecida e justa liberdade, e muitas delas viviam sem amparos do Estado. Para Kollontai, as bases das quais se fundamentavam as relações sociais de se tempo, se mostravam demasiadamente cruéis com as mulheres. Seria precipitado e equivocado a interpretação de que a autora via as mulheres enquanto “sexo frágil”, e que precisassem de muletas sociais para suprirem-se? Ao contrário, Kollontai entendia que o mundo criou, desde cedo, ideais de homens e mulheres, de modo que nenhum destes pudessem ser o que realmente eram. Já nascemos com seus respectivos conceitos e funções estabelecidas. E, apesar de muitas mulheres desenvolverem bons sentimentos quanto à maternidade, e, portanto, manterem real desejo quanto à ideia de ter filhos, Kollontai nos traz uma reflexão muito válida: a de que a maternidade é vista de forma demasiadamente romântica.

A família, enquanto unidade do capital, constitui-se primeiramente o instrumento de permanência do modo de produção capitalista. Nesse processo, as mulheres são fundamentais no sentido de manter e perpetuar a unidade familiar. Desde cedo, são educadas a acreditar que suas vidas foram construídas para isso, para gerar e cuidar dos filhos. Deste modo, para a autora há muitas máscaras sobre a maternidade. A mesma é romantizada visto que as limitações que decorrem dela para a vida da mulher são acobertadas pelo discurso machista, tão legitimado pelo capital. Satisfazendo a teoria naturalista/biológica - de que as mulheres nascem com a missão unicamente de serem mães - a mulher estaria atingindo seu fim na

sociedade, que é o de criar e proteger os filhos, e conseqüentemente, reproduzir a unidade familiar burguesa.

Essa perspectiva produz memórias do ser mulher que compõe um quadro social no qual o papel de “santa”, “paciente”, “penitente” conforma um amálgama de visão de mundo que persiste por séculos conformando na memória social o modelo de mulher que passava a ser enfrentado com mais veemência a partir da Revolução Russa e tendo em figuras como Kollontai testemunhas da história e registradoras, digamos assim, da memória de um tempo, de um grupo, de um fato.

Ao contrário da história, que examina “os grupos de fora”, a memória coletiva é o grupo visto de dentro, ele apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, mas de tal modo que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas (HALBWACHS, 1990). Assim, Kollontai é uma testemunha valiosa, pois apresenta o registro de sua história e da memória coletiva de um grupo.

No outono de 1918, Kollontai encontra Sverdlov, que havia sido o primeiro presidente do Soviets. Neste momento, a autora estava a consolidar seu projeto de emancipação das mulheres trabalhadoras em todos os setores sociais. Assim, em novembro do mesmo ano, organizou-se o primeiro Congresso de trabalhadoras e camponesas da Rússia, reunindo-se nessa ocasião 1147 delegadas (KOLLONTAI, 1978).

Essa atividade lhe permitiu muitos progressos, dentre eles, a base para um projeto unificado de emancipação das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade. Isso lhe motivara intensamente. Kollontai sentia que devia incentivar toda a massa de mulheres, a dedicarem-se à organização das residências para as crianças e recém nascidos, enfim, a lançarem suas energias em benefício de um novo e melhor modo de vida (KOLLONTAI, 1978). A motivação de Kollontai estava em acreditar que essa nova onda de conscientização levasse a mudanças no contraste encontrado entre o que se observava na lei e a realidade concreta:

O principal objetivo de todo este trabalho era conseguir realmente a igualdade de direitos da mulher como elemento produtivo na economia nacional e como cidadã no setor político, naturalmente, a condição de que a maternidade foi considerada como função social e, por tanto, protegida e sustentada pelo Estado (KOLLONTAI, p. 110. Tradução nossa).

Logo, a maternidade não é a única missão na qual as mulheres estão para exercer socialmente. As indústrias e os movimentos sociais são ocupados por milhares de mulheres. Lavadeiras, camponesas... E uma diversidade de trabalhadoras da cidade. Naturalmente, famílias continuaram se formando. Kollontai entende que, enquanto parte do desenvolvimento da humanidade, o Estado deve prestar assistência à maternidade, em todos os seus aspectos.

Já no ano de 1919, novas tarefas chegaram a Kollontai. Primeiramente prestou serviços como representante do Departamento de reconhecimento, na Ucrânia e Crimeia. Posteriormente, até a evacuação do governo dos Soviéticos, a pensadora socialista fora nomeada comissária do povo para realização de trabalhos de reconhecimento e propagandas no governo ucraniano. Neste momento, Kollontai se surpreendera, pois conseguira reunir na Ucrânia cerca de 400 comunistas, todos em prol do movimento das trabalhadoras (KOLLONTAI, 1978).

Em 1920 novos debates passaram a compor a mesa do partido, basicamente julgamentos acerca da função dos sindicatos e de suas conseqüentes relações no interior do novo Estado. Mais que isso, estava a necessidade de se pensar sobre a brusca queda da produção agrícola e industrial, intensificada pela guerra. Contudo, para que essas reflexões e a sua prática ocorressem, era necessário efetuar algumas premissas originais: “[...] a perspectiva de uma sociedade sujeita aos interesses de uma classe social, o proletariado, que não tinha nenhum tipo de experiência prática nem em gestão econômica nem em gestão administrativa do Estado e da sociedade” (KOLLONTAI, 1978, p. 48. Tradução nossa).

Nesta fase de reorganização, Kollontai desfrutou os anos mais frutíferos da sua vida política, contudo, em termos gerais, discordava de muitas diretrizes reproduzidas no partido. Em função desta oposição, Kollontai afastou-se dos cargos que havia assumido no decorrer de sua trajetória: renunciou ao posto no Comitê Central depois de ter renunciado ao cargo de Comissária do Povo, para manifestar-se contra o tratado estabelecido com a Alemanha (KOLLONTAI, 1978).

O empenho de Kollontai dentro do partido era o de essencialmente compor um movimento operário feminino. Até certo momento, o partido conseguiu atender aos seus desejos, que era a prática de uma política revolucionária proletária. Em 1926, essa situação havia mudado profundamente. E Kollontai já não via seus princípios coincidirem aos vividos dentro do partido (KOLLONTAI, 1978).

A sua presença no partido não fora sutil. Ao contrário, desde o princípio não abandonou seu pensamento determinado e sua persistência em manifestar-se contra as condições das quais não concordava. Apesar de afastada dos espaços de liderança, a jovem Kollontai permaneceu em suas atividades políticas, contudo, sem os mesmos privilégios. Desde suas primeiras divergências com o partido, Kollontai manteve seus ideais, continuou a defendê-los a todo momento. Todavia, nem sempre essas discordâncias existiram no interior do partido (KOLLONTAI, 1978).

Apesar do entusiasmo, Kollontai tivera de se afastar do trabalho. A sobrecarga de atividades a fez adoecer e se recolher por uns meses. Ao retornar a Moscou, assume um cargo de direção na central de mulheres, e novamente estava mergulhada em trabalho. Neste mesmo tempo houve a criação de um periódico comunista para mulheres. A partir de então, convocavam congressos e conferências de trabalhadoras. Neste clima, duas conferências internacionais ocorrem em Moscou, acerca da legalização do aborto. Kollontai contou com o apoio de Lênin e Trotsky, que assistiram com gosto às conferências (KOLLONTAI, 1978).

No 8º Congresso dos Soviéticos, Kollontai apresenta, como membro do Comitê Executivo, um movimento que pedia aos Soviéticos que contribuíssem na efetivação da igualdade dos direitos das mulheres, as inserindo em atividades relacionadas ao Estado e a comunidade. Esse episódio teve grande aprovação, o que representou uma grande vitória para Kollontai (KOLLONTAI, 1978).

Neste mesmo período, a autora publica sua tese sobre a nova moral sexual, que por sua vez, gerou grande repercussão. Essa reação fora natural, visto que as leis sobre o matrimônio ainda não eram progressistas quanto em outros países. Ainda havia resquícios evidentes de hipocrisia e de injustiça nesse campo. Kollontai constata que a questão não era tratada com o mesmo grau de evolução que havia na Noruega e na América do Norte, por exemplo (KOLLONTAI, 1978).

Acerca de seu pensamento quanto à moral sexual, Kollontai toma medidas próprias:

Em torno da questão, formei uma ala radical do Partido. Minhas teses, meus conceitos sobre a sexualidade e a moral, foram combatidos duramente por muitos camaradas, homens e mulheres. A isto, também se uniram [...] outras diferenças de opinião dentro do partido em relação às linhas políticas, e assim durante o ano de 1922 passaram meses sem trabalho produtivo (1978, p.112-113. Tradução nossa).

Enfim, apesar do apoio que tivera de muitos camaradas, dentre eles Lênin, Kollontai atravessou uma onda de oposições. Contudo, nada que a tirasse da linha que havia traçado para si mesma, e para seu trabalho em prol da emancipação feminina. Sua teoria gerou opiniões diversas até mesmo entre as mulheres, embora Kollontai tivesse pensando primeiramente nelas.

O que se observa é que, apesar do caráter revolucionário do Partido em prol de uma sociedade livre, seus membros, como pessoas de seu tempo, por questões históricas e de formação, compartilhavam o machismo e os valores morais hegemônicos produzidos em séculos de organização social que fazia distinções rígidas e opressoras em relação à mulher.

A emancipação feminina exigia, portanto, uma reforma no comportamento de homens e mulheres dentro e fora das relações conjugais. Era preciso que a sociedade alterasse suas convicções limitadas pela cultura quanto à sexualidade, o amor, e o matrimônio.

No outono de 1922, Kollontai é nomeada oficialmente como Conselheira da Legação da representação soviética russa na Noruega. Nesta ocasião, Kollontai inicia atividades de caráter totalmente novo. Por essa razão, a autora explica que nesse período produzira muito pouco, aquém do que **planejava**²³ (KOLLONTAI, 1978).

Sobre este mesmo período, Kollontai descreve que, ao assumir o cargo em 1922, sofrera certas pressões. Por ser a primeira mulher na história a assumir um cargo político, esse fato causara certo rebuliço na imprensa conservadora que escrevera sobre Kollontai e suas ideias de forma grosseira, contudo, fora o único espaço na qual a autora sofrera tamanha rejeição (KOLLONTAI, 1978).

Sobre seu posto na Noruega, Kollontai lembra:

[...] tenho que ressaltar aqui que somente foi a imprensa conversadora que me recebeu em meu novo posto tão grosseiramente. Em todas as relações profissionais que tive durante os três anos de meu trabalho na Noruega, jamais experimentei o menor indício de indignação ou desconfiança para com a capacidade das mulheres. Certamente, contribuiu muito para o espírito saudável e democrático do povo norueguês. A verdade é que você pode dizer que no meu trabalho como representante oficial russa na Noruega, jamais me senti ligada ao “sexo frágil”. Em relação à minha posição de Ministro delegado tive que

²³ Neste período, Kollontai escrevera: Um artigo sociológico, intitulado “O Eros Alado” e três novelas, dentre elas “O Caminho do amor”. E ainda os seguintes estudos: “A nova moral e a classe trabalhadora” e “Situação da Mulher na evolução da economia nacional”, escritos posteriormente na Rússia (KOLLONTAI, 1978).

aceitar obrigações de um delegado comercial para a representação do comércio nacional da Rússia na Noruega (1978, p.114, grifos nossos. Tradução nossa).

O exercício desse posto alimentou ainda mais em Kollontai o sentimento de independência, o mesmo que desejava a todas as mulheres trabalhadoras. O sentimento de que todas são capazes de assumir as responsabilidades que desejassem, a qualquer tempo. Assumir um posto político nesse lugar e nesse tempo representou para a autora uma conquista para todas as mulheres. Kollontai sentia que esse era o momento para despender todas as suas energias, e realizar as tarefas com maior zelo possível.

Nessa ocasião, Kollontai se propôs a estabelecer relações comerciais mais próximas entre a Rússia e a Noruega, que, por sua vez, haviam sido interrompidas pela guerra. A autora começa então um grande trabalho, rendendo muitos acontecimentos no ano de 1923. Nesse período assiste-se a uma grande movimentação comercial entre os países: artigos de madeira, pescado, etc. (KOLLONTAI, 1978).

Nesse clima, Alexandra Kollontai é nomeada a um novo cargo de negócios, sendo incluída oficialmente no corpo diplomático:

Neste momento, começaram as gestões para um tratado comercial entre os países. Minha vida estava plena tanto de trabalho árduo quanto de extraordinárias experiências. Também tive que resolver sérios problemas no campo do desenvolvimento do comércio e da navegação. Depois de alguns meses, em agosto de 1924, fui nomeada <<**Ministra Plenipotenciário**>> [...]. Naturalmente isso deu novos motivos a imprensa conservadora de todos os países me caluniarem. Jamais havia ocorrido que uma mulher fosse aceita em um cerimonial de tão alta categoria como ministro de plenipotenciário. (KOLLONTAI, 1978, p.115, grifos nossos. Tradução nossa).

Kollontai conservou seus objetivos, apesar da insistente perseguição da imprensa. Dentro da sua função, não tivera problemas. Ao contrário, encontrara apoio em todo o seu exercício. Em 1925, o acordo comercial com a Noruega é concluído, e assim a autora deixa seu posto naquele país (KOLLONTAI, 1978). Sobre o sucesso desse trajeto, a autora não o atribui como mérito próprio, ou como prêmio a se expor no armário. Ao contrário, este fato é extremamente valioso à mulher dentro de seu histórico de lutas e sofrimentos. É mais um título de seu reconhecimento!

Sobre este progresso, Kollontai rememora:

[...] A captação de milhares de mulheres para o trabalho produtivo, que se desenvolveu de forma particularmente rápida durante a guerra, criou a possibilidade de que uma mulher ocupasse os postos políticos e diplomáticos mais elevados. Apesar disto, é evidente que só um país de futuro, como a União Soviética, podia atrever-se a afrontá-lo sem nenhum prejuízo contra a mulher, a valorizar esta unicamente pelo critério de sua capacidade de trabalho e, por conseguinte, a confiar tarefas de responsabilidade. Somente os ventos revolucionários e saudáveis são os que tem a força para varrer com os decrépitos prejuízos contra a mulher, só uma humanidade nova, o povo trabalhador e produtivo, tem a capacidade de conseguir **a igualdade de direitos e a libertação da mulher** (IDEM, 1978, p.116, grifos nossos. Tradução nossa).

Observa-se, nas palavras da autora, e em toda sua autobiografia, que a questão da libertação das mulheres não depende exclusivamente do modo como homens e mulheres se relacionam amorosamente e constituem suas famílias, mas especialmente das bases sociais, econômicas e políticas nas quais essas relações se desenvolvem. A maneira em que a sociedade é elaborada e organizada deve ser modificada profundamente, e, para a autora, a União Soviética, se compõe de todas as condições objetivas para a promoção da mulher enquanto ser apto e capaz ao trabalho e ao desenvolvimento de toda a comunidade.

Neste capítulo, ponderamos sobre as circunstâncias políticas e sociais das quais Kollontai experimentou no decorrer de sua militância, as atividades que realizou no interior do partido e os momentos que estivera o representando em outros países. Pudemos observar nessa ocasião a amplitude dos desafios encontrados pela autora no sentido de levar ao partido uma conscientização quanto à questão feminina dentro do quadro de lutas do movimento, bem como outras questões relacionadas.

No capítulo seguinte, analisamos algumas reflexões de Kollontai verificando os aspectos teóricos e práticos da luta pela libertação da mulher em relação a: família, amor, libertação, novo homem e nova mulher na transição ao comunismo.

4 DESAFIOS PARA A SUPERAÇÃO DA OPRESSÃO DA MULHER: REFLEXÕES À LUZ DO PENSAMENTO DE ALEXANDRA KOLLONTAI

“O capitalismo carregou sobre os ombros da mulher trabalhadora uma carga que a esmaga; [...] sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa [...] que com frequência expressa com gritos de dor e lágrimas”.

(Alexandra Kollontai)

Neste último capítulo analisamos os desafios elencados pela autora na construção de relações de gênero que superem a opressão contra as mulheres a partir de uma sociedade socialista. Portanto, o objetivo deste capítulo é o de identificar no pensamento da autora quais desafios ela encontrou para a superação dos conflitos de gênero. Este capítulo é uma análise mais teórica do pensamento da autora. Para tanto, exploramos outras obras de Kollontai, dentre elas, a *“A Nova mulher e a Moral Sexual”* (1918-1921).

A partir das experiências e vivências da autora descritas nos capítulos anteriores, discutimos nesta etapa do trabalho os obstáculos encontrados por Kollontai enquanto mulher e militante, na luta pela libertação das mulheres, explorando e aprofundando outras questões: a vivência do comunismo, a família, a moral sexual, a juventude, o matrimônio, a maternidade. As referidas categorias foram discutidas neste capítulo no interior dos seguintes tópicos:

- a) 3.1 *O amor-camaradagem: O matrimônio na sociedade comunista*
- b) 3.2 *A vivência do comunismo: A família e a mulher*
- c) 3.3 *O novo homem e a nova mulher no Comunismo*

Portanto, esta sessão é uma reflexão sobre a trajetória da autora - abordada nos capítulos anteriores - e, simultaneamente, uma sistematização de seu pensamento teórico. As abordagens deste capítulo encerram o objetivo deste trabalho, que, como apresentado em sua Introdução, desejou pensar e refletir sobre as memórias de uma revolucionária comunista, que, embora não tenha se considerado feminista, deixou muitas reflexões para o debate da mulher. Apesar da distância entre o quadro histórico e social da realidade vivida pela autora com a atualidade, seus escritos possuem atualidade.

4.1 O AMOR-CAMARADAGEM: O MATRIMÔNIO NA SOCIEDADE COMUNISTA

Como revelado em sua autobiografia – escrita no ano de 1922 e publicada em 1946 -, Kollontai afirmou que enquanto esteve casada com seu companheiro, pai de seu único filho, o matrimônio lhe despertou certa angústia pois se sentia presa e impedida de se empenhar com mais vigor aos movimentos políticos e femininos²⁴. Segundo a autora, o matrimônio lhe tirava a atenção sobre o que realmente importava: a condição social das mulheres trabalhadoras e a situação da Rússia.

Kollontai entendia que todas as relações humanas deveriam fundamentar-se no amor. Contudo, constatava que o **matrimônio**²⁵ não baseava tão somente neste princípio, mas, sobretudo, em uma ideia de **posse**, do homem sobre a mulher. Esta seria uma das primeiras reflexões feitas pela autora, no sentido de pensar as relações de gênero: a psicologia de sua época, o comportamento de homens e mulheres no matrimônio, e, por sua vez, as bases sociais que são responsáveis pela formação desses quadros, enfim, pela opressão feminina.

Fruto dessas condições, o universo feminino limitava-se então a cuidar da vida privada: da família, dos cuidados com os filhos, e das atividades domésticas. Enquanto isto, os homens dedicavam-se a vida pública, aos interesses econômicos e políticos.

Segundo o pensamento da autora, a solução para a construção de relações de gênero livres e, portanto, para a libertação das mulheres, estaria na promoção e na prática de determinados princípios, sendo estes: **a camaradagem e a solidariedade**, que, por sua vez, são pontos de partida para se pensar na formação de uma sociedade comunista.

Para não cairmos em equívocos, vale esclarecer que Kollontai, enquanto comunista não entendia a “sociedade sem classes” enquanto solução, mas enquanto **ponto de partida** para a libertação feminina, visto que o capitalismo se mostrou/mostra um forte entrave para a emancipação das mulheres e dos homens. Enfim, da emancipação humana.

Apesar do modo de produção capitalista ter lançado as mulheres para as fábricas, o mesmo criou um outro cenário de exploração. Kollontai não deixou de pensar neste

²⁴ Movimentos estes já descritos nos capítulos anteriores.

²⁵ Enquanto uma das três formas de união, o “matrimônio legal está fundado em dois princípios igualmente falsos: a indissolubilidade, por um lado, e o conceito de propriedade, da posse absoluta de um dos cônjuges pelo outro. A indissolubilidade do matrimônio legal está baseada numa concepção contrária a toda ciência psicológica; na invariabilidade da psicologia humana no transcurso de uma longa vida. [...] O segundo fator que envenena o matrimônio legal é a ideia de propriedade, e posse absoluta de um dos cônjuges pelo outro” (KOLLONTAI, 2011, p. 28-30).

fenômeno. A autora desenvolveu um capítulo específico tanto em sua autobiografia, quanto em sua obra “*A Nova mulher e a Moral Sexual*” (1918-1921) argumentando sobre o que se institui enquanto “amor-camaradagem”. A autora entende que o projeto de uma sociedade comunista está atrelado a questões muito profundas, e que dizem respeito também à vida privada de homens e mulheres.

A construção de uma sociedade comunista diz respeito não apenas à um novo modo de organização ou produção social, mas de tratamento entre os indivíduos. Sobre as bases para a nova sociedade, Kollontai afirma:

A nova sociedade comunista está edificada sobre o princípio da camaradagem e da solidariedade. Mas o que é a solidariedade? Não somente devemos entender por solidariedade a consciência da comunidade de interesses; constituem a solidariedade, também, os laços sentimentais e espirituais estabelecidos entre os membros da mesma coletividade trabalhadora. O regime social edificado sobre o princípio da solidariedade e da colaboração exige que a sociedade em questão possua, desenvolvida em alto grau, a capacidade do potencial de amor, isto é, a capacidade para a sensação de simpatia. [...] a ideologia proletária procura educar e reforçar em cada um dos seus membros da classe operária sentimentos de simpatia diante dos sofrimentos, das necessidades de seus camaradas de classe. A ideologia proletária tende também, a compreender as aspirações dos demais e desenvolver a consciência de sua união com os outros membros da coletividade (KOLLONTAI, 2011, p. 121).

O projeto de construção de uma sociedade comunista se daria, sobretudo, a partir de uma transformação da **psicologia humana**²⁶, inspirando homens e mulheres a trabalharem em benefício das necessidades da coletividade, do grupo. Segundo a autora, este não é um princípio presente na ideologia burguesa, visto que nesta, se defende fortemente a proteção da unidade familiar endurecida por papéis e funções sociais pré-determinados, isolando e repreendendo homens e mulheres, sob uma moral sexual específica. Não há liberdade entre os cônjuges, nem entre o restante que compõe essa mesma estrutura, senão uma aceitação de sua condição social, como se a mesma já estivesse nascida com o indivíduo.

O exercício da solidariedade e do respeito entre os camaradas são sentimentos gerados no amor, enquanto capacidade de amar, em seu sentido mais amplo. O amor é um sentimento

²⁶ Em linhas gerais, a autora utiliza o termo “psicologia humana” para se referir aos fundamentos psicológicos dos comportamentos de homens e mulheres, que são formados/construídos socialmente, e, conseqüentemente, mutáveis ao longo do tempo. O referido termo é usado especialmente em sua obra “*A mulher e a moral sexual*”. A autora o usa especialmente para tratar da questão sexual entre homens e mulheres.

orgânico, que, por natureza une os indivíduos. Na ideologia proletária, o amor está enquanto laço que contribui para o desenvolvimento da solidariedade coletiva (KOLLONTAI, 2011).

Para Kollontai a solidariedade entre os membros deve imperar na sociedade comunista. Estes são os princípios da ideologia proletária e que devem reger essa classe. Segundo a autora, a solidariedade e todos os sentimentos que derivam dela são, por sua vez, oriundos do **amor**²⁷, sentimento universal e orgânico. Mas, como esse sentimento deve imperar quando se trata das relações entre os sexos? O que a autora nos diz sobre isso?

A partir do entendimento do amor enquanto sentimento que se expressa de infinitas maneiras, o “ideal de amor” concedido pela ideologia proletária se apresenta de modo particular.

Sobre ele, Kollontai explica:

O exclusivismo e a absorção do sentimento de amor não podem constituir, do ponto de vista da ideologia proletária, o ideal de amor determinante nas relações entre os sexos. Ao contrário, o proletariado, ao tomar conhecimento da multiplicidade do amor, não se assusta absolutamente com esta descoberta, nem tampouco experimenta indignação moral como aparenta a hipocrisia burguesa. O proletariado trata, ao contrário, de dar a este fenômeno (que é resultado de complicadas causas oficiais) uma direção que sirva a seus fins de classe, no momento da luta e da edificação da sociedade comunista. Estará, por acaso, a multiplicidade do amor em contradição com os interesses do proletariado? Ao contrário, esta multiplicidade no sentimento do amor facilita o triunfo do ideal de amor nas relações entre os sexos, que já se formam e cristalizam no seio da classe operária: o amor-camaradagem (KOLLONTAI, 2011, p. 127).

A multiplicidade do amor enquanto seu caráter de expressar-se de infinitas maneiras torna-se ainda mais forte as relações entre homens e mulheres dentro da ideologia proletária. Se reforçam os laços de solidariedade, e educa seus membros a amar e respeitar de modo muito mais amplo, sem limites e objeções.

²⁷ [...] cada época da história possui seu próprio ideal de amor. [...] cada classe, em seu próprio interesse, atribui à noção moral de amor um conteúdo determinado. Cada grau da civilização traz à humanidade sensações morais e intelectuais mais ricas em matizes, que cobrem o amor com um colorido diverso. A evolução no desenvolvimento da economia e nos costumes sociais foi acompanhada de novas modificações no conceito de amor. Alguns matizes desses sentimentos se reforçavam, mas os outros caracteres diminuam ou desapareciam totalmente. O amor, no transcurso dos séculos de existência da sociedade humana, evoluiu de um simples instinto biológico (instinto de reprodução, comum a todos os seres vivos, superiores ou inferiores, divididos em dois sexos) e se enriqueceu sem cessar com novas sensações, até converter-se num sentimento muito complexo.¹ O amor deixou de ser um fenômeno biológico para converter-se num fator social e psicológico (KOLLONTAI, 2011, p. 122-123).

O amor na classe operária está baseado na colaboração no trabalho, distinguindo-se completamente das noções de amor estabelecidas em outras épocas da civilização. A ideologia proletária também não despreza o amor romântico. Pelo contrário, prepara o reconhecimento do sentimento de amor como força social e psíquica (KOLLONTAI, 2011).

Enquanto isso, na ideologia burguesa a família e o amor entre um casal apenas se poderiam estabelecer através do matrimônio. Este, que por determinado tempo foi indissolúvel por lei, representou um dos alicerces da moral sexual burguesa. A hipocrisia desse regime estava no fato de que a prostituição e o adultério eram constantemente praticados.

Neste sentido, afirma Kollontai:

Para o sucesso das tarefas do proletariado, é indiferente que o amor tome a forma de uma união estável ou que não tenha mais importância que uma união passageira. A ideologia da classe operária não pode fixar limites formais ao amor. Ao contrário, esta ideologia começa a sentir inquietação pelo conteúdo do amor, pelos laços de sentimentos e emoções que unem os dois sexos; por isso, neste sentido a ideologia proletária tem que perseguir a luxúria, a satisfação única dos desejos carnis pela prostituição, a transformação do ato sexual num fim em si mesmo, que faz dele um prazer fácil etc., mais implacavelmente que o fazia a moral burguesa. A luxúria está em contradição com os interesses da classe operária. **Em primeiro lugar**, este amor supõe inevitavelmente os excessos e o esgotamento físico, que contribuem para diminuir a reserva de energia da humanidade. **Em segundo lugar** empobrece a alma porque impede o desenvolvimento, entre os seres humanos, de laços psíquicos e de sensações de simpatia. Em terceiro lugar, este amor tem por base a desigualdade de direitos entre os sexos nas relações sexuais; ou seja, está baseado **na dependência da mulher em relação ao homem**, na vaidade ou insensibilidade do homem, o que afoga necessariamente toda a possibilidade de experimentar um sentimento de camaradagem. Em troca, a ação exercida sobre os seres humanos pelo amor espiritual é completamente distinta (KOLLONTAI, 2011, p. 128, grifos nossos).

Sendo assim, a primeira diferença que se estabelece entre a burguesia e a classe proletária no que diz respeito a moral sexual, está em sua forma de conceber as relações sexuais. O proletariado não determina nenhum elemento externo obrigatório para o reconhecimento da união entre homens e mulheres. Ou seja, não há a diferenciação de filhos legítimos e não-legítimos. Contudo, a realidade da prostituição é tão presente entre os membros do proletariado, quanto na burguesia.

Por não estarem tão presente entre os membros do proletário uniões de caráter indissolúvel, a procura pela satisfação tão somente dos desejos sexuais através da prostituição era comum, e também foi muito discutida pela autora:

Deforma-se, ainda mais, a psicologia humana com outro aspecto da união sexual: **a prostituição**. Pode haver algo mais monstruoso do que o fato amoroso degradado até ao ponto de se fazer dele uma profissão? Deixemos de lado todas as misérias sociais que vêm unidas à prostituição, os sofrimentos físicos, as enfermidades, as deformações e a degenerescência da raça, e detenhamo-nos somente ante a questão da influência que a prostituição exerce sobre a psicologia humana. Não há nada que prejudique tanto as almas como a venda forçada e a compra de carícias e um ser por outro com que nada tem em comum. A prostituição extingue o amor nos corações (KOLLONTAI, 2011, p. 31, grifos nossos).

Kollontai entende a prostituição como mais um obstáculo a ser levantado na discussão da libertação das mulheres. A prostituição submete as mulheres a uma realidade contínua de exploração, violência, e uma série de enfermidades. Ao mesmo tempo que as mulheres sujeitas à prostituição se expõem a essas condições materiais, também praticam o ato sexual subvertendo seu próprio sentido, pois o realiza sem qualquer relação anterior de afeto e amor.

Deste modo, a ideologia pregada pelo proletariado levou seus membros a pensarem sobre suas próprias relações, enquanto homens e mulheres. E, naturalmente, sobre o fenômeno da prostituição. Segundo a autora, o que a ideologia proletária espera é que as qualidades despertadas pelo amor entre homens e mulheres não se limitem a expressar-se entre um casal, mas que a delicadeza e a gentileza que se prestam ao ser amado sejam também oferecidas à própria comunidade (KOLLONTAI, 2011).

O ideal de uma sociedade socialista leva homens e mulheres a pensarem sobre suas ações no campo privado, no seio das relações íntimas, e no peso das determinações sociais que se fizeram presente por séculos. Kollontai (2011) demonstra que por mais engajado que estivesse o proletário, ainda existiam obstáculos a serem enfrentados, especialmente no modo de pensar de seus membros.

Em linhas gerais, para a autora, o sentimento que deveria imperar sobre a nova sociedade seria a solidariedade e o amor-camaradagem:

O ideal de amor-camaradagem [...] está fundado no reconhecimento dos direitos recíprocos na arte de respeitar, inclusive no amor, a personalidade do outro, num firme apoio mútuo e na comunidade de

aspirações coletivas. O amor-camaradagem é o ideal necessário ao proletariado nos períodos difíceis de grandes responsabilidades, quando luta para o estabelecimento de sua ditadura ou para fortalecer sua continuidade (KOLLONTAI, 2011, p. 129).

Segundo a perspectiva da autora, seria necessária uma transformação no modo de se conceber o amor entre homens e mulheres. A transição para uma sociedade socialista seria nada menos que a passagem para a vivência de uma nova forma de amor e de sua inteira expressão em comunidade. Ao longo dos séculos o amor assumiu inúmeras versões no desenvolvimento da humanidade. Na proposta de Kollontai - com uma nova sociedade socialista - teríamos portanto, formas novas de vivenciar o amor até então nunca vivida pelos homens.

Kollontai afirma:

Os laços de simpatia entre os membros da nova sociedade se desenvolverão e se fortalecerão, a capacidade para amar será muito maior, e o amor-camaradagem se converterá no estimulante papel que na **sociedade burguesa** estava reservado ao princípio de **concorrência e ao egoísmo**. O coletivismo do espírito e da vontade triunfarão sobre o individualismo que se bastava a si mesma. Desaparecerá o frio da solidão moral, do qual no regime burguês os homens tentavam escapar, refugiando-se no amor ou no matrimônio; os homens ficarão unidos **por inúmeros** laços sentimentais e psíquicos. Seus sentimentos se modificarão no sentido do interesse cada vez maior pela coisa pública. Desaparecerão sem deixar o menor rastro a **desigualdade entre os sexos e todas as formas de dependência da mulher em relação ao homem** (KOLLONTAI, 2011, p. 129, grifos nossos).

Kollontai deixou claro que a mudança no modo de organização da sociedade seria o ponto de partida para a libertação das mulheres, e que neste processo estavam elementos específicos que necessitavam de mudanças urgentes. Para fundamentar sua teoria a autora procurou estabelecer também as características da moral que estavam instaladas naquele período: A sociedade burguesa.

A ideologia burguesa se encarregou de criar instrumentos para controlar e manter as mulheres no domínio doméstico, legitimando sua exploração e, portanto a desigualdade entre os sexos.

Ao contrário do que estabelecia a moral burguesa, na nova sociedade socialista todos os membros trabalhariam em prol da comunidade, e não mais em razão da família. Segundo a

autora, a noção de amor e afeto se tornará muito mais ampla, e o exercício da solidariedade também. A concorrência e o egoísmo tão bem estimulados pelo modo de produção capitalista seriam extintos com a reeducação da humanidade.

Kollontai argumenta:

Nesta nova sociedade, **coletivista por seu espírito e suas emoções**, caracterizada pela união feliz, por relações fraternais entre os membros da coletividade trabalhadora e criadora, o amor ocupará um lugar de honra, como sentimento capaz de enriquecer a felicidade humana. Como se transfigurará? Nem a fantasia mais criadora é capaz de imaginá-lo. Só é indiscutível que, quanto mais unida estiver a humanidade pelos laços duradouros da solidariedade, tanto mais intimamente unida estará em todos os aspectos da vida, da criação ou das relações mútuas [...] Neste mundo novo, a forma reconhecida, normal e desejada das relações entre os sexos estará fundamentada puramente na **atração sadia, livre e natural** (sem perversões, nem excessos) dos sexos; as relações sexuais dos homens na nova sociedade estarão determinadas pelo novo amor (KOLLONTAI, 2011, p. 130, grifos nossos).

O caráter coletivista desta nova sociedade que Kollontai assim como milhares de dirigentes e militantes comunistas lutavam por se materializar traria não apenas melhores condições materiais de vida, mas um equilíbrio nas relações sexuais e amorosas, que, em seu tempo se mostravam demasiadamente contaminadas pela prostituição e por outras questões externas e psicológicas.

Sendo assim, a moral proletária se baseará em três princípios: a) Igualdade entre os sexos (eliminando de vez a submissão da mulher nas relações amorosas); b) Reconhecimento mútuo e recíproco dos direitos das mulheres (sem o exercício do sentimento de posse até então dissipado pela burguesia); c) Sensibilidade fraternal (o respeito à personalidade do outro, às particularidades da sexualidade feminina e masculina) (KOLLONTAI, 2011).

Este é um dos aspectos contemporâneos do pensamento de Kollontai, e que a tornou referência no campo do feminismo na atualidade. Seu modo de abordagem e os pontos que a autora levanta discussão em sua obra *“A Nova Mulher e a Moral Sexual”* muito se aproximam à realidade das mulheres nos dias de hoje. Naturalmente que, verificar o quanto isso ainda é palpável na realidade feminina demandaria muito mais tempo. Aliás, seria um outro viés para a questão, e necessitaria uma nova pesquisa.

O fato é que, a autora deixa uma enorme reflexão sobre a liberdades nas relações conjugais, e sobretudo, nas relações sociais.

Desta maneira, a classe operária imprime um novo sentido ao amor:

A classe ascendente da humanidade criará motivos de beleza, força e brilho até agora desconhecidos. [...] o amor muda de aspecto e se transforma, inevitavelmente, uma vez que se transformam as fases econômicas e culturais da sociedade. Se conseguirmos que, das relações de amor, desapareça o cego, o exigente e absorvente sentimento passional; se desaparece, também o sentimento de propriedade, tanto quanto o desejo egoísta de unir-se para sempre ao ser amado; se conseguirmos que desapareça a vaidade do homem, e que a mulher não renuncie criminosamente ao seu eu, não há dúvida de que, com o desaparecimento de todos esses sentimentos, desenvolvam-se outros elementos preciosos para o amor. [...] **A tarefa da ideologia proletária não é, pois, separar das suas relações sociais o amor, mas dar-lhe um novo colorido.** Ou seja, visa desenvolver o sentimento do amor entre os sexos, baseado na mais nova e poderosa força: a solidariedade fraterna (KOLLONTAI, 2011, p.132-133, grifos nossos).

Os sentimentos de posse e vaidade tão bem desenvolvidos e reforçados pela ideologia burguesa são nada menos que um dos primeiros obstáculos da psicologia humana para a vivência do comunismo, e de novo modelo de relação entre homens e mulheres. O amor, sob nova vestimenta, continua, sobretudo, a ser mais uma razão para a juventude proletária, a trabalhar pela sua classe e encontrar-se na luta.

3.2 A vivência do comunismo: A família e a mulher

Com a materialização do comunismo a organização da família e os assuntos relacionados à esta seriam as primeiras questões a sentirem seus reflexos. Porém, antes mesmo de sua concretização, Kollontai lembra que a Rússia já havia conquistado certos progressos, no que diz respeito aos interesses das mulheres, dentre eles, o **divórcio**²⁸. O que antes se levava meses, e até mesmo anos, tornou-se muito mais rápido e acessível para as mulheres trabalhadoras.

²⁸ Direito conquistado em virtude do Decreto do Comissariado do Povo de 18 de dezembro de 1917, como já mencionado em sessão anterior (KOLLONTAI, 1978, p.159).

Em outras palavras, no comunismo a noção de família assumiria enquanto princípio, a solidariedade entre seus membros, garantindo, sobretudo, o respeito às mulheres. Mas, embora fosse esse o desejo da autora e de muitos idealizadores e militantes, a classe operária precisava se educar quanto à participação política das mulheres.

De acordo com Kollontai, na vivência do comunismo, a família, a união entre homens e mulheres e o amor receberão um novo sentido. Os laços que unem os indivíduos não se basearão mais na ideia de posse, como se difundia na ideologia burguesa.

Em termos objetivos, as mudanças nas condições de vida das mulheres seriam muitas: a) Libertando-se das atividades domésticas, as mulheres passarão a dedicar-se às questões da comunidade; b) Os cuidados com os filhos não seriam mais sua função exclusiva, mas uma tarefa a ser compartilhada com seus respectivos companheiros; c) Nenhuma mãe cairá em preocupação com seus futuros filhos, visto que a Pátria Comunista assegurará à ambos todas as condições para sua sobrevivência; d) A Pátria Comunista também assegurará a educação dos seus filhos, não lhes negando sua participação em qualquer momento; (KOLLONTAI, 1978).

A maternidade poderá ser vivida de modo seguro, com o apoio e o amparo da sociedade, resguardando, sobretudo, o direito das mulheres de não exercê-la. Pois neste campo teórico está superada a corrente naturalista/biológica que coloca a mulher em uma condição social voltada apenas à reprodução.

No pensamento de Kollontai não é possível falar em um progresso da humanidade sem que o tema da libertação das mulheres esteja em pauta. Ao contrário do que muitos interpretarão a autora não produz um discurso contra a união entre homens e mulheres, mas defende a emergência de uma transformação na concepção dessas relações.

O casamento, enquanto maior responsável pela opressão feminina foi discutido em muitos momentos. **Saint-Simon**²⁹, por exemplo, foi um dos que compreendiam que o casamento seria um dos espaços a se promover a igualdade entre os sexos. Em linhas gerais, a emancipação das mulheres sempre foi objeto de preocupação do socialismo. Com o socialismo científico a solução para o problema da mulher passa a ser pensada a partir da superação completa do sistema capitalista e a implantação do regime socialista (SAFFIOTI, 2013).

²⁹ Foi um dos fundadores do socialismo cristão, e grande teórico social francês. Considerado um notável socialista utópico, durante toda sua vida Saint-Simon devotou-se a uma série longa de projetos e publicações com que procurou ganhar apoio para suas ideias sociais (COBRA, 2017).

Para Kollontai e para outros idealizadores, a superação do regime capitalista é o ponto de partida para a transformação das condições de vida das mulheres, e portanto, o início de uma verdadeira emancipação.

Assim como a autora, Marx não desejou a destruição da família ou do casamento. Ele juntamente com Frederich Engels, foram os primeiros a denunciar as duras condições em que as mulheres trabalhadoras tinham de lidar para educar os filhos e cuidar do lar, e, ao mesmo tempo, conciliar com as jornadas de trabalho fora do lar. Logo, o que se deseja, é o estabelecimento de um novo modelo de família, e não sua dissolução.

3.3 O novo homem e a nova mulher no Comunismo.

A perspectiva de “um novo homem” e de uma “nova mulher” no comunismo é resultado da superação de valores e condições de exploração estabelecidas no modo de produção capitalista. Contudo, a expressão “*a nova mulher*”, recebeu uma definição bem mais específica na obra de Kollontai.

Em “*A nova mulher e a moral sexual*” a autora reflete sobre a situação das mulheres de sua época, abordando acerca dos valores e costumes que fundamentavam a família, o matrimônio, a sexualidade, a maternidade e tantos outros aspectos da vida social. A partir dessa análise, Kollontai demonstrou o quanto esse quadro social impossibilitava a verdadeira libertação das mulheres.

Segundo a autora, a “nova mulher” caracteriza-se não especialmente pela classe da qual faz parte, mas pela decisão individual em assumir um novo significado para sua existência. Porém, esse processo ocorreu mais rapidamente com as mulheres trabalhadoras. Essa estrada foi vivida com mais naturalidade pelas operárias, pois a “(...) classe operária necessita, para a *realização de sua missão social*, de mulheres que não sejam escravas (KOLLONTAI, 2011, p.10, grifos nossos). A “**nova mulher**”³⁰ desenvolve-se essencialmente dentro de um contexto revolucionário, que, por sua vez, a impulsionou ao trabalho, ocupando um lugar nas fábricas e desvencilhando-se do lar e das obrigações no seio da família. Sobre

³⁰ A ideologia que fundamentava a vida social de cada uma dessas classes (a burguesia e o proletariado) deve ser posta em pauta antes de tocar na questão propriamente feminina. Pois, para cada mulher a luta feminina se produziu à quebra de vínculos específicos, dando sentidos distintos a esse enfrentamento (KOLLONTAI, 2011).

“a nova mulher” a autora também a descrevia como “**mulher celibatária**”³¹: influenciada pela força e vitalidade do movimento, luta por si e pela superação do modo de produção capitalista.

Segundo Kollontai (2011), apesar dos fortes sentimentos progressistas produzidos neste período, ainda poderia assistir à existência de moças e jovens (proletárias ou burguesas) que se encontravam em um momento transitório a este, pois, ainda sentiam-se presas a certos valores vividos e herdados pelas suas mães e avós. Esse sentimento se apresentava comumente entre as mulheres burguesas, visto que a realidade das mesmas as mantinham ainda mais enclausuradas no lar, e, conseqüentemente, acostumadas à proteção e o sustento econômico promovido pelos seus pais e/ou cônjuges.

Kollontai afirma:

As mulheres do novo tipo, ao criar os valores morais e sexuais, destroem os velhos princípios na alma das mulheres que ainda não se aventuraram a empreender a marcha pelo novo caminho. São estas mulheres do novo tipo que rompem com os dogmas que as escravizam. **A influência das mulheres trabalhadoras estende-se muito além dos limites de sua própria existência.** As mulheres trabalhadoras contaminam com sua crítica a inteligência de suas contemporâneas, destroem os velhos ídolos e hasteiam o estandarte da insurreição para protestar contra as verdades que as submeteram durante gerações. As mulheres do novo tipo, celibatário e independente, ao se libertarem, libertam o espírito agrilhado, durante séculos, de outras mulheres ainda submissas (KOLLONTAI, 2011, p. 24).

Porém,

Os sentimentos atávicos perturbam e debilitam as novas sensações. As velhas concepções da vida prendem ainda o espírito da mulher que busca sua libertação. O antigo e o novo se encontram em contínua hostilidade na alma da mulher. [...] têm que lutar contra um inimigo que apresenta duas frentes: o mundo exterior e suas próprias tendências, herdadas de suas mães e avós (KOLLONTAI, 2011, p. 25).

Portanto, ao mesmo tempo que o modo de produção capitalista e a necessidade de sobrevivência das mulheres das camadas populares as fizeram se desvincularem do lar, e

³¹ Kollontai afirma: “A mulher moderna, a mulher que denominamos celibatária, é filha do sistema econômico, não como tipo acidental, mas como realidade cotidiana, uma realidade da massa, um fato que se repete de forma determinada, nasceu com o ruído infernal das máquinas da usina e da sirene das fábricas” (2011, p. 15).

ocupar lugar nas fábricas, este fenômeno também representou um grande impacto no cotidiano dessas mulheres. Ao fazerem parte do processo de produção, e, conseqüentemente, compor o cenário de exploração nas fábricas, as mulheres se viam duplamente escravizadas: no lar e no mundo do trabalho. No ambiente doméstico, as mulheres das camadas populares continuavam a se ocupar com a limpeza do lar e tudo que dissesse respeito ao bem estar da família. Enquanto isso, os homens trabalhadores se reuniam nos partidos, envolvidos a pensar nos interesses do proletariado.

Porém, logo se assistiu ao rompimento do silêncio das mulheres! Muitas mulheres trabalhadoras queriam envolver-se nas mesmas causas tão fortemente quanto os homens, visto que unidas, também trariam força ao partido. Desde então, assistiu-se aos conflitos de gênero, pois, os anseios da classe operária ainda não haviam parado para compreender que a liberdade feminina também haveria de compor a luta.

A vivência do comunismo pressupõe a superação do modo de produção capitalista e as conseqüentes desigualdades sociais que este carrega consigo, e sobretudo, a promoção de uma nova consciência, uma nova psicologia humana. Assim, o “novo homem” e a “nova mulher” representam o novo sentido que Kollontai e tantos outros militantes desejaram para este mundo!

Homens e mulheres sob relações baseadas no respeito mútuo, onde todos os esforços se concentrem em benefício da coletividade, e não mais isolados em sentimentos de posse e vaidade. A nova mulher torna-se líder de suas próprias decisões. Seus passos são decididos de modo que a liberdade seja seu primeiro princípio de ação, e a coletividade jamais se perca enquanto objeto importante em seu pensamento. O novo homem e a nova mulher se amam sem que suas personalidades sejam oprimidas, pois o comunismo traz consigo um novo modo de amar, e de sustentar as relações humanas.

Diante das memórias de Kollontai e de suas considerações teóricas – bem como de outros autores elencados no decorrer deste trabalho -, concluímos que a família e todas as questões entrelaçadas à ela (casamento, maternidade, sexualidade) é, dentre todos os cenários da sociedade, o aspecto mais expressivo quanto às mudanças políticas, sociais e econômicas.

Deste modo, a família constitui objeto de estudo importante para a questão de gênero, pois, ao mesmo tempo em que os indivíduos (mulheres e homens), enquanto seres que compõem a família, exigem e transformam a sociedade no que diz respeito ao tema da

mulher, a família também se apresenta enquanto perpetuação e/ou inovação de valores que podem contribuir ou constituir um obstáculo à emancipação feminina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as considerações que podemos tecer sobre o tema abordado no interior deste trabalho. Dentre elas, apontamos a importância da atividade biográfica para o meio acadêmico. As experiências particulares de um autor e a transcrição de seus relatos são como amostras vivas da história.

A partir delas conhecemos personagens que tornam os fatos e as revoluções mais reais para quem apenas os conheceu através do trabalho dos historiadores, que, sobretudo, não é menos importante que os primeiros.

A presente pesquisa conclui que ao longo da história, e em diversos contextos, houve um legado de mulheres que participaram de lutas e que, por sua vez, não tiveram suas memórias reveladas. Mulheres que levantaram bandeiras, mas que tiveram suas histórias silenciadas, por razões que muito interessa ao campo da memória.

São muitas as reflexões que Alexandra Kollontai traz ao campo de estudos de gênero, mas, sobretudo, para o universo das leitoras que sejam engajadas ou não às lutas feministas ou da libertação de mulheres e de homens. A autora russa questiona a ideia de liberdade que é tão falsamente criada e apresentada para as mulheres quando ainda meninas. É preciso, portanto, questionar sobretudo este primeiro conceito. Foi o que Kollontai fez em seu tempo: Você é verdadeiramente livre? Em que medida sua classe social e a sua condição de mulher lhe limita a agir e a viver?

As obras de Alexandra Kollontai contribuíram imensamente para refletirmos sobre a relação existente entre a questão feminina e o capital, em outras palavras, sobre como o modo de produção da vida material modifica a dinâmica das relações humanas. Essa reflexão torna-se cada vez mais necessária e urgente, visto que a sociedade, permaneceu machista e violenta. Apesar de tantas conquistas legislativas em favor da mulher, e de políticas públicas nesse mesmo sentido, a violência doméstica continua sendo uma das grandes causas de morte de mulheres no Brasil.

Mulheres continuam sendo assassinadas por seus companheiros, pais, tios, homens que faziam parte de seu seio familiar e íntimo. Mulheres violentadas, abusadas e assassinadas simplesmente por serem mulheres. O que Kollontai nos diria sobre as caras deste mundo?

No mundo que Kollontai conheceu, as mulheres dirigiram o maquinário nas fábricas. Agora, as mulheres ocupam todos os setores de produção. Estamos nas Universidades. No comércio, liderando negócios! Mas, e no lar, como estamos? Será que os cenários descritos por Kollontai se modificaram tanto quanto a autora desejou?

A presente pesquisa torna-se mais especial visto que completamos neste ano cem anos de Revolução. Passaram-se cem anos de um movimento que desejou a liberdade de uma classe, a liberdade de milhares de pessoas. Cem anos da celebração da reunião de homens e mulheres, unidos sob os mesmos sonhos. Porém, no que diz respeito a situação das mulheres, nos cem anos que se passaram poucos aspectos se modificaram.

A autobiografia de Alexandra Kollontai evidencia sua personalidade e a intensidade dos movimentos que participou durante toda sua vida. Mas, objetivamente, uma autobiografia não é capaz de contemplar todos os sentimentos e vivências de um sujeito. Assim, é possível que muitos desafios vividos por Kollontai não tenham sido revelados por ela, especialmente as escolhas que a mesma fez quanto à sua vida amorosa. Desta maneira, em que medida

podemos tomar a autora como exemplo de uma mulher verdadeiramente emancipada para seu tempo?

Embora Kollontai fosse de origem burguesa, a autora se propôs a defender que o modo de produção capitalista e a economia não podiam ser ignorados enquanto portadores de uma moral sexual e religiosa específica, que alijava homens e mulheres dentro de papéis um tanto limitados e criados artificialmente. E nessa dinâmica tudo se mostrava muito mais pesado e cruel às mulheres, pois até mesmo a educação - pensada enquanto meio de orientação e avanço para as mulheres, era restrita e permitida apenas a uma minoria delas.

Diante das discussões desenvolvidas em todo o trabalho, entendemos que a situação da mulher não pode ser vista isoladamente, e sim como um fenômeno, que compõe uma totalidade complexa. Não pode, portanto, ser tratada como um mero fato isolado da vida material. As desigualdades entre os sexos vão além das relações conjugais e familiares, por isso as condições de trabalho e os tipos de atividades exercidas pelas mulheres já são objeto de estudo há um tempo, demonstrando o quão forte são as origens dessas desigualdades dentro do modo de produção capitalista.

O problema da mulher não é algo isolado da sociedade, mas decorrência “de um regime de produção cujo sustentáculo é a opressão do homem pelo homem; de um regime que aliena, que corrompe tanto o corpo quanto o espírito” (SAFFIOTI, 2013, p.18).

O isolamento das mulheres no ambiente doméstico, com grande destaque deste tema nos escritos de Kollontai no início do século XX, é nada menos que uma estratégia do modo de vida burguês, que, por sua vez, é patrocinado pelo modo de produção capitalista. O sistema capitalista está longe de basear-se em um pensamento humanista, visto que, ao concentrar-se no acúmulo de capital, explora uma classe em prol de outra.

Nessa perspectiva, evidencia-se a importância de se reconhecer a existência de um sistema opressor: a sociedade capitalista. Kollontai tinha consciência de que a compreensão da contradição de gênero, igualmente ao que ocorre em relação à de raça/etnia e à de classe, exige o conhecimento da lógica do conflito fundamental que rege a sociedade capitalista (CRUZ, 2011).

Os resultados da produção são desfrutados pela burguesia, enquanto que as camadas populares vivem uma realidade de pobreza e miséria e não veem melhorar suas condições sociais através do seu trabalho. É o sistema que produz e reproduz a desigualdade social, e

que, por sua vez, tem como suas maiores vítimas, as mulheres. Enfim, o capitalismo gera uma falsa ideia de crescimento da humanidade, pelos recursos materiais e tecnológicos que produz. Contudo, como constatado, pela Kollontai, há uma camada que não desfruta desta produção anunciada pelo capitalismo.

Diante disto, para Kollontai a prática e a vivência do socialismo não seriam apenas a solução para superar a propriedade privada e toda a exploração gerada pelo modo de produção capitalista, mas também o caminho para a real emancipação feminina. A superação do modo de produção capitalista, constitui-se, para a autora, em libertar-se de um modo de vida que aprisiona mulheres e homens, impedindo-os de exercerem um potencial que poderia ser explorado em favor da comunidade.

Alexandra Kollontai pensou a sociedade a partir do seu interior, da constituição da família, das relações íntimas entre homens e mulheres, e os seus desdobramentos sobre o processo de libertação da mulher, pelo qual lutou durante toda a sua vida. Por mais visíveis que fossem as precárias condições sociais nas quais se encontrava a Rússia, Kollontai conseguiu compreender que o problema passava por dentro dos lares, e que as condições de miséria e desigualdade eram consequência da moralidade e do modo de produção estabelecido.

Em outras palavras, Kollontai entende que a questão da mulher não pode ser pensada isoladamente, sem considerarmos as condições de vida material e as circunstâncias que norteiam a vida de homens e mulheres, cotidianamente. A autora desejou nada menos que o potencial das mulheres fosse explorado, não para alimentar qualquer sistema de escravidão, sugando-lhes enquanto estivessem vivas, mas enquanto seres capazes de tornar melhor a vida em comunidade. O trabalho doméstico não só as aprisionava no lar, mas as afastava de responsabilidades e tarefas das quais poderiam ocupar conjuntamente com seus companheiros, e, objetivamente, dar mais impulso ao projeto de vida socialista.

Esta pesquisa se encerra com o entendimento de que Alexandra Kollontai foi, sobretudo, uma estudiosa, que compreendera o quanto a questão da mulher era profunda e quantas mudanças eram necessárias para que a emancipação feminina ocorresse verdadeiramente, sem que se permanecesse uma exploração encoberta, disfarçada. A autora entendeu que não bastava a saída do lar para que as mulheres conquistassem sua independência e sim uma mudança nas bases sociais e no modo de produção.

REFERENCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O Marxismo e a questão feminina: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário.** São Paulo: 2011.

ANGELO, Vitor Amorim de. Comuna de Paris: **Conheça a primeira experiência de governo proletário**, 2009. Disponível em:<<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/comuna-de-paris-conheca-a-primeira-experiencia-de-governo-proletario.htm>>. Acesso em: 06 Set. 2016.

BADIA, Gilbert. **Clara Zetkin: vida e obra.** São Paulo: Editora Expressão Popular 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Karl Kautsky e as origens do Cristianismo.** Revista Espaço Acadêmico, v.10, Ano 111, Ago. 2010.

BOITO, Misa (Org.). **A luta contra a opressão da mulher: recuperando uma abordagem de classe**. São Paulo: Editora Nova Palavra, 2016.

BREWER, W. F. (1999). **What is recollective memory?** In D. C. Rubin (Ed.), *Remembering our past: Studies in autobiographical memory* (pp. 19-66). Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Clara Zetkin: O feminismo como bandeira socialista. 2009. Disponível em: <http://economiasocialistads.blogspot.com.br/2009/03/clara-zetkin-o-feminismo-comobandeira.html>. Acesso em: 04 Ago. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000

COBRA, Rubem Queiroz. **Vida, pensamento e obra de Saint-Simon**. 1999. Disponível em: <http://www.cobra.pages.nom.br/fmp-saint-simon.html>. Acesso em: 11 Jan. 2017.

CONNERTON, P. (1993). **Como as sociedades recordam**. Oeiras, Portugal: Celta.

CRUZ, Paula Loureiro da. **Alexandra Kollontai: A mulher, o Direito e o Socialismo**. São Paulo, 2011. 272f.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica** Revista Brasileira de Educação. v. 17, n. 51, 2012.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas (1917-1936)**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GONÇALVES, Francielle Sthefane Bruschi Cordeiro. **História, Memória história e a contribuição da cultura midiática**. Paraná, s/d. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/1/artigo_simposio_1_15_franciellecordeiro15@hotmail.com.pdf. Acesso em: 26 dez. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. 2.ed. São Paulo: Editora Vertice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

HOBBSAWN, Eric. **Tempos Interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia de Letras, 2002b.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2011.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografía de uma mujer emancipada**. Trad. Elena Herrero e Juan del Solar. 3. Ed. Editorial Fontamara: Barcelona, 1978.

LEVINO, José. **Clara Zetkin, lutadora pela libertação da mulher trabalhadora.** 2011. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2011/11/clara-zetkin-lutadora-pela-libertacao-damulher-trabalhabora/>>. Acesso em: 02 Out. 2016.

LOMBARDI, José Claudinei. **História, memória e educação.** In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). História Memória e Educação. São Paulo: Alínea, 2011.

LUXEMBURGO, R. **Direito de voto das mulheres e luta de classe.** In: LOUREIRO, I. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos. Vol I (1899-1914). S.P.:Unesp, 2011. p. 443-450.

LUXEMBURGO, R. **A proletária.** In: LOUREIRO, I. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos. Vol I (1899-1914). S.P.:Unesp, 2011. p. 493-500.

MARX, Karl, ENGELS, F. **O Programa da Revolução.** Brasília: Nova Palavra, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Editorial Boitempo, 2002.

SÁ, Celso Pereira. **Sobre o campo de estudo da Memória social: Uma perspectiva psicossocial.** 2007. Disponível em: <www.scielo.br/prc>. Acesso em: 05 Jan. 2017.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade.** Editora Expressão Popular: São Paulo, 2013.

SILVA, Bartolomeu Leite; SILVA, Roberto Leonardo Ramos. **Função da mulher na família: uma crítica marxista.** Problemata: Revista Internacional de Filosofia, 2015, Vol.6(3), pp.129-145. ISSN: 2236-8612 Fonte: Fundación Dialnet

OLIVEIRA, Fátima. **Alexandra Kollontai: feminista bolchevique e incompreendida.** 2013. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/f%C3%A1tima-oliveira/alexandra-kollontai-feminista-bolchevique-e-incompreendida-1.721530>>. Acesso em: 27 Dez. 2016.

Rosa e Karl, os dois comunistas. FDR – Fundação Dinarco Reis: Fundação Estudos políticos, econômicos e sociais Dinarco Reis, 2016.

SCHUTRUMPF, Jorn (Org.); Tradução: Isabel Loureiro, Karin Glass, Kristina Michahelles e Monika Ottermann. **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade.** 2ed. brasileira, ampliada e revisada. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015. 216p.

TROTSKY, Léon. In: **Particularidades no desenvolvimento da Rússia.** TROTSKY, Léon. In: História da Revolução Russa. 1950. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm>>. Acesso em: 24 Set. 2016.

TROTSKY, Léon. **Questões do Modo de Vida: a época do —militantismo cultural e as suas tarefas.** Lisboa: Edições Antídoto, 44^a ed., 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1923/vida/cap06.htm>. Acesso em: 13 de Out. 2016.

VOIGT, José Hugo. **Alexandra Kolontai.** 2015. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/alexandra-kollontai/136102/#ixzz4M25ybYE>>. Acesso em: 03 Out. 2016.

Soviets. Dicionário Político: Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/soviets.htm>. Acesso em: 14 de Out. 2016.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **As tarefas das uniões da juventude (Discurso no III Congresso de toda a Rússia da União Comunista da Juventude da Rússia – 2 de outubro de 1920).** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/doc01_41e_1.pdf. Acesso em: 13 de Out. 2016.

Ilustração 01. Alexandra Kollontai: Adolescência à fase adulta.



Alexandra Kollontai aos 16 anos



Aos 30 anos



Na maturidade

FONTE: Editora Alfa Ômega. **Entrevista com a autora de “Alexandra Kollontai: Feminismo e socialismo”**. Disponível em:
<<http://site.alfaomega.com.br/livros/direito/alexandra-kollontai-feminismo-e-socialismo>>.
Acesso em: 26 dez. 2016.

Ilustração 02. Kollontai (primeira fila, a direita) em 1921 no III Congresso Mundial da Internacional Comunista.



FONTE: Revista El Viejo Topo. **Alexandra Kollontái: uma mujer revolucionaria.** V. 01. Out. 1976. Disponível em: <<http://www.elviejotopo.com/topoexpress/aleksandra-kollontaiuna-mujer-revolucionaria/>>. Acesso em: 05 Jan. 2017.

Ilustração 03. Com a imagem de Stalin: Kollontai como embaixadora (Noruega em 1922).



FONTE: Periódico Online Modkraft. **Timeline das ligações progressivas para eventos no ano de 1872.** Disponível em: <<http://spip.modkraft.dk/tidsskriftcentret/tidslinje/article/1872>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

Ilustração 04. Mais um registro de Alexandra Kollontai em suas atividades.



FONTE: Revista El Viejo Topo. **Alexandra Kollontái: uma mujer revolucionaria.** V. 01. Out. 1976. Disponível em: <<http://www.elviejotopo.com/topoexpress/aleksandra-kollontaiuna-mujer-revolucionaria/>>. Acesso em: 05 Jan. 2017.

Ilustração 05. Alexandra Kollontai



FONTE: D'ARMENGOL, Laia. 2003. **Alexandra Kollontai (1872-1952): socialista y feminista rusa.** Disponível em: <http://mujeresriot.webcindario.com/Alexandra_Kollontai.htm>. Acesso em: 05 Jan. 2017.